



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

MARIA DO SOCORRO SANTOS

**AVALIAÇÃO DO PROJETO SÃO JOSÉ: DISCURSO E PRÁTICA NOS
SUBPROJETOS DE MECANIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DE JARDIM - CE**

**FORTALEZA - CE
2010**

MARIA DO SOCORRO SANTOS

**AVALIAÇÃO DO PROJETO SÃO JOSÉ: DISCURSO E PRÁTICA NOS
SUBPROJETOS DE MECANIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DE JARDIM - CE**

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Pós-Graduação Avaliação de Políticas Públicas, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Avaliação de Políticas Públicas.

Área de concentração: Políticas Públicas e Mudanças Sociais

Orientador: Prof. Phd. Luiz Antonio Maciel de Paula

**FORTALEZA - CE
2010**

S237a Santos, Maria do Socorro
Avaliação do projeto São José: discurso e prática nos subprojetos de mecanização no município de Jardim – CE/ Maria do Socorro Santos.
118f.: il; 22cm

Orientador: Luiz Antonio Maciel de Paula
Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Ceará (UFC) / Fortaleza, CE, 2010

1. Políticas Públicas. 2. Projeto São José – Jardim. 3. Desenvolvimento de Comunidade I. Título II. Paula, Luiz Antonio Maciel de.

CDD 320

Para citar esse documento:

SANTOS, Maria do Socorro. **Avaliação do projeto São José:** discurso e prática nos subprojetos de mecanização no município de Jardim – CE. 2010, 118f. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

MARIA DO SOCORRO SANTOS

**AVALIAÇÃO DO PROJETO SÃO JOSÉ: DISCURSO E PRÁTICA NOS
SUBPROJETOS DE MECANIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DE JARDIM - CE**

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção Título Mestre em Avaliação de Políticas Públicas - Área de concentração Políticas Públicas e Mudanças Sociais.

Aprovada em: 04/05/2010

BANCA EXAMINADORA

Prof. PhD. Luiz Antônio Maciel de Paula (Orientador)
Universidade Federal do Ceará - UFC

Prof.^a Dr.^a Sílvia Maria de Freitas (Coorientadora)
Universidade Federal do Ceará - UFC

Prof.^a Dr.^a Francisca Silvânia de Sousa Monte (Membro Efetivo)
Universidade Federal do Ceará - UFC

Dr. José Lima Castro Júnior (Membro Efetivo)
Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA

**FORTALEZA – CE
2010**

In memoriam:

A Júlia André da Silva, minha mãe, pelo imenso amor a mim dedicado, e pelo esforço hercúleo que fez para dar o melhor de si e me encaminhar na vida.

Aos presentes:

A Alana Suelan Santos Ferreira e Everton Stênio Santos Ferreira, meus filhos, que tão sabiamente souberam conduzir suas vidas e as atividades cotidianas durante as minhas idas e vindas até Fortaleza durante o curso e pela força que me deram nesta empreitada.

AGRADECIMENTOS

À Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará - EMATERCE, da qual sou servidora, por ter-me proporcionado as condições necessárias para cursar este Mestrado.

Aos meus colegas de trabalho do escritório de Barbalha.

Aos meus colegas do Centro Gerencial que tão prontamente me acolheram na minha estada por lá.

À Secretaria do Desenvolvimento Agrário pelo apoio com informações.

À Associação dos Servidores da Ematerce - ASSEMA pela hospitalidade.

Aos colegas do Curso de Mestrado da Turma 2008.

A minha amiga e colega Maria Vanderli Guedes pela força e fluidos positivos.

À minha sobrinha Maria Silmara da Silva pela colaboração que me dispensou.

Aos professores do Mestrado turma 2008.

À Lívia Bruna Braúlio de Souza e Vanessa Braúlio de Souza pela valiosa cooperação no momento da atividade de campo.

As Associações de Agricultores familiares de Jardim e demais segmentos que colaboraram com esta pesquisa.

Aos meus estimados amigos Técio e Fafá, seus valiosos estímulos me fizeram chegar até aqui.

Aos membros da banca de minha qualificação.

RESUMO

O fenômeno da participação nas políticas públicas começa a se desenhar na década de 1950, quando se instalam no Brasil a tendência consumista e as práticas do desenvolvimento de comunidade que inicialmente surgem como meio de efetivar a política de modernização. Manifestam-se mais fortemente a partir da década de 1960. À medida que foram se evidenciando contradições sociais, as áreas de moradias foram se constituindo em espaços para a mobilização e organização popular, para atender às exigências de consumo formuladas pela industrialização. Com o propósito de compreender este fenômeno, este estudo pretendeu avaliar a estratégia participativa do Projeto São José de Mecanização Agrícola, no Município de Jardim, no Estado do Ceará. Para tanto, levantou-se a seguinte questão: o projeto São José incorpora em sua formulação e execução os conceitos de participação previstos em sua estratégia? Neste sentido, mediante uma abordagem qualitativa e a utilização de instrumentos de cunho quantitativo/qualitativo, foi dado início ao trabalho de pesquisa, o qual foi realizado em oito associações de agricultores familiares. A pesquisa foi realizada com 113 famílias de agricultores e 15 agentes representantes de instituições/entidades. O resultado da avaliação sugere que a participação no Projeto São José não se efetiva em todas as suas etapas, fato só identificado no momento da liberação dos recursos, mediante a assinatura do convênio (Associação e Estado). Mesmo assim, ainda indica limitações no que se refere ao grau de conscientização, organização social e capacitação dos sujeitos envolvidos no programa.

Palavras - chave: Participação. Projeto São José. Desenvolvimento de Comunidade.

ABSTRACT

The phenomenon of participation in public policy, begins to take shape in the 1950s, when installed in Brazil, the consumer trend and practices of community development that initially appear as a means of effecting the policy of modernization. Manifesting itself more strongly from the 1960s. As if that were showing the contradictions of the housing areas were formed in space for popular mobilization and organization, to meet consumption requirements formulated by industrialization. Based on this understanding this study focused on the purpose of evaluating the participatory strategy Project São José of Agricultural Mechanization in the city of Jardim in the State of Ceará. As such, it posed the question: The project includes São José in the process of formulating and implementing the concepts of holding referred to in your strategy? In this sense, through a qualitative approach, and the use of quantitative-oriented and quality was initiated research work which was conducted in eight local farmers. The research was conducted with 113 farm families and 15 staff representatives from institutions / entities. The evaluation result suggests that participation in the São José Project is not effective in all its stages, a fact only identified at the time of release of funds by signing the agreement (Association and State). Yet still indicates limitations with regard to the degree of awareness, social organization and training of persons involved in the program.

Key words: Participation. São José Project. Development of Community.

LISTA DE TABELAS

1.	Desempenho do Projeto São José I	30
2.	Desempenho do Projeto São José II	30
3.	Demonstrativo dos PSJ de Mecanização Agrícola liberados para Jardim no período de 1995-2005 e cálculo da amostra	57
4.	Projetos São José liberados para o município de 1995 a 2005	63
5.	Atitudes dos agricultores nas associações de agricultores familiares	74
6.	Percentual de Entidades/Instituições que têm ação na comunidade ou projeto	89
7.	Grau de confiança da população comunitária com as entidades/instituições	92
8.	Principais meios que a associação toma conhecimento das políticas públicas	102
9.	Principal fonte de recursos da associação	108

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CAI's	Complexos Agroindustriais
CMDS	Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável
COPPE	Coordenadoria de Programas e Projetos Especiais
CPDC	Coordenadoria de Programa de Desenvolvimento Rural
DC	Desenvolvimento de Comunidade
EMATERCE	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará
ERB	Entidades Representativas dos Beneficiários
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
MEB	Movimento de Educação de Base
PAPP	Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural
PBF	Programa Bolsa Família
PCPR	Programa de Combate à Pobreza Rural
PDN	Programa de Desenvolvimento do Nordeste
PDRI	Programa de Desenvolvimento Rural Integrado
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
POLONORDESTE	Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste
PROHIDRO	Programa de Aproveitamento de Recursos Hídricos do Nordeste
PSJ	Projeto São José
SAR	Serviço de Assistência Rural
DAS	Secretaria do Desenvolvimento Agrário
SIR	Serviço de Informação Rural
STTR	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UFC	Universidade Federal do Ceará
UT	Unidade Técnica

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 O NORDESTE BRASILEIRO: PROGRAMAS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL E ERRADICAÇÃO DA POBREZA	16
2.1 Aspectos da Região Nordeste	16
2.2 Modernização da agricultura	21
3 A PARTICIPAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADE	31
3.1 Dinâmica do Desenvolvimento de Comunidade	31
3.1.1 Desenvolvimento.....	34
3.1.2 Comunidade.....	38
3.1.3 Processo técnico metodológico do desenvolvimento de comunidade.....	39
3.1.4 Participação.....	40
3.1.5 Conscientização.....	48
3.1.6 Organização social.....	49
3.1.7 Capacitação contínua.....	51
4 METODOLOGIA	53
4.1 Caracterização da área de estudo	53
4.2 População e Amostra	55
4.3 Métodos de análise e procedimentos técnicos	57
4.4 Variáveis	58
4.5 Dados: fonte e coleta	61
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	63
5.1 Aspectos presentes nas Associações de Agricultores Familiares do Município de Jardim e dos Subprojetos de Mecanização Agrícola	63
5.2 Discurso e prática da participação no Projeto São José	69
5.2.1 Conscientização.....	70
5.2.1.1 Planejamento das ações para enfrentamento dos problemas.....	71
5.2.1.2 Modo de agir diante dos interesses e preocupações coletivas.....	75
5.2.1.3 Modo de pensar a existência.....	80
5.2.2 Organização Social.....	83
5.2.2.1 Modos de Cooperações Instituídos.....	83
5.2.2.2 Grau de engajamento das pessoas nos projetos comunitários.....	94
5.2.2.3 Desenvolvimento das ações.....	97
5.2.3 Capacitação.....	98
5.2.3.1 Discussão das políticas públicas e legislação específica aos agricultores familiares.....	99
5.2.3.2 Grau de conhecimento dos agricultores quanto ao CMDS.....	101
5.2.3.3 Grau de conhecimento dos projetos existentes na comunidade.....	103
5.2.3.4 Grau de conhecimento dos agricultores familiares do PSJ.....	105
5.2.3.5 Capacidade da Associação para elaborar projetos com base em seus interesses.....	106

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
REFERÊNCIAS.....	113

1 INTRODUÇÃO

A participação social, como fenômeno da realidade, traz limitações historicamente estabelecidas. O conhecimento desses limites se transforma numa necessidade *sine qua non*, pois poderá determinar ação e reflexão dos sujeitos, interferindo no modo pelo qual as ações de enfrentamento do cotidiano são desenvolvidas.

Por tal razão, este estudo pretendeu, primeiramente, entender o aspecto conceitual e metodológico, para que assim ocorresse a compreensão do processo histórico e dialético do fenômeno, possibilitando suscitar alguns pontos referentes ao tema e encontrar possíveis respostas.

Considerando a importância da participação de comunidades no desenvolvimento, aponta-se como relevante investigar as evidências empíricas que possam reforçar a compreensão do fenômeno. Dentre uma vasta gama de experiências de programas e projetos dessa natureza, optou-se pelo estudo do Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR), particularmente o seu segmento Mecanização Agrícola. Para tanto, teve-se como referência a "estratégia participativa" destacada pelas diretrizes do Programa.

O PCPR, intitulado no Ceará de Projeto São José, é voltado para agricultores familiares, com o propósito de fornecer apoio financeiro não reembolsável às comunidades, na perspectiva da redução da pobreza rural. Dada a sua dimensão, a gestão do projeto é de responsabilidade da Coordenadoria de Programas e Projetos Especiais (COPPE), em cooperação com os órgãos estaduais coparticipantes e em articulação com os conselhos municipais de desenvolvimento sustentável (CMDS).

A participação das comunidades rurais é destacada como estratégia básica do Projeto São José no seu propósito de incluir os agricultores familiares nas atividades que enseje emprego e renda e resultem na inclusão e justiça social (CEARÁ, 2007a).

De acordo com o Banco Mundial (2009) o projeto se propõe.

Melhorar a qualidade de vida dos pobres da área rural possibilitando um maior acesso à serviços de infra-estrutura (*sic*) social e econômica básica; aumentar o capital social das comunidades rurais para se organizarem coletivamente e suprir suas próprias necessidades; aumentar a capacidade de governança local pela maior participação dos cidadãos e transparência no processo decisório, com a criação e fortalecimento de associações e Conselhos Municipais; incentivar uma maior integração entre políticas programas e projetos de desenvolvimento no nível local.

O Projeto tem abrangência significativa no Estado, chegando a atender 177 municípios, do total de 184. Os municípios que integram a Região Metropolitana de Fortaleza não pertencem à área de atuação do Projeto, excetuando-se apenas as áreas rurais dos municípios de Caucaia e Maranguape (CEARÁ, 2005).

Para entender como é possível ocorrer a participação dos usuários do projeto, algumas informações sobre sua operacionalização tornam-se necessárias. Para ter acesso aos serviços básicos financiados pelo Projeto, as comunidades, por meio das entidades representativas dos beneficiários (ERB), tais como associações, clubes de mães e de jovens, com a colaboração das entidades coparticipantes, elaboram subprojetos comunitários que são encaminhados ao CMDS para emissão do parecer, acompanhados da ata correspondente. Em seguida, o subprojeto é apreciado pela representação da Ematerce local e estadual e encaminhado para a Unidade Técnica (UT) na Secretaria de Desenvolvimento Agrário, saindo com o parecer de aprovação ou não do projeto. Posteriormente, em caso de aprovação, ocorre a liberação dos recursos, que serão depositados em conta específica das entidades representativas dos beneficiários.

As associações de agricultores, ao receberem os recursos para implantação do subprojeto demandado, ficarão responsáveis pela gestão dos recursos e, conseqüentemente, do empreendimento.

O PSJ postula, em seus enunciados, ações que favoreçam a "geração de renda e bem estar das camadas mais pobres do meio rural; aumentar o capital social; ampliar e fortalecer, em ambiente participativo, a integração com os diversos Programas [...] e promover o desenvolvimento produtivo." (CEARÁ, 2007a, p.8).

Tal perspectiva, somada às questões advindas da experiência da pesquisadora junto aos agricultores e agricultoras em suas entidades organizativas, constituíram-se elementos importantes para fazer aflorar a intenção de estudar com maior profundidade o fenômeno.

As razões anunciadas compõem aspectos importantes para definir o tema como um estudo relevante. Por isto, deteve-se em avaliar a estratégia participativa preconizada em um projeto considerado de desenvolvimento. Trata-se de um estudo que se configura como mais um esforço para compreender melhor o fenômeno da participação dos sujeitos nos processos de políticas públicas.

Nesta pesquisa, procurou-se responder à seguinte questão central: o Projeto São José incorpora em seu processo de formulação e execução os conceitos de participação previstos em sua estratégia? Esta indagação foi coadjuvada por outros questionamentos que

orientaram a busca pelas respostas: como de fato ocorre a gestão nas associações? Para os envolvidos no projeto, o que entendem por participação? A vivência associativa constitui instrumento para superar a situação de carência e ajuda?

O objetivo geral do estudo é avaliar a estratégia participativa do Projeto São José em seu segmento de Mecanização Agrícola no Município de Jardim - CE. Especificamente, procurou-se (a) analisar como se efetiva a gestão do projeto no cotidiano das associações de agricultores; (b) identificar o entendimento que os agentes têm da participação; (c) compreender o papel dos técnicos; e (d) analisar se o projeto contribui para superar a visão assistencialista.

Para tanto, entender as contradições do fenômeno requer, sobretudo, uma visão dialética da realidade, que seja capaz de apreender o cenário político brasileiro e compreender como historicamente foram constituídos os discursos intitulados de participação. Entender, também, quais os parâmetros que as políticas públicas priorizam para definir este enfoque nas suas diretrizes e qual o conceito de participação realmente adotado.

Além deste capítulo introdutório, que apresentou o tema proposto, a problematização e os objetivos do estudo, a dissertação está estruturada da seguinte forma: no segundo capítulo, fez-se uma discussão sobre o Nordeste brasileiro e os programas de desenvolvimento rural. Enfatizou-se a questão da seca no Nordeste, analisando os elementos que secularmente permearam esse fenômeno natural, e as intervenções adotadas para resolução dos impactos dos longos períodos de estiagem.

Ainda no campo da fundamentação teórica, o terceiro capítulo traz os diferentes enfoques do desenvolvimento de comunidade, como também os aspectos que contornam a participação. Procurou-se perceber os espaços de contradição e muitas vezes de cooptação em que ela está inserida. Por um longo período, a participação resultava quando as pessoas assumiam os valores da Modernidade e incorporava-os no seu dia a dia.

Em seguida, o módulo quatro exprime o percurso metodológico da pesquisa. Primeiramente, descreve os aspectos relativos à caracterização histórica e geográfica da área de estudo e, em seguida, detalha os procedimentos metodológicos para a obtenção dos dados, explicando o cálculo da amostra e descrevendo as variáveis com suas respectivas sub-variáveis. Para isso, buscou-se articular diferentes procedimentos de coleta e análise de dados, de forma a consolidar uma firme base empírica, de maneira a contemplar elementos objetivos e subjetivos do estudo.

O quinto capítulo, dedicado à apresentação e discussão dos resultados, discute as evidências advindas de 113 entrevistas semiestruturadas e 15 não estruturadas, bem como

observações realizadas em oito associações de agricultores familiares da cidade de Jardim, que foram atendidas com recursos do Projeto São José, no período de 1995 a 2005, para investir em subprojetos de mecanização agrícola. De acordo com o propósito deste estudo, conforme anunciado, anteriormente, procurou-se dar foco a alguns elementos presentes no cotidiano dos sujeitos que, com a chegada do Projeto na comunidade, tinham que assumir sua operacionalização. Por fim, são apresentadas as considerações finais do estudo Cap.6.

O envolvimento dos sujeitos em fases distintas da formulação e execução dos projetos pode até levar à agrupação. Resta saber se isto representa uma sucessão de mudanças que transformam as pessoas em comunidades ativas. Afinal, é este fato que se pretende analisar neste estudo.

2 O NORDESTE BRASILEIRO: PROGRAMAS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL E ERRADICAÇÃO DA POBREZA

2.1 Aspectos da Região Nordeste

A região Nordeste do Brasil compreende uma área de 1.539.000 km², correspondente a 18% do Território brasileiro. O Nordeste tem 57% de sua área com características semi-árida, uma extensão de 882.000 km² e abrange os estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.

Os aspectos socioeconômicos da região declaram a existência de uma gritante desigualdade social. Conjuga-se a esse fator a recorrente concentração de terra e renda, como anota Furtado (1984, p. 9): "no caso brasileiro e mais particularmente o nordestino, a estrutura agrária é o principal fator causante da extrema concentração da renda no conjunto da economia".

Compartilhando deste raciocínio, Bacelar (1992, p.6) assinala:

Todos os estudos mostram que até hoje a região apresenta os mais altos índices de concentração de renda do Brasil, [...]. O monopólio da terra também atua como elemento de resistência à diversificação agrícola e ao avanço da modernização em vastas áreas [...] do Nordeste.

Dados do IBGE (2008, p.31-33) mostram que a população nordestina equivale a "52.305.000 habitantes, desta 37.535.00 reside na zona urbana e 14.770.00 na zona rural. A taxa de analfabetismo no Nordeste corresponde a (20%), ou seja, o dobro da média do Brasil e mais o fenômeno do analfabetismo está relacionado às áreas rurais" sendo esta estimada na proporção "três vezes maior que a urbana".

Quanto aos índices de pobreza, o número de pobres¹ no Nordeste "é de 43,54%, com uma população de 22.383", quase o dobro do País "22,70%". A taxa de "indigentes (em extrema pobreza)", enquanto "no país é de 7,95%", no Nordeste passa para "17,55%", atingindo "uma população de 9.022". No caso da renda; a proporção apropriada pelos "50% mais pobres é igual a 14,72%". Por outro lado, a proporção de renda apropriada por 1% da população mais rica corresponde a 14,51%; no que se refere à desigualdade de renda, o

¹ Como ponto de vista metodológico, no Brasil são pobres aqueles com renda familiar *per capita* mensal inferior a 1/2 salário mínimo, ao passo que indigentes são aqueles com renda familiar *per capita* mensal inferior a 1/4 de um salário mínimo (IPECE, 2006, p.20).

"índice GINI² está em 0,565" (IPECE, 2007, p.12/81-83).

Os dados estatísticos anunciados mostram as principais características da região. Outros aspectos, porém, marcam secularmente o Nordeste brasileiro. Entre eles, cita-se o fenômeno da seca que sempre surge acompanhado de sérios impactos, principalmente na realização da agricultura de subsistência.

Para Furtado (1984, p.10-12) as secas "são parte da realidade nordestina, como as neves perenes são parte do mundo dos esquimós". Para ele, as estruturas que se tem é que se apresentam impróprias e não são capazes de fazer deslanchar um desenvolvimento de forma integrada na região.

O fato é que o estigma da seca permeia o imaginário de algumas pessoas que atribuem, na maioria das vezes, ao fenômeno, a causa primeira dos problemas que afetam a população.

De acordo com Andrade (1986, p.125), a imagem é a de uma região:

superpovoada e a mais pobre do país, aquela onde ocorre periódicas secas. Essa impressão, porém, é superficial. O Nordeste é uma área grande, produtora de uma série de produtos para a economia nacional, como o petróleo, a gipsita, o calcário, o ferro, o manganês, etc. Ela não é uma região inteiramente semiárida.

Nesse sentido, Bacelar (1992, p.1) levanta a reflexão sobre o papel das elites locais. A autora considera que parte significativa dessas elites, até certo ponto, tem interesse na manutenção da situação de miséria na qual, constantemente, se encontra a maioria dos nordestinos.

Não se pode omitir o fato de que a situação de flagelo pela qual passa a população nordestina é fato. Não é bom, porém, continuar justificando as mazelas que assolam a região, com base simplesmente, em suas características naturais. A seca, segundo Bacelar (1992, p.2), é um "fenômeno natural da estiagem - típico de toda zona semiárida", não cabendo ser interpretada como causa *sui generis* das mazelas e, tampouco, ser transformada num drama social.

Para constatar a presença frequente deste problema, basta verificar a literatura sobre o tema, e logo percebe-se que as secas são recorrentes, diferenciando apenas o grau de severidade presentes em cada período. Tanto é verdade que há registros do fenômeno desde o século XVI, "uma das primeiras secas que se tem notícia aconteceu entre 1580 e 1583 [...] cerca de 5 mil índios desceram do sertão em busca de comida. Nos anos 1700, diversas

2 Índice de GINI, que varia de zero a 1, é um indicador de igualdade ou de desigualdade de uma distribuição. Quando igual a zero, significa a situação teórica de igualdade. Quando igual a 1, ocorre a situação máxima de desigualdade (DIEESE, 2008, p.139)

estiagens atingiram a região, deixando rastros alarmantes nas capitânias". (BARRETO, 2009, p.64).

Conforme Barreto (2009, p.64) e Almeida (2003, p.61) a "Grande Seca" de "1877 a 1879" provocou efeitos "catastróficos" na "população nordestina", deixando um grande contingente de famintos e muitas mortes. Nesta seca, segundo Andrade (1986, p.127), ficou registrada a célebre frase de D. Pedro II, na qual afirma que "empenharia as jóias (*sic*) da coroa, mas não permitiria que os nordestinos passassem fome". Para sanar os efeitos das secas, foi cogitado inclusive em "importar camelos para serem utilizados como animais domésticos, em substituição a bois e cavalos".

Como se pode notar, os problemas advindos com as grandes secas vieram acompanhados de sérios impactos para a população pobre. Como já expresse os períodos de estiagens são especificidades da região. Portanto, o fenômeno sempre ressurge. Sendo assim, os séculos que se seguem como o XX e XXI, não ficaram imunes ao fenômeno das secas. Conta-se com registros de intensas estiagens, nas décadas de 1915, 1932, 1951, 1958, 1978-1983, 1993, 1998 e 2001.

Na seca de 1915, no Estado do Ceará, grande fome assolou a população restando aos famintos ficar vagando por suas cidades, muitos deles permanecendo às suas margens, outros se dirigindo às cidades maiores e alguns, como andarilhos errantes, deslocavam-se até a Capital do Estado.

Esta é situação que cobra dos governantes medidas de intervenção. Neste caso, a alternativa encontrada pelo Governo foi a de exercer o controle dos flagelados; para isso, de acordo com Barreto (2009, p.65), o governo criou "uma espécie de campo de concentração nas margens das grandes cidades para impedir a migração". Segundo Neves (2001, p.109), foram criados "cinco campos" nas vias das grandes cidades e "dois menores estavam em locais estratégicos de Fortaleza". Uma vez dentro do campo, os retirantes submetiam-se ao regulamento estipulado. Com os campos, o Governo pretendia "impedir a mobilidade física e política dos retirantes", o "maior campo" estava localizado no "Crato, chegou a abrigar quase 60 mil pessoas".

Já na seca de 1932, ainda conforme Barreto (2009, p.65), mostram-se para a sociedade evidências do mau uso dos recursos públicos, com a configuração "da indústria da seca: as oligarquias econômicas e políticas da região que usavam recursos do governo em benefício próprio, com o pretexto de combater às mazelas dos fenômenos climáticos". Andrade (1986, p.127) corrobora, acentuando que "os grandes proprietários eram os verdadeiros beneficiários da ação do governo".

Durante a seca de 1951, em conformidade com Almeida (2003, p.61-62), a situação "forçou o Governo Federal à criação de uma instituição para região", com a função de realizar ações capazes de diminuir os efeitos dos períodos de estiagem. Tal pretensão foi inspirada, segundo Andrade (1986, p. 128), "no exemplo italiano da Cassa per il Mezzogiorno, que criou em 1952, o Banco do Nordeste do Brasil, procurando desenvolver o crédito na área que foi delimitada como polígono das secas".

Em 1958, no governo de Juscelino Kubitschek, segundo Andrade (1986, p.128) mais uma seca se configurou. A severidade desta estiagem impulsionou o Governo a designar "um Grupo de Trabalho para estudar a problemática regional, dirigido pelo economista Celso Furtado". Os resultados apontam para a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Tendo Celso Furtado como superintendente, procurou desenvolver a infraestrutura de transporte e serviços da região, desenvolver uma política de industrialização, implantar uma política de democratização agrária, desenvolver técnicas de aumento de produção, bem como fazer uma política de redistribuição demográfica.

Com o golpe militar de 1964, porém, a SUDENE vê seus projetos desmoronarem-se. Sua função ficou mais focada a prestar assistência aos governos estaduais e gerenciar uma política de aplicação de incentivos fiscais a grandes projetos agrícolas e industriais, perdendo de vez sua característica.

Neste sentido, de acordo com Guimarães Neto (1989, p.159, grifo nosso), a SUDENE, bem antes do "movimento militar de 1964", já sofria pressão dos "segmentos conservadores"; razões estas que levam a Superintendência a "procurar caminhos de **menor resistência**". Com isto, a SUDENE "perde em grande parte, sua tônica reformista".

Outro período de estiagem ocorre de 1978-1983, no início do governo de Geisel e se estende durante o governo de João Figueiredo. Nesta seca, "o Estado acionou uma das maiores "Frentes de Serviços"³ para poder conter o número de desabrigados" (ALMEIDA, 2003, p.66).

Para se ter noção do número de pessoas afetadas diretamente com problemas que emanam em épocas de estiagem, basta observar o número de pessoas alistadas na seca de 1998; de acordo com Duarte (2000, p.246), durante esta seca, "as frentes produtivas chegaram

3 As primeiras frentes de trabalho são medidas de socorro aos flagelados e vem desde a seca de 1877. Até a seca de 1970, as atividades realizadas pelos alistados, consistiam na construção ou recuperação de obras públicas, principalmente de açudes, barragens e estradas. A partir da seca de 1979 -1983, sob o argumento de se manterem os alistados nos seus locais de residência, as frentes passaram a realizar trabalhos nas propriedades rurais. Os trabalhos consistiam em obras hídricas e benfeitorias. Na seca de 1993, voltou a dar prioridade às obras públicas. Nas secas de 1998, o programa veio com muitas mudanças, uma delas orientava que as frentes teriam que ser necessariamente produtivas, no sentido de contribuírem para uma melhor convivência das comunidades com a seca (DUARTE, 2000, p.239/ 241 e 245).

a inscrever 1,2 milhões de trabalhadores".

Apesar dos dados apresentados serem específicos de um período de estiagem, inúmeras pessoas, ano a ano são afetadas pelas consequências do fenômeno. Pelo que se nota, é que nem todos compreendiam a amplitude do problema, porquanto, quando os recursos chegavam aos estados, de acordo com Almeida (2003, p.62), sobretudo, era-lhes dado outro uso, por meio da arraigada relação clientelista, pois essa prática constituía a "indústria da seca". E, assim, as obras hidráulicas se tornam um mecanismo fundamental para continuidade das relações de reciprocidades⁴.

Neste sentido, Furtado (1984, p.10) faz a discussão quanto à necessidade de dinamizar uma "nova estrutura agrária" de maneira que "favoreça à elevação da renda real da massa dos agricultores e estimule estes a investir e a absorver avanços técnicos". A não-observação destes requisitos, de acordo com o autor, será inadequada. Uma política de desenvolvimento, a geração de excedentes continuará beneficiando os grupos historicamente privilegiados.

Vale dizer, de acordo com Andrade (1986, p.129) que "o Nordeste não é inviável, [...] seu problema não é físico, de solos ou de clima, mas de sensibilidade de governo" Talvez se possa afirmar que, para a política de desenvolvimento acontecer, requer dos governos visão social e novas atitudes, motivo que sugere o entendimento de que deve ser dado aos recursos públicos o devido uso, e que este tenha a finalidade de atender aos reclamos da população, não visando a atender a interesses próprios.

Como já anunciado, os maiores impactos nos tempos de seca chegam mais rapidamente àqueles que produzem alimentos de subsistência. Na maioria das vezes, este segmento não tem acesso à terra, submetendo-se às mais distintas formas de relação trabalhador rural e proprietário.

Para muitos, segundo Bacelar (1992, p.6), restam "a parceria e o arrendamento, único mecanismo para ter acesso à terra, para produzir e sobreviver". Talvez se possa afirmar que as políticas públicas precisariam focar suas ações na resolução dos problemas de ordem estrutural. Como anota Andrade (1986, p.130), "Deve-se inicialmente organizar uma política que facilite o acesso à terra pelo que verdadeiramente trabalham nela e, em seguida, dar-lhes o crédito orientado".

4 O sentido aqui expresso parte das relações clientelistas, por isso "envolvem permuta interpessoal e obrigações recíprocas, mas a permuta é vertical e as obrigações assimétricas". (PUTNAM, 2006, p.184).

2.2 Modernização da agricultura

A modernização da agricultura, no Brasil, tem origem em 1950, porém sua consolidação ocorre com a implantação do setor industrial de equipamentos e insumos agropecuários, ocorrido na década de 1960.

A produção de tratores no Brasil, por exemplo, só se iniciou no ano de 1959, com o Plano Nacional de Indústria de Tratores Agrícolas⁵ e, conseqüentemente, com a instalação da Indústria, FORD. Anteriormente, os tratores usados eram todos importados (TEIXEIRA, 2005, p.24).

Para Mesquita (2009, p.7), após 1950, teve início a "industrialização da agricultura. O complexo rural (CR) cedeu lugar aos complexos agroindustriais (CAIs), iniciando, assim, a integração das atividades agrícolas à indústria.

Deste modo, gradativamente, a agricultura é transformada em um setor de aplicação de investimentos de capitais, representando um amplo mercado consumidor de insumos agrícolas, bens de consumo duráveis e não duráveis da indústria urbana, fornecedora de gêneros alimentícios e matérias-primas (MESQUITA, 2009, p.4).

A conjugação da indústria com a agropecuária modifica intensamente relações socioeconômicas. Por não trazer mudanças na distribuição de renda, impactou o modo de vida das pessoas do campo, ampliando as desigualdades sociais; como também provocando sérios impactos ambientais.

Somam-se a modernização os "pacotes" tecnológicos da Revolução Verde, incitando novas práticas agrícolas, configurando-se como principal elemento de transformação da agricultura.

Com efeito, para implementar tais mudanças, o Estado adota alguns mecanismos. Então, para garantir a adesão das pessoas aos bens industriais de consumo orientados para a produção agrícola, assegura a educação ao homem rural, por esta surgir, segundo Caporal e Costabeber (2007, p.6), como possibilidade para que "este passasse a aceitar as mudanças que o modelo impunha".

Para isso, Caporal e Costabeber (2007, p.6) ressaltam que o extensionismo assentado base rogeriana da extensão rural aprimora as metodologias, criando outras e mais abrangentes formas de intervenções, fazendo com que se efetive o consumo de bens industriais. Os mecanismos utilizados, no entanto, não asseguram a obtenção desses

5 Instituído pelo Decreto 47.473 de 22 de dezembro de 1959.

resultados, razão que leva a extensão na década de 1960 a tirar a conclusão de que "o trabalho com pequenos agricultores não dá resultados esperados e recomenda o trabalho com médios e grandes produtores, com aqueles que estejam aptos a adotar as tecnologias modernas".

Outro mecanismo para o advento da industrialização no campo é o crédito subsidiado, o qual acontece na metade da década de 1960. Segundo Caporal e Costabeber (2007, p.6), neste período, a disciplina Extensão Rural já fazia parte da grade curricular dos cursos de Ciências Agrárias. Os profissionais recém-formados, sem um olhar crítico da realidade, transformam-se em eficientes agentes de difusão de tecnologias.

Sendo assim, o Sistema Nacional de Crédito Rural, criado em 1965, surge como um significativo elemento para concretizar os propósitos da modernização. Conforme Elesbão (2007, p.55), o crédito surge como um mecanismo que oferece "taxas subsidiadas e prazos relativamente longos" aproximando-se de uma "modernização quase compulsória de base técnica da agropecuária brasileira".

Somando-se a esses fatores, o Estado, para implementar a modernização da agricultura, instrumentaliza o sistema cooperativo. Para tanto, "reservou às cooperativas agropecuárias o papel de principal executor das políticas públicas voltadas para o setor rural". (SAQUET; SINHORINI, 2008, p.190).

Os programas para o desenvolvimento rural surgidos durante a década de 1970 também foram mecanismos utilizados pelo Estado que, no papel de provedor delineou as políticas públicas, buscando implementar os propósitos da modernização. Com isso, a modernização que buscava o progresso tecnológico, dando ênfase à tecnificação do meio rural perseguiu basicamente o crescimento econômico. Tal característica distanciou o contingente de famílias agricultoras da dinâmica social e econômica.

De acordo com Teixeira (2005, p.36), estes programas tiveram "efeitos concentradores e excludentes. [...] "apesar de não excluir totalmente as pequenas propriedades, a modernização agrícola se concentrou basicamente nas grandes propriedades, tornando-se seletiva".

2.3 Programas de desenvolvimento rural

As intervenções realizadas com origem nas políticas governamentais no Nordeste, até a metade da década de 1950, segundo Figueiredo (1999, p.36), davam-se por meio de

"construção de obras" para captação, armazenamento e distribuição de água com intuito de minimizar os sérios problemas advindos dos longos períodos de estiagem. "O primeiro órgão criado" em 1909, com esta finalidade foi a "Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas - IFOCS, que em 1945 se transforma no Departamento de Obras Contra as Secas - DNOCS".

Apesar da missão do Departamento, os problemas na região Nordeste não foram resolvidos por esta via, já que, após cada período de estiagem, o impacto social se tornava mais intenso. Como destaca Bacelar (1992, p.1), "A chamada política hidráulica, centrada na construção de açudes (dentro das grandes propriedades) ajudava a reprodução econômica dos fazendeiros-pecuaristas. [...] essa política mantém intocadas, até hoje, as estruturas econômicas e sociais prevaletentes no semiárido".

Com a criação do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN)⁶, uma nova perspectiva de ação ressurgiu com a apresentação do relatório, trazendo novas abordagens para condução do desenvolvimento socioeconômico da região. Após as orientações do relatório, conforme Bacelar (2001), Vieira (2008) e Figueiredo (1999) tem-se a criação da SUDENE⁷, que se deu na década de 1950, com finalidade de coordenar o desenvolvimento no Nordeste e consolidar a modernização econômica e social. Com a Superintendência, vêm os planos diretores e os programas de desenvolvimento rural integrado (PDRI).

Os planos diretores do desenvolvimento do Nordeste traziam a perspectiva de que o meio rural deveria sair do atraso, e, para isso, precisaria modernizar-se, adotando, pois, o paradigma produtivista.

Então, os quatro planos diretores instituídos pela SUDENE trazem em seus preceitos a lógica desenvolvimentista. Deste modo, no primeiro Plano Diretor⁸ (PD), que corresponde ao período 1961 a 1963, prioriza o Plano de Eletrificação do Nordeste e Plano Rodoviário. A partir daí, vem o estímulo para o desenvolvimento da agricultura e pecuária com destaque na captação de água, bem como incentivo para uso de implementos agrícolas, máquinas e tratores.

No segundo PD⁹, que prevaleceu no período que vai de 1963 a 1965, a primazia foi para o crescimento da economia nordestina. Os empreendimentos industriais ou agrícolas que se instalaram na região contaram com a isenção dos impostos e taxas federais.

6 Decreto 40554 de 14 de dezembro de 1956

7 Lei nº 3.692 de 15 de dezembro de 1959

8 Lei 3995 dezembro de 1961 art. 13, 21,31 e 33

9 Lei 4239 junho de 1963 art. 13 e 17

Os dois últimos planos¹⁰, correspondentes aos períodos 1966 a 1968 e 1969 a 1973, seguem com ênfase no crescimento da economia e no aumento da produtividade agrícola, apoiando projetos de irrigação e oferecendo estímulos para a produção e industrialização.

O quarto Plano Diretor, todavia, segundo Guimarães Neto (1989, p.160), foi "o último plano regional a ser aprovado no Congresso Nacional, em 1968".

Este é substituído pelo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), que vigora no País no período de 1972-1974. Dentre os diversos aspectos desse plano, dá-se destaque para o Capítulo III, inciso II, tratando da Estratégia Agrícola, que pretende ampliar a capacidade competitiva e perseguir o crescimento anual acima de 7%. Tem por objetivos, portanto, "o desenvolvimento da agricultura do Nordeste, para mudar em economia de mercado a sua agricultura tradicional [...] e ainda desenvolver a Programa de Irrigação do Nordeste".

Estes planos tiveram a característica de serem "elaborados nos gabinetes de uma tecnocracia em ascensão e que começava a se constituir um poder subsidiário ao poder militar, extremamente retrógrado que se instalara com Médice - e de toda tônica reformista do projeto SUDENE". (GUIMARÃES NETO, 1989, p.160).

Desse período em diante, a "SUDENE conduz sua estratégia de intervenção para os Programas de Desenvolvimento Rural; o segundo PND 1975 a 1979 destaca os programas especiais e indica a criação de pólos de desenvolvimento regional" (FIGUEIREDO, 1999, p.46-47).

É, portanto, no período do II PND que os programas de desenvolvimento rural integrados são implementados, com vistas a reduzir os impactos produzidos pelo subdesenvolvimento rural, de maneira a erradicar a pobreza no espaço agrícola.

Inicialmente, foi criado o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE) vindo, em seguida, o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Região do Semiárido do Nordeste (PROJETO SERTANEJO) e o Programa de Irrigação do Nordeste, Programa de Aproveitamento de Recursos Hídricos do Nordeste (PROHIDRO).

De acordo com Leite (1998, p.108-113), o POLONORDESTE¹¹ foi projetado pela "Secretaria de Planejamento, da Presidência da República", com a prioridade de "transformar o setor agrícola regional e promover melhorias das condições de vida da população nordestina; o Projeto SERTANEJO¹² tinha por escopo "fortalecer a economia das unidades de

10 Lei 4869 dezembro de 1965 e Lei 5508 outubro de 1968

11 Decreto nº 74.794, de 30 de outubro de 1974.

12 Decreto nº 78.299 de 23 de agosto de 1976.

produção agropecuária e diminuir as repercussões sociais agravadas pela seca; o PROHIDRO foi legalmente instituído em 12 de setembro de 1979"; a finalidade centrava-se em "aumentar a disponibilidade de água para abastecimento humano e animal e dando suporte hídrico para irrigação".

O POLONORDESTE, segundo Almeida (2003 p.128), baseava-se na "teoria de pólos de desenvolvimento de François Perroux, concentrar investimentos em algumas áreas ou setores, pólos ou núcleos de maior resistência".

O Projeto SERTANEJO estava voltado para a elaboração de projetos realizados em propriedades com áreas que iam de 20 a 500 ha, e reforçava as estruturas sociais, fortalecendo-as, esquecendo aqueles produtores que não detinham a posse da terra ou que a possuíam em quantidade não suficiente.

A eficácia destes projetos foi posta em teste e, na grande seca ocorrida no período da metade da década de 1970 e primeira metade dos anos 1980, segundo Almeida (2003, p.129), serviu para mostrar que "as estruturas existentes não foram capazes de fornecer assistência aos flagelados, às vítimas das secas, utilizando os mesmos métodos, já utilizados nas secas anteriores".

A análise desses projetos sugere pensar-se outra proposta de intervenção. Para isto, o Banco Mundial "propõe ao Governo brasileiro financiar um único programa de desenvolvimento rural, nasce a partir desta recomendação o Programa de Desenvolvimento Rural do Nordeste, denominado Projeto Nordeste, com a finalidade de acabar com a pobreza absoluta e o desemprego". (FIGUEIREDO, 1999, p.54).

A coordenação do Projeto Nordeste fica então delegada à SUDENE, que, para operacionalizá-lo recebe suporte financeiro e técnico. Para tanto, a Superintendência apresenta à Comissão Interministerial uma proposta de intervenção, sugerindo a distribuição em quatro grupos:

- Grupo I- Elaboração da Proposta da Política Regional;
- Grupo II- Avaliação dos Instrumentos de Intervenção do Governo no Meio Rural;
- Grupo III- Avaliação dos Programas Especiais e Setoriais de Desenvolvimento Regional;
- Grupo IV- Elaboração da Estratégia de Desenvolvimento Rural e do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP) (LANDO; MARTINS, 1989, p.24).

Segundo as autoras ora citadas, dos estudos concretizados pelos grupos, resultou a definição de cinco programas: 1) Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP); 2) Programa de Educação Rural; 3) Programa de Ações Básicas de Saúde; 4) Programa de Saneamento em Áreas Rurais; 5) Programa de Agroindústria.

O Projeto Nordeste traz em sua concepção teórica questões não incorporadas nos projetos anteriores, como a questão agrária e a participação popular; entretanto, é oportuno lembrar o contexto no qual ele foi criado. A orientação oficial indica um modo diferente de operacionalizá-lo.

Na prática, no entanto, "o gerenciamento do Projeto Nordeste está em grande parte confiado a autoridades que gerenciavam os projetos anteriores, comprometidas por suas posições político-ideológicas, com os princípios conservadores". (ALMEIDA, 2003, p.129).

Como se pode perceber, a implantação de maneira a efetivar o que apregoam os objetivos do Projeto não se traduz em tarefa simples. Ultrapassar o arcabouço teórico e chegar à prática são alguns obstáculos presentes na conjuntura brasileira que vêm à tona.

A estrutura de poder vigente na atual sociedade brasileira, que possibilita maior afluência às classes dominantes, concentrando, neste nível, a tomada de decisões; A educação conservadora vigente no País, que, "trabalhando" o profissional, geralmente oriundo de classe dominante, dentro de um conceito de manutenção da cultura tecnicista, considerada superior à cultura popular, dificulta a identificação deste técnico com a classe trabalhadora; A falta de estabelecimento de canais institucionais que garantam a efetiva participação; dificuldade de acesso dos pequenos produtores às informações e ao controle da aplicação dos recursos a ele destinados; falta de vivência de participação também por parte dos beneficiários. (LANDO; MARTINS, 1989, p.32).

Isto posto, na metade da década de 1980, início da Nova República, outro programa se configura, denominado de Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP).

Portanto, o PAPP, como um programa do Projeto Nordeste¹³, traz algumas mudanças instituídas após a redemocratização. Sendo assim, anuncia possibilidades de práticas na perspectiva da democracia participativa.

Mesmo com a inserção de novas abordagens, os estudos mais uma vez indicam que o Programa, por meio de seus projetos, permanece apresentando problemas na operacionalização. A evidência de tais resultados leva o Governo Federal e o Banco Mundial, na década de 1990, à decisão de realizar outro estudo para verificar o andamento dos projetos.

Corroborando este pensamento, Vieira (2008, p.119) assinala que "foi criada no Congresso Nacional em 1991 uma Comissão Especial Mista sobre o desequilíbrio econômico inter-regional brasileiro, para fazer um estudo sobre os projetos". Assim, foi definida uma comissão para visitar o México¹⁴ e conhecer a experiência desse País sobre projetos de

13 Decreto nº 91.179, de 1º de abril de 1985.

14 Denominado Programa Solidariedad, concebido pelo Banco Mundial e Governo Mexicano, propunha-se a realizar atividades assistenciais na intenção de diminuir a pobreza de comunidades carentes do campo e das cidades (FIGUEIREDO, 1999, p. 59).

desenvolvimento.

Com base no resultado do estudo dessa Comissão, novos encaminhamentos foram propostos. Um deles se concretiza com a "criação do Projeto Áridas, que se dá em 1993, seu objetivo era elaborar um novo modelo de desenvolvimento para a região Nordeste". Com isto, nesta mesma década, o "PAPP ressurgiu", trazendo objetivos reformulados. Suas orientações passam a ser mais claramente pautadas "em procedimentos participativos e basear-se nas demandas da comunidade rural". (VIEIRA, 2008, p.71).

O PAPP apresentou segundo Figueiredo (1999, p.58), três estratégias de intervenção: a primeira, indo do período de sua criação até 1990, tinha enfoque no desenvolvimento socioeconômico e nos aspectos organizativos dos pequenos produtores rurais, com base nos instrumentos de ação¹⁵; a segunda vai de 1991 até 1993 e concentrou sua atuação por área e por produto; a terceira, de 1993 a 1996, foi a ação antipobreza, com caráter mais assistencial, mas não perdeu de vista seu propósito de tecnificar a pequena produção e tornar o pequeno produtor um agente especializado. E, em 1996, o Programa recebeu novo redirecionamento.

O PAPP é mais uma vez reformulado, surgindo em 1996 com a denominação de PCPR (Programa de Combate à Pobreza Rural), especificamente nos Estados da Bahia, Ceará e Sergipe, posteriormente foi estendido aos Estados do Rio Grande do Norte, Pernambuco, Piauí, Maranhão e Paraíba. (ARAÚJO, 2003, p. 77).

Alguns estados preservaram o nome original (PCPR), todavia, em outros¹⁶, agregam-lhes um nome de fantasia. No Ceará, o Programa passa então a ser designado de Projeto São José, em homenagem a São José, o padroeiro do Estado. Esse é venerado pelos cearenses, é o "santo mais popular do Nordeste, considerado pelo sertanejo e sertaneja como um protetor das causas difíceis". (ARAÚJO, 2003, p.82).

3.3.1 Projeto São José

O Programa de Combate à Pobreza Rural intitulado no estado do Ceará de Projeto São José configura importante instrumento na agenda governamental que possibilita firmar

15 Ação fundiária, crédito rural, recursos hídricos, geração e difusão controlada de tecnologia, assistência técnica e extensão rural (ATER), comercialização e abastecimento e Apoio a Pequenas Comunidades Rurais (APCR). (FIGUEIREDO 1999, p. 58).

16 Na Bahia, é denominado Produzir, em Pernambuco, Prorural, no Maranhão, Prodim, em Sergipe, Santa Maria, na Paraíba, Cooperar; nos outros estados do Nordeste, ele é designado como de Combate à Pobreza Rural (VIEIRA 2008, p.113).

acordos de empréstimos entre Estado e Banco Mundial, bem como a contrapartida da comunidade. Os recursos são não reembolsáveis e financiam subprojetos de ações comunitárias concernentes a infraestrutura e projetos produtivos. O Projeto encontra-se presente em 177 municípios do Ceará e traz a prerrogativa de um modelo de gestão compartilhada, envolvendo entidades, secretarias coparticipantes, Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável e as entidades beneficiárias. Estas constituem segmentos dos beneficiários e responsabilizam-se pela operacionalização dos subprojetos em suas localidades (CEARÁ, 2007a).

O Projeto São José I compreende o período de junho de 1995 a junho de 2001 (fase I) e junho de 2001, com previsão de encerramento em junho de 2005 (fase II). O prazo foi elástico por força de aditivo, compreendendo o período que vai de agosto de 2006 a julho de 2009 (CEARÁ, 2005, p.2).

O Projeto São José I resultou do Acordo de Empréstimo 3918-BR com o Banco Mundial, com o fim deste contrato em 29/10/2001. Já o Acordo de Empréstimo 4626-BR corresponde ao Projeto São José II 1ª fase, efetivado em 29/01/2002, para vigorar no período 2002/2006. Envolveu recursos da ordem de US\$ 50 milhões. As atividades desse acordo concentraram-se em ações de infraestrutura: abastecimento de água e eletrificação rural (CEARÁ, 2007a, p.6).

O Projeto São José II-2ª fase, teve duração de três anos, iniciando-se em 01.08.06 e término em 30.06.09, mediante o Acordo de Empréstimo Nº 7387-BR. (CEARÁ, 2005, p.6).

As atividades financiadas com o Projeto São José II-2ª fase resultaram de mais um pacto entre o Governo do Estado do Ceará e o Banco Mundial que acordam retomar o financiamento para subprojetos produtivos sustentáveis, dando prioridades àqueles já inseridos em arranjos produtivos locais (APLs) (CEARÁ, 2005, p. 6-7).

O titular da Coordenadoria de Programas e Projetos Especiais da SDA, em entrevista ao Diário do Nordeste, anuncia a Carta Consulta do novo Contrato do Projeto São José III:

É a contribuição efetiva com o desenvolvimento rural sustentável, realizando trabalhos junto às redes de associações comunitárias, considerando as dimensões econômica, social, ambiental e incluindo a valorização da cultura local. A proposta inicial, apresentada com sucesso na Comissão de Financiamento Externo, da Secretaria de Assuntos Internacionais (Seain), do Ministério do Planejamento, concentra-se em agricultores familiares, e busca sinergias com Políticas Públicas congêneres nas três esferas do Governo. Dentro deste contexto, quatro vertentes estão sendo postas: Universalização no abastecimento de água, intensificação de políticas de apoio a núcleos ou arranjos produtivos emergentes - na perspectiva da sustentabilidade, focalização no conjunto da agricultura familiar, nas etnias quilombolas e indígenas, gênero e meio ambiente, como uma questão transversal. (DIÁRIO DO NORDESTE, 2009, p.4).

Como se pode verificar, o Projeto, na sua terceira fase, sugere agregar em suas diretrizes enfoques sugeridos no contexto atual brasileiro.

A carência de tal enfoque já fora identificada por Araújo (2003), por ocasião da análise que a autora fez nos resultados de estudos de avaliação, encomendados pela Coordenação do Projeto, em 18 imóveis de assentamentos. Ela constata que os pesquisadores levaram em conta aspectos diretamente ligados à renda, "[...] deixando à margem a sustentabilidade, que considera outras dimensões do desenvolvimento: formação do capital humano e social, preocupação com o meio ambiente e questões sociais ligadas à cultura, educação, saúde, gênero, geração, etnias".

Estes conceitos, na cena atual, compõem normas e diretrizes de muitas políticas públicas. Tal tendência resulta das demandas gestadas ao longo das décadas pelos movimentos sociais. Como exemplo recente, tem-se a instituição da Política Nacional de Ater (PNATER)¹⁷, documento-referência para as orientações das políticas públicas com ênfase no rural. Esses novos conceitos encontram-se claramente postos em seus princípios e diretrizes.

De certa maneira, o Projeto São José precisa de fato implementar em suas normas as novas perspectivas que surgem no novo contexto. Até porque estas orientações também foram incorporadas pelo Banco Mundial, organismo internacional financiador do Programa.

E, assim, o Projeto São José III, segundo o titular da Coordenadoria de Projetos Especiais, reúne novas orientações. Traz a intenção de atuar com quatro componentes: "São José Infraestrutura", "São José Produtivo", "São José Agrário" e "São José Inclusão Social". Esses componentes, respectivamente, têm a pretensão de: encontrar opções para conviver com as secas; realizar financiamento considerando comunidades mais organizadas e que tenham articulação com várias instituições; atender áreas de assentamentos, estaduais e federais, o que está sendo feito em parceria com o Movimento dos Sem Terra (MST) e apoiar ações com etnias, identificando todas as comunidades quilombolas e indígenas. Outra vertente anunciada refere-se à questão ambiental, pois aspectos ligados a este componente devem permear todos os subprojetos (DIÁRIO DO NORDESTE, 2009, p.4).

Para apoiar e acompanhar os subprojetos, além dos profissionais nas entidades coparticipantes, a Coordenação do Projeto no Ceará contratou 13 profissionais, com a denominação de articuladores regionais. Os articuladores estão distribuídos em três grupos e cada conjunto está ligado a um supervisor, lotado no escritório central da UT que, em caráter de complementaridade de suas ações, farão visitas às comunidades beneficiadas. (CEARÁ,

¹⁷ Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010.

2005, p.18-19).

É possível verificar nas tabelas nº 2 e 3 que, durante os dez anos do Projeto São José no Ceará, 7.604 subprojetos foram liberados, atendendo a 177 municípios cearenses. Caso se considerem apenas os 1.742 subprojetos liberados de 2002 a 2005, este número já anuncia a necessidade de equipes de profissionais para, junto aos agricultores familiares, desenvolver um acompanhamento sistemático, para que os projetos consigam atender a perspectiva da participação ativa e consciente dos sujeitos, bem como assegurem uma melhor gestão aos projetos, proporcionando às pessoas desenvolver habilidades, para que elas próprias possam conduzir seus projetos.

Tabela 1- Desempenho do Projeto São José I (Valores em US\$ 1000,00)

Ano	Nº Subprojetos	Nº Municípios	Nº Famílias	Recursos Aplicados
1995	2752	177	182.454	104.017
1996	167	82	5.351	3.289
1997	596	149	18.969	22.322
1998	1406	166	106.375	47.002
1999	314	162	21.071	15.126
2000	477	147	30.972	13.853
2001	150	113	9.950	2.425
TOTAL	5862	177*	375.142	177.872

Fonte: Tabela produzida com dados da SDA/PSJ I

* Municípios sem repetição.

Tabela 2- Desempenho do Projeto São José II (Valores em US\$ 1000,00)

Ano	Nº Subprojetos	Nº Municípios	Nº Famílias	Recursos Aplicados
2002	355	108	24.540	24.224
2003	399	143	27.174	31.861
2004	448	141	28.262	43.454
2005	540	136	31.351	51.632
TOTAL	1742		111.327	151.171

Fonte: Tabela feita com dados da SDA/PSJ II, 2009. (neste levantamento considerou-se apenas os anos de 2002 a 2005).

3 A PARTICIPAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADE

3.1 Dinâmica do Desenvolvimento de Comunidade

O desenvolvimento de comunidade (DC) tem origem na Europa. É ação historicamente direcionada a um conjunto de pessoas pertencentes às camadas populares, constituindo-se pelos operários industriais, trabalhadores em serviços, camponeses e massa marginal. Como um processo metodológico, muitas vezes ele se torna ação comunitária (SOUZA, 2008, p.14).

A expressão Desenvolvimento de Comunidade, foi utilizada pela primeira vez, pelo Governo Britânico em 1942 com o objetivo de auxiliar os países a se prepararem para a independência. A expressão foi assim definida: um movimento destinado a promover a melhoria de vida de toda a população comunitária com a participação ativa e, se possível, por iniciativa da comunidade, mas se esta iniciativa não surgir espontaneamente, por meio de emprego de técnicas que a façam surgir e a estimulem a fim de assegurar sua resposta ativa e entusiasta do movimento (CBCISS, 1962, p.24; SOUZA, 2008, p.40).

Para se entender a prática do desenvolvimento de comunidades, primeiramente, é necessário se compreender as principais características presentes na conjuntura. Deste modo, o DC como processo pedagógico foi, desde a década de 1940, utilizado na execução dos programas para atender aos seus fins; e nem sempre estavam eles em consonância com os interesses da população comunitária.

O método do DC deveria servir para tornar as pessoas mais conscientes do seu papel e com habilidades suficientes, de maneira que elas próprias tivessem condições de definir seus reais objetivos e por quais ações de enfrentamento optar, de modo a estimular a cooperação e articulação entre os sujeitos e instituições como instrumentos importantes no aprendizado coletivo baseado num entendimento crítico da realidade.

No Brasil, na década de 1940, a experiência do trabalho comunitário como processo técnico-metodológico chega revestida de enfoques com pretensão de trabalhar ações de modo a manter a ordem social. Sua prática no Brasil, entretanto, somente foi disseminada no final da década de 1950 e no início da década de 1960.

As experiências desta prática, gradativamente, vão se expandindo e, pouco a pouco, a comunidade passa a ser reconhecida como meio para o desenvolvimento. A Igreja teve um eminente papel na realização de muitas das experiências realizadas no Brasil, como

também na sua divulgação.

Os eventos como congressos e semanas alguns de cunho internacional, foram importantes para esta divulgação. No caso das semanas ruralistas, tiveram à frente os jovens da Ação Católica, os quais exerceram um papel de destaque.

O Serviço de Informação Rural (SIR) do Ministério de Agricultura prestou apoio à realização dessas semanas. Outro aspecto considerado também importante da Juventude Católica foi o estímulo deles para a criação do Serviço de Assistência Rural (SAR) em dezembro de 1949 (SOUZA, 2008, p.46-47).

No final da década 1950, com a política desenvolvimentista do governo de Juscelino Kubitschek configura-se no Brasil a tendência consumista. A prática do desenvolvimento de comunidade mais fortemente é demandada como apoio técnico-metodológico, de modo a disseminar junto à população a política de modernização, incitando novos valores e atitudes, na tentativa de realizar mudanças na cultura do povo, necessárias ao progresso e ao desenvolvimento.

Com efeito, a comunidade é vista como espaço propício para as intervenções do Governo e dos organismos internacionais, ancorados na metodologia do desenvolvimento de comunidade. Esta prática, no entanto, deixa à revelia, na maioria das vezes, os problemas estruturais da sociedade, deixando margem para mecanismos de dominação.

Deste modo, no Brasil, após 1964, o desenvolvimento de comunidade "nas instituições do setor público, passa a se estruturar como tecnologia executiva da política social governamental a nível das comunidades locais [...]. A prática destas técnicas, em geral pouco tem a ver com a prática dos trabalhos comunitários desenvolvidos". (SOUZA, 2008, p.48).

Alguns problemas advindos do modelo de desenvolvimento vigente no País ao longo do ciclo militar agravaram as desigualdades sociais. Tanto é que, na década de 1970, dois fenômenos graves insurgiram, como: o registro do mais violento processo de expulsão do campo e a mais rápida concentração de renda, jamais ocorrida em qualquer país em toda a história da humanidade. (BRUM, 1999, p.349).

As consequências advindas destes fatores fazem surgir a necessidade de implementação de políticas de governo dirigidas às camadas populares. Assim, a partir de 1975, a política social descobre as áreas de moradia como objeto de suas diretrizes de ação, direcionando a elas muitos dos seus programas (SOUZA, 2008, p.49).

Sob esse aspecto, em 4 de setembro de 1970, pela Portaria nº 114, do Ministério do Interior, é criada a Coordenação de Programas de Desenvolvimento de Comunidade (CPDC), com a missão de assegurar a unidade e racionalidade dos programas de DC nos planos local, regional e nacional. Em 1973 porém, o governo extinguiu a CPDC e cria a Unidade de Coordenação de Programas de Desenvolvimento Comunitário (UPDC). Em 1975, o UPDC também é extinto e substituído pelo Centro Social Urbano (CSU) criado em 1º de julho de 1975, Decreto nº 73.922, na tentativa de somar esforços entre Povo e Governo, já que este tem como referência as comunidades (SOUZA, 2008, p.49-50).

Deste modo, o desenvolvimento de comunidade nos espaços de moradia pode surgir pela iniciativa do setor público ou mediante a iniciativa privada. Mormente, no princípio, amparam-se em processos sociais, que podem ser analisados pelas vertentes dos movimentos sociais e da política social.

Sob o ângulo dos movimentos sociais, as áreas de moradia passaram a ser áreas de mobilização e organização popular, à medida que se aguçam as contradições sociais, levando a população a um pensar e a um agir em comum diante dos problemas de consumo coletivo que enfrenta. [...] Nessa movimentação popular, alguns agentes externos se aliam e tentam contribuir para que ela gere organização e se estruture com uma condição própria de ampliar as condições de cidadania da população. Sob o ângulo da política social, as áreas de moradia passam a se destacar pelas próprias exigências de consumo formuladas pela industrialização. [...] O DC é apreciado e requisitado pelas instituições do setor público como estratégia desta política global de modernização desenvolvimentista. (SOUZA, 2008, p.14-15).

Por conseguinte, a participação se manifesta como questão em primazia no desenvolvimento de comunidade, podendo os interesses advir dos programas da política social ou de processos originados dos movimentos sociais, desenhando-se, neste cenário, mecanismos de diversas facetas, o que sugere pensar que nem sempre a participação sinalizará para a valorização dos reais interesses dos sujeitos.

Assim, a participação se consolida quando se efetiva a aceitação das pessoas em programas previamente estabelecidos. "Participar é estimular-se para assumir a execução de ações previamente determinadas, assim como assumir um conjunto de valores de modernidade, incorporando-os ao cotidiano das ações coletivas". (SOUZA, 2008, p.16).

De tal maneira se configurava para muitas pessoas o pseudoentendimento de estar participando; na verdade, o que acontecia era a submissão àquilo que chegava até elas, já que não representava o resultado de ações gestadas na base de suas organizações e, assim, não constituía como seus reais interesses.

Por outro lado, a marca mais forte da participação nos movimentos sociais se traduz no "exercício coletivo da tomada de decisões e da gestão das ações definidas e

implementadas pela população comunitária". (SOUZA, 2008, p.16).

Portanto, as áreas de moradias se transformam em local favorável para a população discutir seus problemas e demandar ações para resolução. Reconhecendo esta realidade, o Estado, por intermédio de seus técnicos, passam a ocupar este espaço com políticas sociais que nem sempre eram compatíveis com os desejos mais profundos dessa população.

É neste panorama de forças antagônicas que programas de cunho emergencial são criados, no sentido de minimizar os efeitos ocasionados pela situação de pobreza que vivem inúmeras famílias. Para isso, os agentes adotam como lema o discurso da participação.

No Nordeste, destacam-se os projetos especiais, como: o Projeto Sertanejo, o Polonordeste, o Projeto Baixa Renda, entre outros. Ulterior a esses, surge o Projeto Nordeste, cujas diretrizes também dão ênfase à participação social. No Projeto, a perspectiva de DC define como um simples segmento de ações denominadas "apoio às pequenas comunidades". (SOUZA, 2008, p.50).

Compreender esta ambivalência, sobretudo quando se trata de um tema tão dinâmico como o de desenvolvimento de comunidade, tem o propósito de clarear o entendimento para não se deixar iludir pelas aparências dos fatos. Até porque, entende-se que o desenvolvimento de comunidade deve ser compreendido "na sua significância sócio-histórica, assim como em suas relações similares e/ou antagônicas com outros processos de atuação comunitária". (SOUZA, 2008, p.21).

3.1.1 Desenvolvimento

A questão do desenvolvimento surge como preocupação social no período da Revolução Industrial, mais precisamente nos meados do século XIX.

Fase correspondente à quadra do liberalismo/capitalismo concorrencial, ou seja, o capitalismo propriamente dito, que se consolidou no mundo com a Revolução Industrial, a partir da segunda metade do século XVIII, estendeu-se ao longo do século XIX (BRUM, 1999, p.30).

Este foi um momento de profundas privações, o qual se elasteceu até a Segunda Guerra Mundial, quando começou a se delinear a Terceira Revolução Industrial. Ante as

tensões sociais e o surgimento de um sistema socioeconômico e político alternativo¹⁸, o capitalismo se viu pressionado, daí aflorando a necessidade de modificar-se e aperfeiçoar-se, momento no qual apareceu as concessões para o povo.

Esta nova fase do capitalismo caracterizou-se como "neocapitalismo, capitalismo social ou capitalismo moderno [...] procurou-se atenuar a possibilidade da ação selvagem do sistema capitalista, como havia sido praticado até então, buscando-se assegurar relativo equilíbrio nas relações sociais de trabalho". (BRUM, 1999, p.32).

Com a Terceira Revolução Industrial nasce a "revolução tecnológica sem precedentes e extremamente veloz [...]. Em parte, o próprio intelecto humano passa a ser substituído por aparelhos e máquinas capazes de realizar tarefas e cálculos complicados". (BRUM, 1999, p.34).

A industrialização era tida como a chave para o desenvolvimento. Deste modo no Brasil, "as forças que assumiram o poder em 1930 [...] tentaram implementar um projeto de industrialização do país, com o objeto de retirá-lo do atraso e impulsioná-lo rumo ao progresso". (BRUM, 1999, p.191).

Nesse sentido, Furtado (1984, p.18) argumenta que a aceleração da acumulação conhecida como Revolução Industrial, "mesmo nos países em que mais avançou o processo de acumulação, parte da população não alcança o nível de renda real necessário para satisfazer o que considera como sendo necessidades elementares".

Nas décadas de 1930 e 40, o Brasil encontrava-se sob os impactos da grande depressão dos anos 1930, somando-se a este fato, segundo Brum (1999), a ausência de um plano para o País nos primeiros anos de Governo e a falta de capital estrangeiro, que constituíram elementos fortes na crise que se instalou no País.

O modo como a industrialização foi implantada no Brasil, por não ter sido resultante de uma ação gradual, ensejou de certa forma, um comprometimento financeiro do País. Tal ocorreu por conta de os empresários não disporem de condições favoráveis para bancar suas empresas. Com esta realidade, o Estado assume o papel de provedor e cria mecanismos para suprir essas deficiências.

O modelo de desenvolvimento capitalista brasileiro estava centrado na industrialização por substituição de importações. Tinha o Estado como principal agente indutor do desenvolvimento e foi financiado basicamente pelo Estado e pelo capital estrangeiro. [...] esse modelo teve nítido conteúdo nacionalista objetivando o

18 As gritantes injustiças sociais, agravadas com o avanço da Revolução Industrial e do capitalismo, levaram muitos pensadores e humanistas a formular novas propostas de organização e funcionamento da sociedade e da economia (BRUM, 1999, p.31 e 37).

desenvolvimento com base na empresa privada nacional apoiada pelo Estado [...] a partir de 1950 e principalmente de 1964 em diante, ocorreu a redefinição do modelo em direção ao aprofundamento da internacionalização da economia brasileira (BRUM, 1999, p.426).

Segundo o autor, foi nesta época, período do governo de JK, que sucedeu a inserção do termo desenvolvimento no repertório vocabular do País, em substituição à palavra progresso; momento em que perdurava a compreensão linear de desenvolvimento; era o desenvolvimento entendido como crescimento econômico e sua aferição ocorria por meio da renda média *per capita*.

A política econômica desenvolvimentista implantada no País provocou "transformações na divisão social do trabalho, através da criação de enorme classe trabalhadora industrial, de maior urbanização do país, da expansão de atividades terciárias e da formação de novos segmentos de empregados assalariados" (DREIFUS, 1981, p.36; BRUM, 1999, p.262).

Na perspectiva de encontrar modos de comportamento mais racionais, a divisão social do trabalho considera os fins estabelecidos, ou seja, a racionalidade. Resta estabelecer, então a taxinomia dos tipos sincrônico e diacrônico; no primeiro, ocorre a "especialização simples, o indivíduo tem uma percepção clara da totalidade do processo produtivo [...] a forma diacrônica abre possibilidades consideráveis a acumulação ao nível das forças produtivas [...] deixa de incorporar-se ao indivíduo" (FURTADO, 1980, p.56-57).

Então, nos anos de 1960 a 1970, se configura no País um aumento do grau de desigualdade social, ocorrendo também um severo processo de expulsão do homem do campo e, aliado a estes fatores, a rápida concentração de renda.

Na década de 1980 e início dos anos de 1990, instala-se no País a "Terceira Grande Crise Global Aguda", provocada por circunstâncias desfavoráveis internas e externas. Em decorrência da complexidade da crise, "projetos vitais para seu desenvolvimento foram abandonados ou paralisados por falta de recursos para financiá-los". (BRUM, 1999, p.419).

Deste modo, no final do século XX, mediante a globalização que se amplia sob a orientação de uma política neoliberal, outro modelo de desenvolvimento se apresenta, e o País, por uma questão não apenas brasileira, precisa redefinir seu papel de Estado, e, assim, como em outros países, sucede a privatização das empresas estatais.

Para Souza (2008, p.73-74), as teorias que discutem o desenvolvimento, consideram a direção que reafirma seus aspectos econômicos. Comumente, a ênfase está nos índices de crescimento e progresso tecnológico. Enquanto isso, as questões ligadas às

condições de pobreza e miséria recebem tratamento secundário, dando destaque a elementos que visam à manutenção da ordem social.

Daí Sen (2000, p.28) entender que a concepção de desenvolvimento "deve ir muito além da acumulação de riqueza e do crescimento do Produto Interno Bruto e de suas variáveis relacionadas à renda". Por isso, o desenvolvimento deve ser apreendido com suporte nas liberdades substantivas das pessoas.

O papel constitutivo relaciona-se à importância da liberdade substantiva no enriquecimento da vida humana. [...] O papel instrumental da liberdade concerne ao modo como diferentes tipos de direitos, oportunidades e intitamentos [*entitlements*¹⁹] contribuem para a expansão da liberdade humana em geral e, assim, para a promoção do desenvolvimento. (SEN, 2000, p.52-54).

Deste modo, percebem-se as múltiplas perspectivas do desenvolvimento. O fato de analisá-lo por apenas um foco e não contemplar as dimensões assinaladas por Amartya Sen poderá indicar uma visão linear do conceito.

Na perspectiva de Souza (2008, p.76), a concepção de desenvolvimento adotada no Brasil, desde a década de 1960, teve como referência o conceito assumido por padre Lebrét (1967), no qual desenvolvimento é entendido como "a passagem de uma população determinada de uma fase menos humana a uma mais humana, ao ritmo mais rápido possível, ao custo financeiro e humano o menos elevado possível, tendo em vista a solidariedade entre todas as populações".

Acredita-se, no entanto, que a ultrapassagem para uma fase mais humana significaria inserir as pessoas nas políticas públicas como sujeitos, percebendo e ampliando suas capacidades e potencialidades criativas; razão que exige uma compreensão do ser humano, desde seu âmago "histórico, psicológico, espiritual, mental e corporal". Entendendo-o como ser capaz de "sentir, pensar, acreditar, agir e principalmente de aprender e transformar". (ZAPATA, 2007, p.45).

Na perspectiva de se trabalhar a participação dos sujeitos e grupos sociais organizados, talvez seja possível dizer que pode ser uma possibilidade para se alcançar o

19 A palavra *entitlement*, conforme usada por Sen neste contexto, requer o batismo de um novo termo em português; será traduzido como "intitamento", originado do mesmo verbo latino (*intitulare*) que o termo em inglês. *Entitlement* está sendo empregado por Amartya Sen como um significado, explicitado claramente em seu livro escrito em coautoria com Jean Dréze, *Hunger and public action* (1998): "o *entitlement* de uma pessoa é representado pelo conjunto de pacotes alternativos de bens que podem ser adquiridos mediante o uso dos vários canais legais de aquisição facultados a essa pessoa. Em uma economia de mercado com propriedade privada, o conjunto do *entitlement* de uma pessoa é determinado pelo pacote original de bens que ela possui (denominado de dotação) e pelos vários pacotes alternativos que ela pode adquirir, começando com cada dotação inicial, por meio de comércio e produção denominado *entitlement* de troca (SEN, 2000, p.54).

processo de mudança e transformação da realidade social.

A partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai dinamizando o seu mundo. Vai dominando a realidade. Vai humanizando-a. Vai acrescentando a ela algo de que ele mesmo é o fazedor. Vai temporalizando os espaços geográficos. [...] por isso desde já, saliente-se a necessidade de uma permanente atitude crítica, único modo pelo qual o homem realizará sua vocação natural de integrar-se, superando a atitude simples de ajustamento ou acomodação, aprendendo temas e tarefas de sua época. [...] sua afirmação como sujeito ou sua minimização como objeto, dependem, em grande parte, de sua captação ou não desses temas (FREIRE, 2007, p.52).

3.1.2 Comunidade

O conceito de comunidade traz em si a ambiguidade, motivo que leva a uma diversidade de interpretações, não sendo possível lhe dar um sentido unívoco. Por esta razão, entre tantos conceitos encontrados na literatura, considera-se oportuno apresentar alguns.

Na análise de Gavazzo (1959 apud FRAGOSO, 2005, p.25), "há quatro elementos básicos numa comunidade: I) uma área geográfica contínua; II) as pessoas localizadas nessa área; III) interesses funcionais comuns; IV) uma unidade funcional como forma expressiva da solidariedade entre os seus componentes".

Para Ander-Egg (1982 apud FRAGOSO, 2005, p.25), comunidade "é um agrupamento organizado de pessoas que se entendem como unidade social, cujos membros participam de alguma característica, interesse, elemento, objetivo ou função comum, com consciência de pertença, situadas numa determinada área geográfica [...]".

Na compreensão de Ware (1986 apud FRAGOSO, 2005, p.25), comunidade representa sim um agrupamento "de pessoas relacionadas entre si, que contam com recursos físicos e outros próprios da relação social que estabelecem. Implica uma totalidade orgânica em permanente evolução e o objetivo comum a todos os indivíduos seria o bem-estar comunitário e melhoria social".

Outro conceito é apresentado por Maclver, de acordo com Souza (2008, p.62): "comunidade consiste em um círculo de pessoas que vivem juntas, de sorte que buscam não este ou aquele interesse em particular, mas um conjunto inteiro de interesses".

Informa Souza (2008, p.62-63) que Tereza Porzecanski entende que "uma comunidade se identifica através dos diversos grupos subculturais que integram uma mesma

classe social [...] dentro do qual há ou é possível obter uma repercussão participativa".

A autora chama a atenção para a afirmação de Porzecanski sobre a necessidade de deixar de se referir à comunidade como áreas geográficas, pois, mesmo sabendo que toda comunidade está situada numa área, interessa-lhe mais a dimensão humana.

Em razão da multiplicidade de definições, mesmo que se retire de cada uma seus elementos principais, de certa maneira, fica aquela sensação de incompletude. Neste sentido, Fragoso (2005, p.26) assevera que comunidade é um conceito que durante o tempo teve diferentes usos pois, em alguns momentos foi utilizado como instrumento político intencional e quase nunca ingênuo.

Maria Luiza de Souza por sua vez, adverte para a ideia de que a comunidade está numa sociedade com suas contradições. Daí precisa ser percebida com suas especificidades e, para isto, requer compreender a conjuntura social e global. Historicamente, associou-se à comunidade o entendimento de carência e pobreza do seu povo.

Certamente, ao querer entender suas características, se há de deixar de considerar a importância da realização de análise das suas dimensões, identificando os diversos significados atribuídos ao tema, incluindo também a compreensão da perspectiva ideológica.

Como exprime a autora, a questão da comunidade não se traduz apenas em identificar a concepção e depois excluir ou incluir. Deste modo,

A comunidade é o cotidiano dos indivíduos e grupos que partilham de condições sociais comuns e, face a elas, organiza seu ambiente de relações dentro de uma dinâmica própria. A substância da comunidade não está no aspecto físico da área de moradia, mas no conjunto de relações e inter-relações de poderes e contrapoderes que se estruturam, tomando como referência a infra-estrutura física e social da área que, por sua vez, tem suas determinações nas estruturas fundamentais da sociedade. A partir dessas considerações, é que se supõe como comunidade objeto da prática do DC: *Conjunto de grupos e subgrupos de uma mesma classe social, que têm interesse e preocupações comuns sobre condições de vivência no espaço de moradia e que, dadas as suas condições fundamentais de existência, tendem a ampliar continuamente o âmbito de repercussão dos seus interesses, preocupações e enfrentamentos comuns.* (SOUZA, 2008, p.65-68).

3.1.3 Processo técnico metodológico do desenvolvimento de comunidade

A atuação comunitária efetiva-se mediante a observância dos aspectos diretamente relacionados à base metodológica de intervenção, com arrimo nos processos:

ação comunitária, ação social e organização de comunidade.

Falar da ação comunitária sugere entender-se primeiramente, a diferença entre ação comunitária como processo técnico-metodológico e a ação comunitária como fenômeno social espontâneo.

Como processo espontâneo, vai se articulando nas comunidades à medida que os próprios desafios da natureza e os sociais vão levando o homem a procurar formas adequadas de reação a eles. [...] Ela é prática de ajuda mútua e cooperação que se articula e se opera a partir da comunidade. Como processo técnico-metodológico [...] a cooperação é trabalhada como realização de objetivos nem sempre comuns à população comunitária. [...] A ação comunitária recebe, assim, um encargo que, além de não estar em sua origem, tira uma das características fundamentais que é a *cooperação* em função de interesses e preocupações básicas e comuns à população comunitária. (SOUZA, 2008, p.28-29).

A ação social trata dos problemas que afetam constantemente a ordem social e cobra ação do Estado, só que "a ação social é definida pelo Estado ou pelo seu contexto institucional e não pela população a ser atingida [...] como modo de agir, a ação social está estreitamente ligada à filosofia do bem-estar social dos países economicamente desenvolvidos". (SOUZA, 2008, p.32).

Entretantes, a organização de comunidade surge como "ação a ser desencadeada junto aos males do processo de industrialização existentes nos países ditos desenvolvidos. [...] tem sua origem nos Estados Unidos e penetra na América Latina desde a década de 40". (SOUZA, 2008, p.36).

O cenário do atual momento político brasileiro é muito contraditório, posto que, se de um lado se abrem perspectivas para movimentos populares, por outro retira-se das organizações que se formam a perspectiva de lutas.[...] a maioria das associações de moradores passa a ser um órgão nas mãos do Estado do que associações representativas do poder popular em função do enfrentamento dos seus interesses e preocupações. (SOUZA, 2008, p.52).

3.1.4 Participação

Ao pretender entender claramente o fenômeno da participação, não se pode perder de vista suas especificidades, entendendo a *priori* que este está imerso numa esfera de intensivas contradições.

Sabe-se que os aspectos do desenvolvimento econômico representam para o Estado seção de maior importância. Tal modelo provocou no seio da sociedade um sistema de desigualdade crescente. As benesses desse modelo estarem direcionadas para o segmento

minoritário, enquanto suas consequências foram fortemente sentidas e vividas pelo grupo majoritário da população, agravando de forma acentuada a situação da pobreza.

Com efeito, os prognósticos indicam a necessidade de implementar formas de intervenções que percebam os problemas e atuem por um ângulo que possa sugerir mudanças mais eficazes. Não é, no entanto, por este prisma que as intervenções se orientam. A preocupação primeira é a de manter a ordem no País.

Deste modo, a orientação metodológica do desenvolvimento de comunidade é a estratégia assumida, trazendo a intenção de "trabalhar os motivos individuais da população através de recursos psicossociais e trabalhar a realidade cultural da população através da introdução de novos valores e padrões de comportamento". (SOUZA, 2008, p.80).

Tal base ideológica levou a um modelo de cooptação e dominação da pobreza. E as técnicas cuidadosamente definidas tinham eficiência e, por se traduzirem em ações de complacência, influenciaram no comportamento das pessoas e estas respondiam favoravelmente ao estímulo. Nesta relação de aparências, sucedia a anuência das pessoas que adotavam outro tipo de atitude, ocorrendo, conseqüentemente, a assimilação de novos valores.

O propósito de que, com a mudança de comportamento, as pessoas assumissem as pretensões da modernização. Com isto, a abordagem adotada serviu para que este modelo se efetivasse, o qual deixava na população a impressão de que estava participando.

Apesar das contradições anunciadas, na década de 1970, no Brasil, sob a égide dos regimes autoritários, alguns segmentos da sociedade civil se contrapõem ao modelo instituído e lutam por outro tipo de participação que seja um mecanismo de fortalecimento de suas lutas e demandas.

Deste modo, nos anos de 1980, quadra de transição política e da redemocratização do País, mais intensamente o fenômeno da participação vai se firmando e incorporando-se aos discursos dos movimentos sociais, organizações governamentais e não governamentais e organismos multilaterais, não significando dizer que ressurgiu imune das contradições.

Diante de um universo de temas em contradição dialética, os homens tomam posições contraditórias; alguns trabalham na manutenção das estruturas, e outros, em sua mudança. Na medida em que cresce o antagonismo entre os temas que são expressão da realidade, os temas da realidade mesma possuem tendências a serem mitificados, ao mesmo tempo que se estabelece um clima de irracionalidade e de sectarismo. Esse clima ameaça arrancar dos temas sua significação profunda e privá-los do aspecto dinâmico que os caracteriza. (FREIRE, 2007, p.33).

Com a chegada do neoliberalismo, a experiência do processo participativo, segundo Tatagiba (2008, p.1), torna-se ainda mais "dilemática". Já que este traz nos seus propósitos a defesa da "participação da sociedade civil, mas por outros motivos [...] No interior do ideário neoliberal, a sociedade é chamada a participar para aumentar a eficiência das políticas, numa perspectiva mais gerencialista que transformadora".

A política neoliberal, então de utiliza da justificativa de que o modelo de intervenção adotado pelo Estado foi gerador das crises do passado. Por isso, defende, dentre outros aspectos, a privatização das empresas estatais.

As políticas públicas, neste *status*, recebem influências desse modelo. Mesmo com as contradições presentes na realidade, a sociedade civil, pois, não desiste de buscar uma participação mais ativa. A sagacidade do projeto neoliberal, no entanto, aproveita os temas do momento como a oportunidade de,

Passar para a sociedade civil responsabilidades que tradicionalmente eram outorgadas ao Estado. Os cidadãos participantes correm o risco de [...] funcionarem como suportes essenciais desse mesmo neoliberalismo -- que apenas duma assentada, não só oferece aos cidadãos as suas aspirações eleitorais, como esvazia o sentido crítico da sua participação num verdadeiro movimento de cooptação que lhe tira o estatuto de ameaça. (FRAGOSO, 2005, p.35-36).

Daí o fato de se estar atento, pois muitos discursos e práticas que vão se assentando se firmam como intensiva relação de poder de pessoas ou segmentos institucionais que visam unicamente a atender suas intencionalidades, e não lhes interessa estimular na sociedade uma participação cidadã.

Na reflexão de Gohn (2004, p.29), a participação cidadã é aquela que redefine laços entre o espaço institucional e as práticas da sociedade civil organizada, de forma que não haja nem a recusa à participação da sociedade civil nem a participação movida pela polaridade do antagonismo.

Compreende-se que é urgente a necessidade de se efetivar outra dinâmica que seja capaz de formar uma nova institucionalidade, que sinalize para uma nova concepção de Estado, e que, concretamente, o processo de descentralização permita que a sociedade civil tenha o seu espaço e as demandas gestadas neste ambiente sejam consideradas: é óbvio, sem perder o foco dos princípios do modelo instituído.

Assim, de acordo com Buarque (1999, p.45), com a descentralização, vislumbram-se mecanismos possíveis de ampliar a participação da sociedade nos processos decisórios, e constituir um passo importante para a democratização do Estado e do planejamento.

Segundo o autor, a descentralização se baseia no princípio da subsidiariedade, o qual considera que a sociedade local deve assumir uma função central de decisão e gestão, partindo do entendimento de que aquilo que puder ser assumido pela sociedade não deve ser realizado pelo Estado.

Assim, a sociedade se vê diante do desafio de "assumir a tomada de decisão, a execução de atividades, a gestão de recursos e a prestação de serviços anteriormente realizado pelo Estado brasileiro". (FURTADO; FURTADO, 2000, p.25).

Neste cenário, supõe-se uma maior participação dos atores nas estruturas do poder, uma mudança que implica na ruptura de antigos paradigmas. Tal mudança requer atores sociais reflexivos e interativos (FURTADO; FURTADO, 2000, p.37).

Isto posto, admite-se que os modelos estabelecidos não estão prontos e acabados. Por fazerem parte de um processo, são dinâmicos, reconhecendo a necessidade de desconstruir alguns paradigmas, e entender que algo presente em determinada fase histórica pode muito bem não se apropriar a outro contexto.

Se antes as políticas públicas eram centralizadas, nelas a população não podendo opinar, hoje se transita em outro contexto, mesmo reconhecendo os liames com a política neoliberal e a frágil experiência da população na solução dos seus problemas. Os espaços criados na esfera pública requerem sujeitos conscientes da lógica instituída, para que a integração da sociedade civil com o Poder público possa acontecer de maneira a ampliar as oportunidades das pessoas.

No entanto, apregoa Freire (2001, p.82), a prática da integração nos espaços abertos à sociedade "exige um máximo de razão e consciência. É o comportamento característico dos regimes flexíveis democráticos"; não compreendendo esta especificidade, poderá ocorrer "o problema do ajustamento e da acomodação se vincula ao mutismo²⁰, como uma das consequências imediatas da nossa inexperiência democrática".

Para perseguir uma prática mais democrática, é solicitada uma consciência munida de criticidade bem como impõe-se outra "institucionalidade participativa, voltada à reforma do Estado, por meio da democratização da gestão de políticas públicas [...] que por meio da participação cidadã" as práticas clientelistas fossem de fato abolidas. (TATAGIBA,

20 O mutismo não é propriamente inexistência de resposta. É resposta a que falta teor marcadamente crítico. As sociedades a que se nega o diálogo - comunicação - e, em seu lugar, se lhes oferecem "comunicados", resultantes de compulsão ou "doação", se fazem preponderantemente "mudas".

2008, p.1).

Nesses espaços, as pessoas, assumindo seu papel de sujeitos e não de objetos, estão não apenas para demandar ações, mas propor opções e controle nas políticas. Por isso, considera-se que a participação precisa ser vivida, requer que esteja presente não apenas no cotidiano da população comunitária, mas também, nos segmentos institucionais e, mediante ações articuladas, se torne realidade.

A "participação é em essência autopromoção e existe enquanto conquista processual. Não existe participação suficiente, nem acabada [...] onde a sociedade não tem condições de se impor de forma organizada, não se geram controles efetivos do poder". (DEMO, 1986, p.18).

É bom atentar, contudo, para as orientações das agências multilaterais. De acordo com Milani, (2004, p.5), "as orientações do Banco Mundial favoreceu, para disseminação de práticas participativas em projetos de desenvolvimento. [...] e perceber elementos característicos da mistificação dos benefícios possíveis da participação".

Práticas participativas ingênuas podem cair na armadilha chamada "mito da comunidade"²¹ (GUIJT & SHAH, 1998); valorização e integração a-críticas dos saberes tradicionais na programação estratégica: algumas práticas participativas nutrem a esperança de que o saber local transforme o *modus operandi* das burocracias, esquecendo - com muita frequência - as micro relações de poder na construção dos saberes locais; a linguagem do "empowerment" pode mascarar mais estreitamente relacionadas com a eficiência administrativa. [...] ao invés de formular ou veicular demandas radicais de transformação social ou de combate às desigualdades; o poder tende a ser frequentemente mal interpretado, e analisado de forma muito pouco reflexiva em inúmeras práticas da cooperação internacional; ambiguidade temporal de muitas práticas participativas; muitas técnicas participativas [...] inúmeros cursos de treinamento promovidos por agência de cooperação internacional pressupõem, assim, que - ao cabo de alguns dias de intensa formação - dezenas de pessoas teriam sido sensibilizadas e conscientizadas [...]. (MILANI, 2004 p.7).

Talvez se admita que o aprendizado da participação não se efetiva de um dia para o outro, concretiza-se ao longo da caminhada de sorte que, optar pelo caminho mais rápido é "uma forma ingênuo de aplacar a má consciência", pois a prática da participação autêntica visa a "consolidação daquilo que chamamos de cultura democrática [...] está além da implantação de uma ideologia [...] trata-se já de uma cultura, ou seja, de uma situação conquistada e institucionalizada, como regra de vida". (DEMO, 1986, p.38).

21 Visão simplificada do que seria a comunidade (sempre homogênea, estática e harmônica) e das pessoas que nela convivem (sempre compartilhando valores, interesses e necessidades comuns); visão paradisíaca da comunidade.

Por isso, participar "é conquistar o espaço de participação. Essa concepção nos parece acertada, porque parte do ponto de vista de que no início não está a participação, mas a obstacularização dela por parte dos dominantes. Não é dádiva; é precisamente conquista". (DEMO, 1983, p.122).

É bom atentar, no entanto, para os múltiplos entendimentos dos discursos de participação, pois muitas vezes está ausente do seu sentido político. Entende-se que a participação, para ser autêntica, precisa que a sociedade se engaje tanto na demanda e execução, como no acompanhamento e controle.

1) O conceito de participação já não é concebido como uma ameaça - [...] as políticas de desenvolvimento foram caminhando no sentido da indução de uma forte dependência de certas necessidades, geralmente ligadas com o acesso a bens e serviços; 2) A participação converteu-se num slogan politicamente atraente - os slogans criam laços de cumplicidade entre os políticos e as pessoas, dando a aparência de que os problemas concretos dos últimos são compreendidos; 3) A participação converteu-se numa proposição atraente também desde o ponto de vista econômico - muitos dos custos reais, por exemplo de projetos de desenvolvimento podem ser passados diretamente para os mais pobres, o que não é visível apenas localmente como se poderia pensar; 4) A participação é concebida como um instrumento para conseguir maior eficácia e novas fontes de investimentos; 5) O fato de concordarmos em que uma das soluções para a melhoria da qualidade de vida depende cada vez mais da participação organizada dos cidadãos, não tira contradições aos mecanismos sociais imbuídos nas variadas formas de participação; 6) Não poderemos nunca dizer que todos os significados da participação vão num determinado sentido, que não são admitidas tendências opostas - e portanto, desta visão dos vários entendimentos da participação em contexto alargado deve sair algo que possa repor algumas das qualidades de participação em que acreditamos no seu lugar devido. (RAHNEMA, 1999, p.117-120 apud FRAGOSO, 2005, p.36-37).

A análise dos aspectos anunciados até o momento, neste estudo, requer para sua melhor apreciação entender um pouco como historicamente ocorreu essa formulação social e, então, seguir com uma breve reflexão sobre alguns aspectos específicos da cultura política que foram historicamente construídos.

Como acentua Freire (2001, p.73-74), não seria possível "compreender nem a transição mesma, com seus avanços e seus recuos, nem entender os seus sentidos anunciados, sem visão do ontem".

De um modo geral, os analistas de nossa formação histórico-cultural têm insistido direta ou indiretamente na nossa "inexperiência democrática". Na ausência, no tipo de formação que tivemos, daquelas condições necessárias à criação de um comportamento participante, que nos tivesse levado à feitura de nossa sociedade, com "nossas próprias mãos", o que caracteriza para Toqueville, a essência da própria democracia. [...] As condições estruturais de nossa colonização não nos foram, porém, favoráveis. [...] A nossa colonização foi, sobretudo uma empreitada comercial. (FREIRE, 2001, p.73-75).

Durante séculos, enunciados sugeriam uma população frágil e sem possibilidades de desenvolver-se. Com isto, os preconceitos²², que de tantas vezes pronunciados, passaram a constituir-se como se fossem verdades.

Os preconceitos coloniais, ao infiltrar-se no imaginário da sociedade, de certa maneira passaram a exercer influências sobre o modo de perceber a própria realidade. Como se não bastasse, durante os quatro primeiros séculos, ao ter a produção as características da monocultura e o emprego da mão de obra escrava, mais elementos surgiam para a dependência e submissão das massas, que viviam em precárias situações de existência.

Alguns aspectos pois, precisam ser compreendidos. De acordo com Fernandes (2008), a formação histórica do Brasil ainda não atingiu o estágio de maturação; ela está em formação, inclusive no aspecto sociocultural.

Por isto, o conhecimento da conjuntura social e econômica a percepção de suas especificidades e formas de embates sociedade-Estado julga-se serem elementos importantes nesta análise.

Ao pensar em elementos da formação política, pode-se refletir, como exemplo, o caso do sindicalismo no Brasil, pois, em "final de 1933, já havia sido totalmente quebrada a resistência dos sindicatos autônomos, e todos eles estavam enquadrados na legislação então vigente, sob o controle do Estado" [...] esta "acabou se tornando a geratriz do populismo²³". (BRUM, 1999, p.198).

Certamente, tais intervenções fragilizavam politicamente os movimentos, e, ao instalar-se nesta matriz, estas passam a ser vistas como ações de benevolência, restando a quem recebe o sentimento de que alguém estava sendo bondoso e lhes fazendo favor. Com isto, reforçava na população a ideia de que sempre havia alguém pensando e agindo em nome dela.

Mesmo neste contexto, os movimentos sociais reagiam para desconstruir os mitos criados. Deste modo, viveu momentos de ascensão e de retrocessos, estes últimos mais presentes nos governos autoritários, o que não levou ao seu desaparecimento. Com a reabertura democrática, novas práticas se firmam.

22 Preconceito pode ser conceituado como um juízo de valor sobre alguém ou alguma coisa, ou em relação a uma situação, sem fundamentos nos fatos. É um julgamento sem prévio conhecimento da realidade que está sendo avaliada; uma vez inculcado, aceito e assumido, passa a determinar o pensamento, os interesses, as aspirações as atividades, a conduta e as ações dos indivíduos e também dos povos. (BRUM, 1999 p. 160).

23 O populismo é uma prática baseada no aliciamento das camadas sociais de menor poder aquisitivo. Trata-se de uma prática política paternalista, clientelista e cartorial, em que o Estado exerce tutela da sociedade e sobre os sindicatos e demais organizações, regulando a vida de tudo e de todos. Esta prática existia no Brasil nos anos de 1930, 40 e 50. (BRUM, 1999, p.198-199).

Com a Constituição brasileira de 1988, muitas demandas se concretizam, incluindo desde os direitos sociais, civis até os políticos, "embora a carta constitucional seja um marco na vida de um país, não se pode adotar uma visão formalista, isto é, crer que o que está expresso nela seja vigente na vida real". (FONSECA, 2007, p.248).

Este entendimento é importante, para que as decepções advindas da não-regulamentação de alguns dispositivos constitucionais não se apresentem como obstáculos; e sim signifiquem que a luta não deve parar. Segundo Dagnino (2002, p.10), a elaboração democrática é fenômeno multifacetado e dinamicamente complexo que leva à "disputa entre distintos projetos políticos, que no interior da sociedade civil e dos diversos níveis de aparato estatal, confrontam-se distintas concepções sobre a própria natureza e os limites desse processo".

A cidadania, pois, é uma questão a se refletir, já que esta visa dotar a sociedade civil de condições propícias para enfrentamento das dificuldades, garantirem seus direitos e mais seguramente ocupar os novos espaços.

As articulações constituídas com origem nos anos 1970, por meio dos movimentos sociais, contribuíram para que espaços de negociação fossem criados, neles acontecendo a dinâmica da participação, apesar das limitações que se evidenciam, principalmente, por questões ligadas à experiência democrática.

Sabe-se que, para a sociedade "se manter desigualmente estruturada, requer todo um processo de dominação [...] os processos de cooptação existem; isso, no entanto, não significa que se deva deixar de considerá-la em sua importância e de resgatar o seu verdadeiro significado". (SOUZA, 2008, p.80-81, 83).

A participação, segundo Demo (1986), além de não constituir dádiva, também não é algo que existe sob controle ou tutela. Para que ela ocorra, requer envolvimento e compromisso dos sujeitos. A autenticidade desse processo exige dos sujeitos conhecimentos para que possam intervir conscientemente na realidade.

Retoma-se, com efeito, a questão do ser cidadão; assim requer, deste, conhecer a conjuntura a qual está inserido e dela participar de forma ativa, não só conhecendo seus direitos, como também reconhecendo suas limitações. Nestes termos, cidadão é aquele que "tem a noção da posição que ocupa na sociedade e sabe dos seus conflitos. Entende-se como membro, não como peça". (DEMO, 1986, p.58).

Uma vez se reconhecendo sujeito de direitos e deveres, este vai exercitar sua cidadania, não assumindo a postura de desvalido, ou de quem está sempre esperando passivamente por proteção; esta barreira deve ser rompida, entretanto, solicita enxergar e

entender a causa dos obstáculos para descobrir os meios para ultrapassá-los.

A ausência de uma população educada tem sido sempre um dos principais obstáculos à construção da cidadania civil e política. [...] O aspecto participativo está sim ligado, na esfera social, ao problema da educação [...] é difícil imaginar a democracia em um ambiente de analfabetismo, desinformação e despreparo intelectual. (CARVALHO, 2007, p.1; DEMO, 1983, p.124).

Compreende-se que a educação, sozinha não irá resolver todos os problemas, mas poderá oferecer mecanismos para que a formação política dos sujeitos seja aprimorada.

3.1.5 Conscientização

Como diz Paulo Freire, conscientização não é uma “varinha mágica”, mas uma dimensão de base de sua ação reflexiva. E é esteada na relação consciência-mundo.

A conscientização é isto: tomar posse da realidade; por esta razão, e por causa da radicação utópica que a informa, é um afastamento da realidade. A conscientização produz a desmitologização. É evidente e impressionante, mas os opressores jamais poderão provocar a conscientização para a libertação. [...] Por isso mesmo a conscientização é o olhar mais crítico da realidade, que a *des-vela* para conhecê-la e para conhecer os mitos que enganam e que ajudam a manter a realidade da estrutura dominante. [...] Na medida em que cresce o antagonismo entre os temas que são expressão da realidade, os temas da realidade mesma possuem tendências a serem mitificados, ao mesmo tempo que se estabelece um clima de irracionalidade e de sectarismo. Este clima ameaça arrancar dos temas sua significação profunda e privá-los do aspecto dinâmico. (FREIRE, 2007, p.32-33).

Entende-se que a conscientização é um processo que faz despertar nos sujeitos a necessidade da adesão a outro modo de agir. Certamente, este deve vir ancorado nos atributos de uma compreensão crítica em detrimento de atitudes mágicas que provocariam nos sujeitos um agir amparado em mitos, em aparências.

Consoante a lição de Freire (2007), a apreensão resultante de uma consciência mágica enseja intervenções, que acontecem sem uma autêntica compreensão da causalidade dos problemas. Quando, entretanto, ocorre após o entendimento da causalidade, o modo de agir será mais crítico.

A consciência crítica "é a representação das coisas e dos fatos como se dão na existência empírica. Nas suas correlações causais e circunstanciais". "A consciência ingênua (pelo contrário) se crê superior aos fatos, dominando-os de fora e, por isso, se julga livre para entendê-los conforme melhor lhe agrada" (VIEIRA, 1961). A consciência mágica, por outro lado, não chega a acreditar-se "superior aos fatos, dominando-os de fora, nem "se julga livre para entendê-los como melhor lhe agrada". Simplesmente os capta, emprestando-lhes um poder superior, que a domina de fora e a que tem, por isso mesmo, de submeter-se com docilidade. (FREIRE, 2007, p.113-114).

Segundo Paulo Freire (2007), o primeiro estado da consciência é a intransitividade. O uso do termo vem da noção gramatical de verbo intransitivo. A intransitividade não propicia a apreensão mais ampla dos problemas, fator que compromete a captação de grande número de questões. Tais elementos conduzem para uma consciência mágica e, conseqüentemente, as respostas encontradas para aos desafios estão intimamente relacionadas a este estado de consciência.

De acordo com Freire (2007) e FUNDEP (1994), a consciência transitiva é, porém, no primeiro estado, preponderantemente ingênua, na qual as pessoas até se dão conta dos seus problemas ou de sua miséria, mas não conseguem identificar as causas. Entre os elementos que a marcam, destacam-se: a maneira simplista de a pessoa interpretar os problemas; tende a aceitar formas gregárias ou massificadoras de comportamento; subestima o homem simples; satisfaz-se com as aparências; diz que a realidade é estática, não mutável; geralmente, assume uma visão fatalista e resignada das situações; espera pela solução mágica para os problemas.

De acordo com Freire (2007), na transitividade crítica, o atributo está na capacidade de interpretar os problemas com profundidade, substituindo as explicações mágicas por princípios causais.

Já na consciência organizativa, "as pessoas identificam os problemas e suas causas e, a partir da análise das situações e da correlação de forças em que estão inseridos, são capazes de se organizar e criar mecanismos coletivos de solução concreta para os problemas que vivem". (FUNDEP, 1994, p.48).

3.1.6 Organização social

Criar mecanismos coletivos para enfrentamento dos problemas é um elemento da organização. Para isto, o grupo social precisa superar seu "estado de consciência semi-intransitivo ou transitivo ingênuo, e uma melhor inserção crítica, numa realidade desmitificada". (FREIRE, 2001, p.104).

Deste modo, o grupo poderá adquirir habilidades para responder aos desafios que venham insurgir no seu cotidiano, no entanto, requer o rompimento com o que está instituído na realidade aparente dos fatos e traçar outra trajetória.

Neste sentido, Souza (2008, p.93) garante "que organização é conscientização, pois a população projeta, avalia e confronta sua força social com a dinâmica da realidade social".

Não dá para pensar em organização social sem primeiro entender a importância que podem ter as articulações. Para isto, supõe que a atitude de confiança deve ser de mão dupla. Isto porque as articulações seja qual for a sua dimensão, não deve se caracterizar "por uma relação de doador e donatário. O alicerce [...] está no compartilhamento de propósitos, crenças e valores. Nesse sentido, o fluxo de benefícios corre dos dois lados". (ZAPATA, 2007, p.50).

Por esta razão, as articulações não se devem limitar apenas a ações instantâneas; estas devem, sim, resultar de processo de discussão e acordos firmados no coletivo, para que assim sejam estabelecidas formas concretas de enfrentamento, com clareza, dos propósitos selados. Uma relação assim concretizada, além de trazer facilidades, deixará visível o papel que cada um tem no processo, bem como poderá oferecer elementos para, conjuntamente, analisar as alianças sedimentadas e, quando necessário, redirecionar as ações.

Sob tal aspecto, acredita-se que a avaliação sugere um novo planejamento. Assim, Zapata (2007, p.52) chama a atenção para sua importância: "trata de um instrumento técnico e também instrumento de negociação política e pactuação de prioridades dos atores. Deve ser sempre participativo, flexível e ter uma abordagem sistêmica e holística da realidade".

Como Souza (2008, p.94), menciona, "é esse processo (*sic*) contínuo de reflexão sobre a realidade e formas de enfrentamento que distingue a organização da grupalização²⁴ e da mobilização²⁵". Não significa dizer, conforme a autora, que estes dois termos não tenham importância. Dependendo da maneira que o grupo adota estes mecanismos, poderá constituir-se um elemento motivador para o grupo refletir melhor em etapas posteriores; possivelmente, poderão surgir experiências de organização social.

Neste tipo de experiência, o diálogo individual ou grupal, quando utilizado como instrumento de não-dominação, constitui característica relevante no aprendizado dos sujeitos, deixando-os mais envolvidos e comprometidos com a transformação.

24 Supõe arregimentação de pessoas sem implicar consciência crítica sobre a realidade, nem força social representada por elas pela população quando articulada. (SOUZA, 2008, p.93).

25 Supõe também arregimentação de pessoas em torno de objetivos apresentados por outros grupos sociais, objetivos capazes de sensibilizar temporariamente a população sem, contudo, chegar a agir sobre elas para reflexão e ação sobre o seu cotidiano (SOUZA, 2008, p.93).

A existência, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformem o mundo. Existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles um novo pronunciar. Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão. (FREIRE, 1987, p.44).

3.1.7 Capacitação contínua

O processo pedagógico da participação desenvolve-se mediante a existência de três processos²⁶. A capacitação é um desses processos e visa à redefinição contínua de novos interesses e mecanismos de enfrentamento.

De acordo com Freire (2001, p.39), "quanto mais refletir sobre a realidade, sobre sua situação concreta, mais emerge, plenamente consciente, comprometido, pronto a intervir na realidade para mudá-la". Como diz o autor, o importante é

Advertir que a resposta que o homem dá a um desafio não muda só a realidade com a qual se confronta: a resposta muda o próprio homem, cada vez um pouco mais, e sempre de modo diferente. [...] esta resposta exige dele reflexão, crítica, invenção, eleição, decisão, organização, ação [...] pela ação e na ação, é que o homem se constrói como homem. (FREIRE, 2001, p.42-43).

Então, a capacidade de intervir na realidade e tomar decisões no coletivo vai se concretizando na capacitação como a "dimensão relacionada à consciência organizativa e à produção do conhecimento prático ou de habilidades que permitem ao *sujeito* agir sobre a realidade, seja a próxima ou a mais distante". (FUNDEP, 1994, p.49).

Desenvolvidas estas habilidades, admitem-se ampliadas as chances de vir à tona modos mais conscientes de perceber a realidade e compreendê-la num ambiente de contradições. À luz dessa apreensão, percebe-se que os sujeitos envolvidos terão melhores condições para problematizar a realidade e, mais acertadamente, decidirão sobre quais ações de enfrentamento. Compreende-se que, para alcançar um modo elaborado de pensar e agir carece entender que a capacitação, deve constituir pretensão clara e constante.

A capacitação deverá desenvolver-se, de forma permanente, no reconhecimento crítico e sistemático sobre a prática cotidiana [...] por meio de trocas de experiências e vivência de situações reais, da discussão conjunta valorizando as opiniões e o conhecimento individual, reduzindo, sobretudo, o individualismo na aprendizagem e enfatizando a construção coletiva do conhecimento. (FURTADO; FURTADO, 2000, p.46).

26 O processo de descoberta e problematização dos interesses, ou seja, a conscientização; a arregimentação da força social, ou seja, a organização social; a reciclagem e redefinição contínua de novos interesses e mecanismos de enfrentamento, ou seja, a capacitação (SOUZA, 2008, p.87).

Mediante a reflexão sugerida, há de se reconhecer a significância do fenômeno da capacitação na prática do cotidiano. Ao perceber a realidade distanciando-se das aparências as quais comumente enganam, é possível descobrir e definir o modo de agir, que, resultante do processo de capacitação, contribuirá para a libertação dos sujeitos.

Capacitação é um processo em que a população passa a assumir gradativamente o seu próprio processo de conscientização e organização, e se torna capaz de estender a sua experiência ao todo social, penetrando mais a fundo na essência dos problemas e captando as contradições sociais a que está submetida. Como tal, percebendo mais a essência da sua realidade social, tenta encontrar novos modos de agir que respondam mais diretamente aos seus problemas (SOUZA, 1982, p.134; SOUZA 2008, p.95).

4 METODOLOGIA

O percurso metodológico desta avaliação teve como referências estudos de natureza exploratório-descritivos combinados, que são estudos que têm como objetivo descrever [...] determinado fenômeno (MARCONI e LAKATOS, 2009).

Por pretender-se uma reflexão que reconheça as contradições da realidade, optou-se por uma pesquisa do tipo qualitativa, apoiada em uma abordagem dialética.

4.1 Caracterização da área de estudo

Inicialmente, optou-se por uma breve descrição histórica do Município de Jardim. Conforme Pereira (1986), o padre baiano João Bandeira de Melo chegou às terras jardinenses no final do século XVIII. O acesso a essas terras se deu pelo Município de Exu, no Estado de Pernambuco, seguindo o trajeto pela Serra Olho d'água. Ao descer a serra, deparou-se com o rio Jardim que banhava todo o vale, ali se instalando e iniciando a construção da sua casa fazendo o cultivo de cereais nas margens do rio. Dali nasceu a povoação Barra de Jardim nasce às margens do rio Jardim, sua elevação à categoria de vila por meio de Alvará Régio de 30 de agosto de 1814, passando a ser denominado de Santo Antonio do Jardim. Pela Lei Provincial nº 1.829, do dia 3 de setembro de 1879, é elevado à categoria de cidade (PEREIRA, 1986).

Localizado a 435 km da Capital, Fortaleza, Jardim faz parte da Região Metropolitana do Cariri²⁷, limitando-se ao norte com os Municípios de Porteiras e Missão Velha e Barbalha; ao sul, com o Estado de Pernambuco e o Município de Penaforte; ao leste com Penaforte, Jati e Porteiras e ao oeste com Barbalha e Pernambuco, conforme apresentado na Figura 1.

O município ocupa uma área de 457,03 km² e possui uma população de 25.853 habitantes, conforme estimativa populacional de 2007, com a população urbana correspondendo a 30,6% do total e a rural, correspondendo a 69,4% (IBGE, 2008 e IPECE, 2008).

27 A Região Metropolitana do Cariri foi criada por Lei Complementar Estadual nº 78, de 29 de junho de 2009, sendo constituída pelos Municípios de Barbalha, Caririáçu, Crato, Farias Brito, Jardim, Juazeiro do Norte, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri.



Figura 1 - Mapa do Município de Jardim
Fonte: IPECE, 2008.

Quanto a experiência associativa, parte significativa da população jardinense encontra-se agrupadas em associações comunitárias com maior expressão para aquela residente no espaço rural. Lopes (2009) assevera que o Município conta atualmente com o registro de 100 entidades associativas, sendo que 96 estão afiliadas na Federação das Entidades Comunitárias, que congrega as associações comunitárias do município e foi criada em 1998, com o papel de orientar e acompanhar as associações (informação verbal)²⁸ Deste número, quatro estão localizadas no espaço urbano e 92 na zona rural.

A criação desta entidade no município partiu do desejo do jardinense Francisco Antonio de Souza, que morou em São Bernardo do Campo e lá foi secretário da Federação das Entidades Comunitárias. Ao retornar ao Município de origem, veio com a ideia de criar uma entidade similar. Uma cópia do Estatuto da Federação de São Bernardo, com as devidas adequações, serviu de base para a elaboração do Estatuto da Federação das Entidades Comunitárias de Jardim. Ao concluir o documento, este foi levado até a Federação Estadual para solicitar autorização, e, assim, em 1998, a Federação foi constituída (informação verbal)²⁹.

28 Informação fornecida por Francisco Firmino Lopes, presidente da Federação em Jardim, (2009).

29 Informação verbal, fornecida por Francisco Antonio de Souza, em Jardim, (2009).

Segundo o presidente atual da Federação, Francisco Firmino Lopes, as ações da entidade são realizadas mediante parceria junto ao Poder Público Municipal, que oferece suporte para que suas atividades possam se efetivar. A Federação funciona numa sala localizada dentro da Secretaria de Ação Social e dispõe de uma moto cedida pela Prefeitura, utilizada pelo vice-presidente Francisco Antônio de Souza. Destaque-se, ainda que o mesmo mantém vínculo empregatício com o Município, no cargo de assessor técnico de assistência.

Dados preliminares do censo agropecuário apresentam o registro de 3.596 estabelecimentos agropecuários, com uma área de 18.510 ha e a existência de 94 tratores, distribuídos em 92 estabelecimentos (IBGE, 2008).

A economia do Município tem como base a agropecuária, e destaca-se na produção de milho puro e consorciado; feijão *vigna*, feijão *phaseolus*, mandioca, arroz, banana e pequenas áreas com fruteiras e hortaliças. Na pecuária, predomina o rebanho bovino, seguido de ovinos e caprinos (CEARÁ, 2002).

O Município é conhecido por suas nascentes naturais, porém, muitas das fontes se encontram secas e outras com baixa vazão.

No âmbito educacional, até o ano de 1959, o grau de instrução ministrado em Jardim não ia além da 4ª série do ensino primário. Somente em 1969, é que se instala no Município o 2º grau (CEARÁ, 2002). Atualmente, de acordo com dados da Secretaria de Educação do Município encontram-se matriculados 1.350 alunos na educação infantil, 5.255 no ensino fundamental, 1.684 no ensino médio e 449 na educação de jovens e adultos (EJA).

Atualmente, são 40 escolas públicas, sendo uma na área urbana e 39 na área rural. Registrou-se também a existência de sete creches, duas das quais na zona rural e cinco na zona urbana. Na responsabilidade do Estado, o Município conta com duas escolas localizadas na Sede. Existem, ainda, duas escolas particulares atendendo a 344 alunos.

A taxa de analfabetismo está na ordem de 45,2% da população. A população de pobres sugere um preocupante grau de desigualdade, pois corresponde a 76,2% da população (BRASIL, 2000).

4.2 População e Amostra

Os subprojetos São José de Mecanização Agrícola, do Município de Jardim,

constituíram objeto de estudo desta avaliação. Foram considerados os subprojetos liberados no período compreendido entre 1995 a 2005, abrangendo as distintas fases conhecidas como Projeto São José I, junho de 1995 a junho de 2001, e o Projeto São José II, que se estende até 2005.

Na definição da amostra, priorizou-se a técnica de amostragem estratificada. Este tipo de amostragem "caracteriza-se pela seleção de uma amostra de cada subgrupo da população considerada", sendo esta distribuição proporcional à cada Associação e está orientada pela "medida do nível de confiança e pelo erro de estimativa". (GIL, 1999, p.102).

Os parâmetros orientadores do cálculo da amostra foram o nível de confiança de 95%, correspondente a dois sigmas -2σ , e erro máximo de estimativa de 8%, segundo a fórmula que tem por base de cálculo de amostra com *população finita*, ou seja, aquela população com menos de 100 mil indivíduos (VIEGAS, 1999).

$$n = \frac{\sigma^2 pq \cdot N}{e^2 (N-1) + \sigma^2 pq}$$

N = população universo

n = tamanho da amostra

σ^2 = nível de confiança em quantidade de desvios padrões

p = proporção do universo que possui a propriedade pesquisada

q = proporção do universo sem a propriedade pesquisada ($q=100-p$)

e = erro de estimação permitido (em valores percentuais). (VIEGAS, 1999, p.141)

A tabela 3 apresenta os projetos de mecanização agrícola liberados para o Município e o cálculo da amostra:

Tabela 3- Demonstrativo dos Projetos São José de Mecanização Agrícola liberados para Jardim no período de 1995-2005 e Cálculo da Amostra da Pesquisa.

Comunidades	Liberação/beneficiários (as)		
	Ano	Nº de Famílias	Cálculo da amostra
Bom Sucesso	1995	60	20
Horizonte (Cacimbas)	1995	21	7
Jardim Mirim	1997	50	17
Corrente	1997	25	9
Lagoa do Mandacaru	1997	40	14
Lameirão	2000	34	12
Campo Grande	2000	42	14
Montanhas	2004	31	10
TOTAL		303	103

Fonte: Dados da pesquisa e SDA (2009).

Para ampliar a margem de segurança, foram acrescentadas 10% à amostra definida, totalizando 113 famílias. Por entender que a mulher, direta ou indiretamente, está envolvida nas ações, foi definido atender a unidade familiar, resultando na participação na pesquisa de 68 homens e 45 mulheres.

4.3 Métodos de análise e procedimentos técnicos

Além da análise bibliográfica e documental que fundamentaram teoricamente o estudo, a interpretação dos dados referentes à amostra foi realizada mediante análise descritiva. Segundo Aguilar e Ander-Egg (1994), este tipo de análise permite elaborar uma matriz de dados e utilizar medidas ou mecanismos que resumem as informações da referida matriz, evidenciando-se suas características principais.

De posse dos resultados encontrados na análise das variáveis, realizou-se sua interpretação, sempre fazendo uma correlação com outros elementos da vida comunitária tais como as relações instituídas, a confiança e a reciprocidade existentes no grupo, situação com a terra, formas de relacionamentos atitudes nas reuniões, acompanhamento recebido pela

Associação, dentre outros aspectos. Esta estratégia teve como objetivo ampliar a compreensão dialética do fenômeno da participação, sem deixar de perceber os aspectos paradoxais.

Concluída a fase de campo, de posse dos dados, começou-se sua tabulação, utilizando planilha do Excel. Inicialmente, os dados foram tabulados por associação. Ao concluir esta etapa, verificou-se os registros realizados em cada uma das oito associações. Em seguida, utilizando-se mais uma vez a planilha do Excel, realizou-se a tabulação geral dos dados. Após a verificação do resultado geral, partiu-se para uma análise crítica. Por fim, foram elaboradas tabelas, quadros e gráficos para ilustrar o resultado da análise.

Também foram realizadas 15 entrevistas abertas, oportunidade em que foram ouvidos segmentos envolvidos em alguma etapa do Projeto São José, tais como presidentes das associações de agricultores, membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável (CMDs), representante do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR), representante da Federação das Entidades Comunitárias, representantes da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (EMATERCE) e o Coordenador do Projeto São José no Estado.

As entrevistas, depois da permissão dos entrevistados, foram gravadas em aparelho de Mp4, transcritas e classificadas por categorias.

4.4 Variáveis

As variáveis foram selecionadas com suporte no estudo de Souza (2008). Considerando o papel da participação no desenvolvimento de comunidades, foram eleitas três macro-variáveis conscientização, organização social e capacitação às quais foram agregadas conjuntos de subvariáveis.

Para a variável da conscientização, procurou-se perceber como o desenvolvimento das ações se efetiva "fora da realidade objetiva das coisas, dos homens e do mundo", ou se esta realidade "é assumida supondo um contínuo desvendamento da realidade de ação sobre ela". (SOUZA, 2008).

Para a variável da organização social, a perspectiva foi perceber se "as novas atitudes tomadas, as novas alianças" têm reforçado e ampliado a força social. Para tanto, buscou observar se as atitudes, a diversidade interna e alianças constituídas, exercem

influências no estágio organizacional (SOUZA, 2008, p.92).

Na variável da capacitação, procurou-se identificar até que ponto a ação comunitária faz emergir um grupo com sujeitos mais conscientes e mais atuantes, ou não. "A capacitação supõe estimulação e assessoramento à população, para que esta tenha meios de apreensão contínua da realidade social e saiba analisá-la". (SOUZA, 2008, p.95).

O Quadro 1 apresenta, esquematicamente, as variáveis e subvariáveis definidas para explicar a participação.

Quadro 1 - Distribuição das variáveis e subvariáveis da dimensão da participação

Dimensão	Variáveis	Subvariáveis	Parâmetros
Participação	1. Conscientização	1.1 Planejamento das ações para enfrentamento dos problemas.	Cada subvariável será avaliada pela conduta a ela atribuída. Cada uma terá um peso e um conceito. A média dos valores servirá para mensurar a variável
		1.2 Modos de agir diante dos interesses e preocupações coletivas.	
		1.3 Modos de pensar a existência	
	2. Organização Social	2.1 Modos de cooperação instituídos	
		2.2 Grau de engajamento dos membros da associação nos projetos da comunidade	
		2.3 Desenvolvimento das ações	
	3. Capacitação	3.1 Capacidade da associação para elaborar projetos a partir dos seus próprios interesses	
		3.2 Discussão das Políticas Públicas e/ou Leis Específicas das categoria por suas associações.	
		3.3 Grau de conhecimento do CMDS pelos agricultores e agricultoras	
		3.4 Grau de conhecimento dos projetos que existem na Comunidade	
		3.5 Grau de conhecimento do Projeto São José	

Fonte: Elaborado pela autora

Como esteia Souza (2008), compreendeu-se que a conscientização se desenvolve do meio sensível mais próximo, constituindo-se aí diferentes formas de enfrentamento dos problemas e interesses, quanto mais críticas as atitudes ante a realidade, maior a probabilidade das ações coletivas empreendidas desencadarem um processo de "ultrapassagem da

consciência individual para a consciência social".

Este entendimento proporcionou melhor direcionamento da análise. A variável conscientização foi detalhada mediante as seguintes subvariáveis, que são aqui definidas e operacionalizadas:

1. maneiras adotadas pela Associação para definir as ações de enfrentamento dos problemas. Espera-se identificar a existência de planejamento na Associação, e se este é elaborado apenas pelos pares, somente por agentes externos ou de maneira articulada;
2. modos de pensar a existência. Está diretamente relacionada com a formulação de atitudes para os enfrentamentos, daí pretender identificar se a explicação dada se dá a partir do reconhecimento da realidade como resultado de uma elaboração social ou não; e
3. modo de agir diante os interesses e preocupações coletivas. Espera-se perceber se as atitudes estão pautadas no individualismo ou estão ancoradas no coletivo. O resultado desta verificação poderá indicar os estádios em que se encontram as pessoas no que diz respeito à consciência individual e à consciência social.

Outra variável definida para ser investigada neste estudo refere-se à organização social. Conforme Souza (2008), a organização social é um meio para que a conscientização se amplie e supõe ações coletivas articuladas conscientemente. Tanto as articulações internas como as externas constituem elementos próprios da organização, por isto, o exame constante dessas alianças poderão indicar o grau de amadurecimento e conscientização.

Para análise desta variável, optou-se pelas seguintes subvariáveis:

1. modos de cooperação instituídos. Espera-se apreender o grau das alianças constituídas, tanto no ambiente interno da Associação como no ambiente externo;
2. grau de engajamento dos membros da Associação nos projetos da comunidade. Quanto maior o engajamento das pessoas, maior será a força social da Associação;
3. desenvolvimento das ações. Tenciona-se perceber o envolvimento das pessoas nas atividades do projeto ou se as obrigações no âmbito do coletivo são absorvidas pelos diretores, sem a coparticipação dos demais sujeitos envolvidos.

A última variável selecionada para ser averiguada neste estudo é a capacitação. Para Souza (2008), a capacitação acontece quando as pessoas passam a assumir gradativamente seu processo de conscientização e organização. Também é neste estágio que a população poderá ter descoberto a necessidade de conhecer melhor os elementos presentes na conjuntura social, bem como as políticas públicas e as leis que lhe dizem respeito. Outro elemento da capacitação considerado importante é se as associações/grupos, baseados nos seus interesses, se acham em condições para projetar que ações querem e os meios de acessar

recursos para seu enfrentamento.

As subvariáveis definidas para esta análise foram as seguintes:

1. capacidade da Associação para elaborar projetos baseados nos interesses. Procura-se perceber se as pessoas reconhecem que a Associação é capaz de elaborar os próprios projetos;
2. discussão das Políticas Públicas e/ou Leis Específicas dos Agricultores Familiares por suas associações. Espera-se identificar se esta temática está presente nas agendas de reuniões da Associação;
3. grau de conhecimento do CMDS pelos agricultores e agricultoras. Pretende-se perceber até que ponto as pessoas têm conhecimento da atuação do Conselho;
4. grau de conhecimento dos projetos existentes na comunidade. Pretende-se perceber até que ponto as pessoas estão envolvidas e/ou têm conhecimentos de outros projetos existentes na localidade, ou se limitam apenas aos projetos operacionalizados pela Associação a que estão vinculados; e
5. grau de conhecimento do Projeto São José. Espera-se encontrar elementos que indiquem ou não até que ponto o projeto foi uma demanda dos agricultores familiares, como também o grau de envolvimento na sua execução.

4.5 Dados: fonte e coleta

Para fundamentar esta avaliação, recorreu-se a material bibliográfico existente das bibliotecas da Universidade Federal do Ceará (UFC), da Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA) e nas páginas de *Web sites*, acessando livros, textos, dissertações, teses e relatórios.

Para a pesquisa documental, foram examinados documentos oficiais, relatórios, regimentos, atas, normas de programas e projetos nas seguintes instituições: Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA); EMATERCE; Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais; arquivos das Associações de Agricultores e CMDS.

A coleta de dados primários foi realizada por meio de entrevistas semiestruturada, por possibilitar o uso de perguntas fechadas e abertas, permitindo ao entrevistador seguir um roteiro previamente definido- para a qual se utilizou como instrumento de coleta o formulário -, mas também possibilitando perguntas adicionais que complementem a coleta de informações ou orientem o entrevistado para o tema em foco. Utilizou-se também a entrevista não estruturada por esta ensejar o uso de questões abertas, nas quais o entrevistador apresenta o tema e o entrevistado pode falar livremente; como também oferecer maior liberdade para explorar as questões mais amplamente (LAKATOS e MARCONI, 2004).

Além das entrevistas, fez-se uso da técnica da observação participante, por esta possibilitar maior envolvimento com o grupo.

No caso do formulário, este serviu para registrar os dados advindos de 113 partícipes do Projeto São José de Mecanização Agrícola. Para as entrevistas não estruturadas, procurou-se ouvir 15 agentes envolvidos no Projeto, sendo oito presidentes de associações e sete representantes de órgãos/entidades envolvidos, assim distribuídos: três servidores da Ematerce, sendo dois extensionistas locais (um de campo e o outro de gerência), e um extensionista do Escritório Estadual; um da Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA), o coordenador estadual do Programa; um do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, Federação das Entidades Comunitárias de Jardim e um do CMDS.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 Aspectos presentes nas Associações de Agricultores Familiares do Município de Jardim e dos Subprojetos de Mecanização Agrícola.

A ação do Projeto São José no Município de Jardim resultou da implantação de 33 subprojetos, distribuídos nos segmentos de eletrificação rural, abastecimento de água e mecanização agrícola, durante o período de 1995 a 2005, distribuídos conforme tabela 8.

Tabela 4 - Distribuição dos subprojetos São José durante o período analisado

Tipo de Projeto	Ano/quantidade de subprojetos liberados no período										
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Eletrificação rural	10	0	2	7	0	0	0	0	0	0	3
Abastecimento de água	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1
Mecanização agrícola	2	0	3	0	0	2	0	0	0	1	0
Total por ano	12	0	5	7	0	2	0	0	1	2	4

Fonte: Tabela elaborada com base no Relatório dos projetos liberados da SDA (2009)

No segundo semestre de 1995, acontece no Município uma movimentação das lideranças para constituir o Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável (CMDS). Como resultado, sua criação se dá em 25 de outubro de 1995, com a aprovação da Lei nº189/95 e, por conseguinte, no dia 03 de novembro do mesmo ano, acontece a assembleia para dar posse aos conselheiros. Muitas propostas de subprojetos comunitários já estavam aguardando a formação do Conselho para receber o parecer.

A criação do Colegiado no último trimestre exigiu dos conselheiros certa agilidade para resolver os aspectos legais necessários para se efetivar o seu funcionamento. A não-oficialização do Colegiado, conseqüentemente, não habilitaria o Município a encaminhar propostas ao Projeto São José. Por isso, a movimentação foi intensa. Registrou-se só no mês de novembro a realização de quatro reuniões; inclusive, em uma delas, o técnico da Ematerce informa que “[...] os projetos precisam ser elaborados em processo acelerado, pois o prazo de encaminhamento dos mesmos será até o dia 15 de dezembro”. (Ata CMDS, 21/11/95, p.7).

Os esforços dos líderes do Município resultaram na liberação de dez subprojetos, que foram liberados em 1995, porém a entrega oficial ocorreu no dia 29 de janeiro de 1996,

com a presença do governador do Estado, Tasso Jereissati. A cerimônia foi realizada no próprio Município, na praça Barbosa de Freitas. Vários representantes políticos estiveram presentes, bem como uma expressiva representação da população Jardinense (Ata CMDS, 06/02/1996, p.12).

Constatou-se que, durante os dez anos do Projeto, período selecionado para este estudo, 303 famílias foram atendidas diretamente com os subprojetos de mecanização agrícola, todas elas com vínculo nas associações de agricultores familiares que receberam o Projeto, como: Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade de Bom Sucesso; Associação de Moradores da Serra Cacimbas; Associação São Joaquim do Distrito Corrente; Associação dos Pequenos Agricultores Rurais do Sítio Montanhas; Associação dos Agricultores do Sítio Lameirão, Associação dos Agricultores do Distrito Jardim Mirim; Associação Padre Cícero da Lagoa do Mandacaru e Associação Comunitária do Campo Grande do Corrente.

Verificou-se que 36% destas associações foram oficialmente constituídas, durante os anos de 1987, 1990 e 1997. Por outro lado, 64% delas tiveram seus registros de personalidade jurídica emitidos em 1996. Observou-se que, durante o período estudado, ocorreu um estímulo para a formação de associações, talvez a exigência do Programa em só atender a pleitos feitos por agricultores "organizados por interesse comuns e representados por suas Entidades Representativas - ERB's, devidamente **legalizadas e atuantes no nível local**" tenha favorecido a existência deste fenômeno (CEARÁ, 2002, p.2).

Esta avaliação foi focada em oito entidades representativas, que têm em suas comunidades implementados subprojetos de mecanização agrícola. Esse tipo de subprojeto contempla, na maioria dos casos, um trator, que vem acompanhado por uma grade, um arado, um reboque e um debulhador de milho, uma debulhadeira de feijão e um guincho.

Verificou-se nas associações que os tratores trabalham em média 1000 horas por ano. Comumente, suas atividades estão distribuídas em preparo do solo, que ocorre nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro; beneficiamento e transporte de feijão, nos meses de abril e maio; beneficiamento do milho, nos meses de julho, agosto e meados de setembro. Nos meses não citados, o trator passa a maior parte do tempo na garagem, chegando por vezes, neste período, a trabalhar em serviços de frete (EMATERCE, 2007).

A manutenção do trator vem dos valores cobrados pelos serviços realizados. Os agricultores não associados, quando solicitam o trator para preparo do solo, pagam em torno de R\$ 40,00 (quarenta reais) por hora trabalhada. Já para cada saco de

feijão beneficiado, pagam R\$ 3,00 (três reais); para cada saco de milho, o valor é de R\$ 1,50 (um real e cinquenta centavos). Os agricultores sócios das entidades associativas recebem o desconto de 50% dos valores cobrados ao não sócio. (EMATERCE, 2007).

Com a renda gerada pelos serviços do trator, é constituído um fundo de reserva, que tem a finalidade de pagar o tratorista, e o restante fica em depósito, para posteriormente ser utilizado em serviços de manutenção do trator e demais equipamentos, servindo também para adquirir algum implemento considerado pelos sócios importante para apoiar o processo produtivo. Segundo os presidentes de 75% das associações, esta norma está expressa no regimento da entidade.

No momento da realização deste estudo, conseguiu-se identificar o fato de que a situação financeira de 25% das associações é considerada satisfatória, pois detêm em depósito valor que lhes garante a manutenção satisfatória do equipamento, dispõe de valores que se aproximam de 50% do valor de um trator novo; em 50% delas a situação é regular, o dinheiro disponível lhes proporciona fazer corriqueiramente a manutenção dos equipamentos; por outro lado, para 25% delas, a situação é havida como insatisfatória, por encontrar-se com saldo negativo, não lhes dando condições de manter os equipamentos.

O montante hoje disponível em depósito das oito entidades corresponde a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), sendo que uma delas detém o equivalente a 50% deste valor.

Identificou-se a presença de elementos que, provavelmente, interferem nos resultados descritos. Por exemplo: em uma delas, verificou-se a existência de um cuidadoso acompanhamento com registros de entradas e saídas dos recursos, agregados a um detalhamento da movimentação bancária; em outra, percebeu-se uma sistemática prestação de contas, além de seguir a orientação do seu Regimento, que não permite utilizar os recursos gerados nos serviços realizados pelo trator em atividade que fuja de sua essência. Em outro sentido, percebeu-se que algumas das associações, ao realizar serviços para os não sócios, o saldo positivo gerado não era direcionado para a formação do fundo de reserva, e sim, era desmembrado em serviços para os sócios, os quais ficavam isentos de pagar sua contrapartida. Tal comportamento pode ter contribuído para ensejar a situação na qual se encontram 25% dos subprojetos, como também favorecer para um comportamento de acomodação nos sócios, não lhes permitindo o aprendizado que leve ao senso de "responsabilidade, que é um dado existencial. Daí não poder ser ela incorporada ao homem intelectualmente, mas vivencialmente". (FREIRE, 2007, p.66).

Outro aspecto que se julgou importante levantar refere-se às questões relacionadas

ao não acesso a terra. Identificou-se na população entrevistada o fato de que, 55% dos agricultores familiares que participam do subprojeto de mecanização são arrendatários, 28% são proprietários, 12% são meeiros e 5% são posseiros. Esta realidade sugere que os projetos de mecanização agrícola não conseguiram interferir para modificar a relação do homem com a terra.

Para os que não têm terra, a relação de uso fica definida pelo proprietário, que seguem o entendimento de que, se a terra for boa, o proprietário só cede no regime de meia, e as terras arrendadas nem sempre obedecem a este critério. Assim,

“Quem planta de renda, fica responsável em tombar a terra, e de cada cinco sacos colhidos; paga um. Já para quem planta de meia, recebe a terra preparada e a semente; e paga a metade do que é produzido”. (Depoimento).

Esta realidade, de certa maneira, não favorece desencadear o processo da plena libertação dos agricultores familiares.

Neste sentido, a área total cultivada pelos agricultores filiados às associações objeto deste estudo, que utilizam os serviços do trator na comunidade, corresponde a 1.586ha, sendo 70% desta área explorada por agricultores sócios e 30% são áreas exploradas por não-sócios.

A área cultivada pelos agricultores que participam do Projeto encontra-se distribuída da seguinte forma: 8% exploram uma área menor do que 1 ha; 48% exploram de 1 a 3ha; 35% cultivam uma área que vai de 3,5 a 6 ha e 9% exploram área que vai de 7 a 20ha.

Segundo o ponto de vista do técnico que trabalha junto as associações, para muitos dos agricultores, o trator não representa um equipamento tão necessário, já que para quem cultiva área pequena um animal de serviço seria suficiente.

“Para aquele que planta até 3 ha daria conta de suas atividades só com o animal de serviço, e não precisaria do trator. Pois, um dia de trabalho de um animal de serviço equivale ao trabalho correspondente a 10 homens”. (Depoimento).

Acredita-se que o estímulo para o consumo de bens, dado pelo Estado, na perspectiva de modernizar o campo, tenha contribuído para que a população comunitária paulatinamente fosse fazendo adesão a novos valores e práticas. Deste modo, o uso do trator passou a fazer parte do seu imaginário e, por não anteceder um processo de reflexão, estes passaram a ser necessários, que, com apoio dos programas, outras práticas agrícolas foram se consolidando.

Por outro lado, identificou-se neste estudo certa preocupação por parte das associações de ter uma sede própria para a realização de suas reuniões. Assim, conseguiu-se registrar que todas elas dispõem de sede, no entanto, quando indagados da existência de local para armazenar a produção agrícola dos agricultores, apenas 37% delas disseram dispor de locais para esta finalidade.

Mediante as observações, foi possível perceber que o prédio construído para sediar os eventos da Entidade tem um expressivo significado para seus associados. Por isso, primeiro vem sua construção, ficando para outro momento outras edificações como o armazém. Talvez seja possível explicar esta característica, por conta de este aspecto não fazer parte da cultura das pessoas. A maioria das famílias tem os cômodos como sala e área de suas moradias para esta finalidade. Este aspecto já justificaria a construção do armazém para uso coletivo.

Outra característica observada nas associações objeto deste estudo refere-se às pessoas que compõem o grupo e que não tiveram acesso à educação ou à terra. Das pessoas entrevistadas, 67% compõem o grupo daqueles que não têm nenhum ano de estudo e aqueles que cursaram até quatro anos. Somando-se a isto, se registrou pelos dados que 64% das pessoas pesquisadas não têm acesso à terra. Tais fatores parecem surgir, como elementos que reduzem as chances de uma vivência que leve à participação ativa nos processos de desenvolvimento.

No caso da utilização dos serviços do trator, parece demonstrar um pouco a interferência desses elementos. Segundo o técnico entrevistado, nas comunidades existem as pessoas de mais serviço e de menos serviço:

“[...] tem agricultores que precisam dessa mecanização do trator propriamente dito, quase o ano todo, e tem aqueles que precisam duas horas por ano. Eu acho que essas pessoas de mais serviço aproveitam melhor, essa questão da mecanização. O de menos serviço que só plantam 2 ha, ele participa assim, de uma forma bem acanhada”. (Depoimento).

Ao cruzar esta informação com a questão da escolaridade e do acesso à terra, percebe-se que os denominados pelo entrevistado como de menos serviços compõem a maioria dos participantes do projeto de mecanização e com um agravante: por não ter terra, os serviços do trator terminam sendo utilizados na área dos de mais serviços.

Outra questão apontada pelo entrevistado requer atenção. Segundo ele, *“Já que a participação deles nos equipamentos é pequena, a participação deles nas associações, também é pouca, ele quase não tem nem vez. É um sócio que ajuda, mas é muito*

simples e a ajuda que ele tem da mecanização é muito pequena. As pessoas de maior poder aquisitivo é maior a participação e, nas reuniões, essa pessoa é mais ativa”. (Depoimento).

Ao analisar essa situação, é como se configurasse nas associações uma relação que faz surgir a apatia, o comodismo, além da adesão à consciência individual em detrimento da consciência coletiva.

Tais aspectos comportamentais foram durante décadas reforçadas, principalmente no período autoritário que se viveu no País. Mesmo com a redemocratização instalada não ocorreu plenamente o processo de participação. As políticas públicas continuaram na maioria das vezes não contribuindo para estimular as pessoas a pensar criticamente sobre a realidade. Estas se encontravam diante processos de inculcação, de cooptação e internalização dos mitos, não se percebiam sujeitos do processo, até porque sempre competia a outras pessoas pensar, falar e decidir por eles, constituindo-se, portanto, as ações em atos de benevolências. Não restava outro caminho a não ser receber aquilo que lhes davam com resignação.

Considerou-se somar a esta reflexão a questão da formação da renda da amostra investigada. Procurou-se, então, saber a renda média mensal. Daí identificou-se que esta corresponde a R\$ 566,55 (quinhentos e sessenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos).

Mediante a análise dos dados, constatou-se que a formação da renda familiar não está constituída por um só segmento; ela resulta de fontes diferentes. Neste aspecto, identificou-se que o emprego participa com 23%; diárias, com 13%; produção agrícola, contribui com 24%; o Bolsa-Família, com 10%; por fim, tem-se a renda gerada por aposentadoria rural ou pensão, que exerce importante influência na formação da renda, pois participa com 30%.

Observou-se que nas moradias onde não há nenhum membro com emprego, pensão ou aposentadoria rural, nessas o Programa Bolsa Família³⁰ (PBF) e as diárias constituem as principais entradas de dinheiro em seus lares. Isto revela que depender só da atividade agrícola parece ampliar a situação de vulnerabilidade econômica e social, principalmente dos que estão entre os 64% que não têm acesso à terra, como anunciado anteriormente. Então, o Projeto de Mecanização parece não responder satisfatoriamente para transformar esta realidade, pois, como se vê, a contribuição da atividade produtiva na formação da renda familiar sugere não atender as necessidades básicas familiares. Este elemento não constituiu objeto de análise deste estudo pois, surgiu apenas para mostrar a

³⁰ Programa de transferência direta de renda criado em 2003, fundamentado em três dimensões: promoção do alívio imediato da pobreza, reforço ao exercício de direitos sociais básicos na área de saúde, educação e articulação com programas complementares, voltados ao desenvolvimento das famílias (MDS, 2008, p. 23).

situação econômica das famílias. Este aspecto, porém, requer a realização de um estudo mais aprofundado.

5.2 Discurso e prática da participação no Projeto São José

O estudo pormenorizado da participação na implementação de uma política requer, primeiramente, o entendimento sobre o tipo de participação que está sendo definido e estimulado à população. O que realmente se pretende é ir além da realidade aparente existente no cotidiano, estabelecendo o desafio de apreender a complexidade que envolve o tema.

Precisa compreender também as posturas assumidas pelos agentes no processo. *A priori*, pensa-se na interação dos diversos sujeitos. Assim, pergunta-se: qual a influência que um mantém sobre o outro? Como se manifestam os comportamentos e as atitudes? No caso deste estudo, será possível afirmar que o Projeto São José incorpora em sua formulação e execução o conceito de participação previsto em sua estratégia?

Está posto o desafio. Se o Projeto São José dá ênfase à participação como uma das suas estratégias básicas, resta elucidar, através da pesquisa empírica, como realmente esta prática se efetiva.

O Projeto São José propõe-se financiar investimentos comunitários, baseados em demandas vindas das comunidades rurais. Ao analisar os dados, esses revelam que as atividades atendidas pelo Projeto, de certa forma, faziam parte da realidade local. Foi possível verificar que cada período do Programa segue uma tendência que se guia por um determinado prisma. Este passa a ser o parâmetro de orientação do Programa, surgindo daí a prioridade do momento. Com suporte nessa definição, as comunidades pensam e elaboram seus projetos. No caso dos subprojetos encaminhados fugirem desta orientação, o projeto é devolvido para readequação.

Não se pretende com isto afirmar que as prioridades selecionadas na agenda governamental estejam fora da realidade, pois se sabe que as necessidades que circundam o meio rural são de diversos aspectos. O propósito foi de fazer uma breve reflexão.

De acordo com o relatório (SDLR, 2005), o sistema de abastecimento d'água nos domicílios cearenses apresentou taxas de crescimento consideradas altas, passando de 42% em 2001, para 54% em 1997, e para 63% em 2002. Cerca de 32% da população rural do Estado foi atendida pelo Projeto entre 1995 a 2005. (ARAÚJO, 2003, p.85).

Esse aspecto foi elemento de reflexão, por se entender que ele pode se apresentar como um indicativo de que a participação da população nos subprojetos financiados pelo Projeto São José parte de algo previamente estabelecido. Isto põe em contradição o preceito que destaca o Projeto como resultante de "demandas oriundas das comunidades"; na realidade, a comunidade apenas aceita a responsabilidade de algo estabelecido pelo Estado (CEARÁ, 2002, p.12).

Com apoio nesse entendimento, e em atenção aos propósitos anunciados, serão, considerados os dados provenientes do processo da conscientização, organização social, e capacitação variáveis selecionadas para serem investigadas nesta avaliação.

5.2.1 Conscientização

A análise da conscientização considerou aspectos fundamentais inerentes às comunidades, traduzidos aqui por meio das seguintes subvariáveis: planejamento das ações para enfrentamento dos problemas, modo de agir da população diante dos interesses e preocupações coletivas e modo de pensar a existência.

Tais elementos foram selecionados por se apresentarem como reveladores das atitudes dos sujeitos na sua vivência comunitária, principalmente quando tem em mão a gestão de um projeto que faz parte de um programa que compõe uma política pública.

Pretende-se, com isto, identificar o modo de agir das pessoas na operacionalização do Projeto São José de Mecanização Agrícola. O modo revelado poderá indicar como a realidade é compreendida, vivenciada e modificada pela população comunitária.

Desse modo, espera-se identificar se a conscientização traduz-se num olhar e numa prática mais crítica da realidade. Essa atitude poderá indicar o estágio em que as pessoas se encontram, mostrando se elas conseguiram despertar em si a capacidade de desvelar o contexto de forma a perceber os mitos historicamente constituídos, e que comumente favorecem para castrar do sujeito sua ação reflexiva. Não seria possível falar sobre este processo, sem primeiro procurar conhecer o tipo de consciência, se mágica, ingênua, crítica ou organizativa.

Na intenção de apreender mais claramente, optou-se por buscar elementos que expliquem com base em quais aspectos vai se concretizando o fazer comunitário na base das associações de agricultores familiares.

5.2.1.1 Planejamento das ações para enfrentamento dos problemas

Ao inquirir sobre a prática da elaboração do planejamento de ações pelas associações de agricultores familiares de Jardim, município objeto desta pesquisa, pretendeu-se perceber como se efetiva o assumir da população, se o planejamento é uma prática adotada pela Associação e se este ocorre com arrimo na problematização da realidade.

Os resultados da pesquisa de campo revelam que, das oito associações analisadas, apenas uma delas afirmou que faz o planejamento das suas ações para o ano. Conforme, porém, declaração de um dos seus associados, sugere deficiência na elaboração do plano, dando a característica de que este não resulta claramente de uma elaboração participativa.

“O presidente traz a proposta e apresenta. Se as pessoas concordarem bem, e se não é a mesma coisa”. (Depoimento).

Tais fatores remetem ao entendimento de que a falta de uma vivência associativa, pautada em propostas pensadas e articuladas pela população comunitária, não permite que esta descubra e aprenda sobre a melhor maneira de fazer para facilitar a realização de suas ações.

É reconhecido o fato de que o modo como as políticas públicas chegaram e continuam chegando às comunidades, sem atentar para questões ligadas à formação associativa dos sujeitos, trouxe alguns limites, principalmente quando se trata da população se apropriar dos projetos como seus. Percebe-se que as pessoas entendem como se fossem dádivas, não reconhecendo como conquista, o que reforça nos comunitários a atitude de passividade, não lhes abrindo caminho para que estes assumam uma postura crítica diante da realidade. A fala de um dos agricultores familiares serve para ilustrar esta situação. Sugere que o planejamento das ações nas associações lhes parece estranho e distante da prática comunitária, pois se identifica o fato de que, na maioria dos casos, primeiro existe a oferta de algo para depois haver uma mobilização da população. Esses elementos sugerem que o comportamento hoje existente não teria como ser diferente.

“O projeto do trator começou assim: veio o técnico, pegamos informação com ele [...] aí depressa a gente se reuniu”. (Depoimento).

Portanto, à vista dos resultados apresentados, talvez se possa afirmar que a etapa do planejamento nas associações não se configura prática no cotidiano das entidades. Provavelmente, essa fragilidade esteja associada a mecanismos metodológicos que orientaram até pouco tempo as políticas públicas.

Participar significava, então, assumir a execução de ações previamente determinadas, retirando da população rural a chance de assumir comportamento ativo na demanda, execução e avaliação dos programas a ela destinados; o que existia de fato era uma pseudoparticipação.

Identificou-se, também, a inexistência de um planejamento mais específico para uso do trator. Apesar da existência de um regimento nas associações para uso do trator, este parece ter a característica de um documento formal.

Dessa maneira, a falta de um planejamento produz dificuldades, principalmente quando se aproxima a quadra invernososa, momento em que são os serviços de mecanização bastante demandados. O depoimento seguinte retrata que o fato de não adotar um calendário elaborado previamente para os serviços de aração das áreas, dentre outros realizados pelo trator, gerando dificuldades da gestão que repercutem no relacionamento das pessoas.

“Na época da aração a dificuldade é grande. A dificuldade maior é na hora da distribuição das horas, porque todo mundo só quer naquele dia. A gente deixa pra manhã e eles dizem ‘não só dar certo se for hoje’. Aí vem outro e diz se puder ir pra minha roça hoje, vamos. Aí é aquela dificuldade e pra gente não desgostar (pausa), porque você sabe quem trabalha com gente tem que saber lidar, se não já fica com raiva, e sai dizendo piada”. (Depoimento).

Parece declarar fraco sentimento de pertença, revelar serem frágeis as bases do entendimento de que o bem é comunitário e a definição de seu uso carece de um plano discutido previamente no coletivo. Fica o entendimento de que o Projeto tem um dono, e, com isso a decisão depende dessa pessoa.

Provavelmente, se as associações tivessem a prática de parar para elaborar seu plano de ação, muitos dos problemas hoje vividos pela população comunitária seriam minimizados.

Considera-se importante não perder de vista a dinâmica sócio-histórica que a partir das intervenções de técnicos com suas estratégias metodológicas definidas atuavam de

modo que a população assumisse os valores da Modernidade em detrimento dos seus, incorporando-os ao cotidiano. "Muitas vezes, a população se organiza para reivindicar, apenas obedecendo às orientações de mando [...], sem significar a expressão de sua força social". (SOUZA, 2008, p.17).

A população assumia diante das políticas públicas, um comportamento submisso e de espera, assim, adotando uma atitude de alienação, bloqueando o exercício da participação, que poderia surgir como "condição necessária ao desenvolvimento social da população comunitária requer a retomada consciente da condição de ser criador e sujeito da história". (SOUZA, 2008, p.147).

Então, planejamento das ações implica a conscientização da população comunitária já que, para isso, ela precisa realizar a reflexão da ação, prever o que será feito para resolver os problemas ou atender a determinados interesses, bem como discutir e definir como deverá ser feito.

"A falta de compreensão do povo é uma grande dificuldade. Eles acham que quando chegam, têm que ser atendidos naquele momento. Eles não acham que existe uma programação. Se vai precisar de um equipamento, a pessoa tem que avisar antes." (Depoimento).

Acontece que avisar antes sem ter sido resultado de um processo de planejamento feito a partir dos sujeitos comunitários, com a problematização da realidade e elaboração consciente das demandas, pode se configurar como um aspecto limitante para se efetivar a conscientização como processo pedagógico da participação. Entende-se, também, que a programação feita sem passar pelo coletivo não adquire o grau de legitimidade.

Foi possível perceber que o planejamento não constitui para as associações algo claramente compreendido; até porque as experiências associativas vividas não permitiram às pessoas pensarem como sujeitos inseridos nos processos. Como pensar se tudo lhes chegava como "pacotes" prontos, acabados? Só lhes restava consumir, sem atentar para fazer a mais simples reflexão. Parece claro que, se o planejamento constituísse prática nas associações de agricultores familiares, talvez se transformasse num instrumento em potencial para uma compreensão contínua e crítica da realidade, capaz de favorecer aos sujeitos habilidades para entender as correlações de causa e efeito, formando atitudes mais críticas nos enfrentamentos.

Como demarca Sousa (2008, p.117), a elaboração pela "própria população, dos seus planos de ações, significa devolver ao povo o uso da palavra, da mesma forma que a tomada de decisão sobre a realização de algumas ações e o próprio desenvolver destas pelo povo".

Como mostram os resultados (tabela 5), parece se configurar durante os encontros nas associações um momento em que poucos participam sugerindo e questionando. Talvez seja possível assinalar que prevalece no grupo a atitude de passividade, aspecto que se apresenta como limite para o exercício pleno da prática comunitária e, conseqüentemente, para a problematização da realidade. Acredita-se que as associações pesquisadas precisam se desvencilhar das amarras que as prendem e levam à acomodação. Só assim, poderão se apropriar de mecanismos que possibilitem fazer os próprios planos. Não seria verdadeiramente autêntico um planejamento que resultasse de ideias provenientes de uma minoria, ou seja, dos 27% dos associados que se declararam como participantes ativos (ver tabela 5).

Tabela 5 - Atitudes das pessoas nas reuniões das associações, antes e depois do PSJ.

Atitudes	Antes do PSJ (%)	Depois do PSJ (%)
Apenas ouvinte	54	50
Raramente emite uma opinião	14	18
Prefere conversar com o companheiro	6	5
Participa ativamente	26	27

Fonte: Dados da pesquisa (2009).

O curioso neste aspecto analisado é que, mesmo com a presença de um projeto em suas associações, que tem a perspectiva da participação ativa dos sujeitos, o Projeto não se constituiu como mecanismo suficiente para modificar o modo como as pessoas se comportam nas reuniões, pois, se considera bastante elevado o percentual de 50% dos sócios que estão nas reuniões e se declaram apenas como ouvintes.

Talvez se possa afirmar que as dificuldades hoje vivenciadas pelas associações de agricultores familiares, como não ter a prática do planejamento; seja resultado de um comportamento de submissão e de espera, conseqüentemente, demonstram a carência de diálogo nos grupos.

Ao suprimir ou reduzir as chances para o diálogo, a população comunitária termina por não ser o próprio guia, e é comandada por outros e, assim, "o homem fica vencido e dominado sem sabê-lo, ainda que se possa crer livre. Teme a liberdade, mesmo que fale dela. Seu gosto agora é o das fórmulas gerais, das prescrições, que ele segue como se fossem opções suas". (FREIRE, 2007, p.71).

5.2.1.2 Modo de agir diante dos interesses e preocupações coletivas

Para verificar esta subvariável, foram utilizadas entrevistas e observações com os agricultores e agricultoras membros das associações, que têm sob sua responsabilidade a operacionalização de um Projeto São José de Mecanização Agrícola; como agem diante das ações de enfrentamento dos seus interesses e problemas.

Primeiramente, procurou-se conhecer como os participantes do Projeto de Mecanização se comportariam, caso viesse a ocorrer um problema mecânico com o trator e não tivesse dinheiro em caixa. Para isto, buscou-se identificar qual comportamento as pessoas teriam ante o problema. Levantou-se a seguinte questão: quantas pessoas da Associação estariam dispostas a ajudar a resolver o problema mecânico do trator?

Essa hipótese parte do entendimento de que, em tese, o Projeto pertence a um coletivo formado por agricultores e agricultoras familiares, portanto, são eles os verdadeiros proprietários do bem e, neste caso, como iriam agir?

Ao verificar as respostas dadas, identificaram-se distintas opiniões. Deste modo, 30% das pessoas entrevistadas acreditam que todas as pessoas do Projeto se manifestariam positivamente para ajudar a resolver o problema; na opinião de 12% das pessoas, estas acreditam que mais da metade dos participantes do Projeto estaria disposta a ajudar; 20% das pessoas consideram que cerca da metade aceitaria ajudar na questão; por fim, 38% emitiram a opinião de que seria menos da metade das pessoas participantes do projeto que ajudariam.

O Projeto pertence aos comunitários. Indaga-se: o que leva a opiniões tão diferenciadas? O que explica a não disposição de todos em ajudar na resolução do problema?

“Muita gente só reclama mais que incentiva a gente a melhorar, por exemplo: trator tá quebrado, eles querem que o trator trabalhe, mas eles não têm a preocupação de saber como é que a gente vai consertar [...] eles querem que sirva”. (Depoimento).

“Eu acho do projeto de trator dentro da administração do trator, é aquele tipo de coisa, de ficar na mão de uma ou duas pessoas e não fazer a prestação de contas, é só isso aí, porque a tendência é acabar. E quando acabar o governo vai dar outro? Vai ficar só dando?” (Depoimento).

Estes depoimentos revelam pontos que poderão indicar problemas importantes, que fazem com que as pessoas tenham este ou aquele comportamento. A presença de pessoas passivas no grupo pode favorecer a que outras se apropriem do bem coletivo como se fosse particular, dando o destino que melhor lhes conviesse tanto no uso do equipamento como no destino dos recursos. Tal atitude não contribui para o sentimento de pertença das pessoas com o projeto. Desiludidas, elas se afastam e, diante um problema, não se percebem responsáveis. Por isso o agir é de apatia e desesperança.

Outro caso que chama atenção é, a apatia que leva as pessoas a não reagirem diante dos problemas que se apresentam no seu cotidiano. Mesmo em frente à situação de desvios de recursos, as pessoas não se sentem encorajadas a enfrentar; surge-lhes o medo. Quando aparece alguém isoladamente com a intenção de que o problema seja resolvido, munem-se de toda uma sutileza para ir aos poucos revelando que sabe da existência do problema,

*“[...] e agora peguei todos os extratos, dos três anos e meio, estou somando, mas os resultados não estão batendo. Vou chamar ele (o presidente), agora sei que ele é muito **espertinho**. Tô com tudo na mão, a diferença se aproxima a três mil reais. Vou ver como falar isso pra ele, vou chamar para fazer um balanço, vou devagar até chegar neste ponto”.* (Depoimento).

O que se expressou até aqui fez vir à tona a presença de sérias implicações internas nas associações. Quando o trabalho associativo deixa se guiar por só grupo, tende a personalizar os interesses e afastar-se do coletivo. A consequência desse tipo de ação intimida a população comunitária, que fica sempre na retaguarda e não conseguem expressar sua força de ação e reação (SOUZA, 2008. p.162).

“Hoje, o maior problema da associação é a falta de interesse das pessoas em querer participar”. (Depoimento).

“Eu sou tesoureiro desde o começo, só não entrego meu cargo porque não tem quem queira. Por isso que vive de um para o outro, porque não tem quem queira. Tem deles que diz: Eu sou associado até hoje, mas se precisar de mim para a diretoria eu desisto da associação”. (Depoimento).

Durante a atividade de campo, tanto nas entrevistas como nas observações realizadas, percebeu-se que as questões há pouco expressas se destacam como elementos possíveis de comprometer o desenvolvimento comunitário. Verificou-se, por conseguinte, que as pessoas se mostram desanimadas para participar, tanto das atividades corriqueiras da

associação, como também da Diretoria. Esse comportamento contribui para que a inserção de novos membros nas diretorias seja dada de forma lenta.

Com base em normas estatutárias, observou-se, na maioria das associações analisadas, que os presidentes podem assumir até dois mandatos consecutivos. Para não infringir a norma quando chega o terceiro mandato, ocorre um revezamento das funções e, no quarto pleito, mais uma vez, a pessoa retorna como presidente. Tal prática faz com que se constitua nas associações um grupo de diretores quase que permanentes.

A não formação de novos líderes comunitários, baseada na realidade estudada, explica-se por diversos âmbitos. Primeiro, apesar de existir uma Federação de Entidades Comunitárias, não se identificou a existência de um projeto delineado para preparar politicamente os sujeitos das associações. O seu papel, pelo que declarou seu presidente, limita-se a

“acompanhar as reuniões e eleições, [...] registrar o que for preciso, a gente tá ali para acompanhar, para orientar, pra o que for preciso, o que tiver precisando”. (Depoimento).

Talvez esse segmento pudesse ir além das ações contingentes anunciadas. O segundo elemento que se considera importante para provocar a formação política dos agricultores seria o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - STTR. A dedicação dessa entidade, porém, fica nas ações de encaminhamentos de ordem social, como a previdência social e salário-maternidade, quase não se fazendo presente nas associações para tratar com profundidade outros aspectos da organização dos agricultores.

Outra entidade frequentemente presente nas comunidades rurais é a Ematerce, a qual, por conta de todo um processo de "enxugamento" do seu quadro funcional, que vem vivenciando "desde a década de 1990, provocou uma diminuição dos serviços de Ater. Com isso, restringem-se as possibilidades de acesso das famílias rurais ao conhecimento". (MDA, 2007, p.6).

Mesmo assim, com número reduzido de servidores, a Ematerce exerce o seu papel junto aos agricultores de base familiar,

“A Emater esporadicamente está lá (nas associações) para provocar uma discussão sobre gerenciamento, eles (agricultores) não têm o hábito de pedir que alguma instituição vá lá para discutir princípios de organização, de gestão, eles são muito acomodados neste aspecto. Eles sempre esperam infelizmente eles esperam que as iniciativas venham de fora, o que não é culpa deles, faz parte do processo de organização”. (Depoimento).

A deficiência na formação política da população comunitária faz surgir no seio das associações pessoas sem motivação para agir ativamente na sociedade, não se sentindo encorajadas para se assumirem como sujeitos da sua própria história. Este é mais um limite que não favorece o aparecimento de mais líderes comunitários.

Tais elementos contribuem para o fenômeno, identificado neste estudo, da existência de diretores quase que permanentes. Agrega-se a esse problema o fato de ficar centralizada em poucas pessoas a representação dos agricultores. Identificou-se a existência de uma só pessoa ocupando diversos papéis em outros espaços da esfera pública, deixando perceber que não se configura preocupação o desejo de democratizar os espaços para que outras pessoas participem. Verificou-se, de certa forma, o domínio de poucos nestes espaços.

Vejam os seguintes: dos oito presidentes que participaram da pesquisa, três estão inseridos em conselhos e/ou outros espaços de participação, como: Conselho de Saúde, Educação, Desenvolvimento Sustentável e Federação de Agricultores este ponto se julgou interessante, no entanto, chamou atenção a concentração de dez funções por um deles. Percebeu-se que ora ele está como presidente da entidade, ora como membro de conselhos, assessoria e outros.

Tal comportamento parece expressar a não-distribuição do poder ou a ausência, das entidades associativas, de mecanismos capazes de favorecer a formação política dos sujeitos, de modo a preparar outras pessoas para que também possam ocupar os diferentes espaços. Talvez seja possível afirmar que os espaços de participação social constituídos estão sendo ocupados de maneira não tão democrática, bloqueando a participação de outros sujeitos comunitários.

Tal evidência sugere que o não-envolvimento de mais pessoas nesses espaços os deixa sem conhecer o que está acontecendo à sua volta, como se estivesse fora do processo, reforçando a atitude de passividade.

Para exemplificar este ponto, buscou-se saber o grau de conhecimento que os agricultores tinham do CMDS. Tal interesse surgiu por se considerar a relação que este Conselho tem com a categoria dos agricultores e agricultoras. Acreditava-se que fosse o mesmo conhecido por boa parte dele; mas não foi bem isto que se verificou, pois, ao se procurar saber se as pessoas conheciam o CMDS, e sua função, 94% delas declararam não conhecer o CMDS e apenas 6% afirmaram ter conhecimento do Colegiado.

Então, um conselho criado no final de 1995, que se propõe fazer uma discussão sobre os programas governamentais relacionados à população pobre e, inclusive, emite

parecer nos projetos pleiteados por suas associações, não conseguiu durante este tempo ter visibilidade suficiente perante o segmento rural.

Identificou-se outro aspecto nas associações. Foi possível identificar o fato de sempre a Diretoria está constituída pela categoria de agricultores familiares. Verificou-se que 63% dos presidentes são servidores ou mantêm algum vínculo com o Município; 25% são exclusivamente agricultores familiares; e 12% são comerciantes.

Talvez a inexperiência democrática do homem comum, que durante décadas ficou às margens dos acontecimentos, tenha contribuído para que a participação ainda não tenha alcançado sua forma plena. Historicamente, foi entregue a condução da sociedade nas mãos dos mais favorecidos. “A não emersão do povo na sua vida comunitária de maneira autêntica não leva ao exercício da participação” (FREIRE, 2007).

Outro ponto analisado neste estudo esteve relacionado aos principais motivos que despertam nas pessoas o desejo de participar de uma associação. Para 74% dos entrevistados, o principal motivo está ancorado na explicação de que, ao participar de uma associação, suas chances de acessar serviços são ampliadas; 20% declararam que a razão se dá porque a Associação é um ambiente bom para trocar ideias e experiências; 6% afirmaram que a vida associativa traz alegria e eleva a auto-estima.

Conforme Teixeira (2005, p.80), a motivação de associar-se das pessoas que vivem em situação de exclusão "é de fato um interesse em conseguir melhoria nas suas condições de vida; neste caso, a solidariedade surge como decorrência da interação social em que a união de esforços pode contribuir para obtenção de resultados".

Verificou-se, através das falas dos entrevistados, que a possibilidade do associativismo servir de aprendizado para a prática política dos sujeitos não é percebida claramente pelas pessoas. Por conta das inúmeras necessidades sentidas, elas procuram as associações, inicialmente, para atender suas necessidades mais imediatas, sem primeiro atentar para o significado do associativismo.

“O que elas procuram é ser beneficiada pelos 50% de desconto pelos serviços do trator, e para tirar o salário maternidade e aposentadoria. Razão que nós não estamos mais aceitando essas coisas, está sendo o tal de oportunismo [...]” (Depoimento).

“Teve uma época que o número de sócios aumentou, não em virtude do Projeto São José de Mecanização, foi mais por conta dos programas sociais (bolsa família, salário maternidade e aposentadoria). Houve um aproveitamento, depois que pegavam o benefício não compareciam mais”. (Depoimento).

“Quando nós formamos a associação a gente via que tudo só vinha pra Associação. Era acostumado a gente ver nos outros cantos, aí formamos ela”. (Depoimento).

“[...] uma das dificuldades daqui é a não disposição das pessoas para trabalhar coletivamente, o individualismo predomina”. (Depoimento).

“Ao analisar os depoimentos, percebe-se que as situações-limite enfrentadas pela população parecem encobrir a realidade, bem como reduzir os homens ao estado de coisas” (FREIRE, 2001, p.35).

Os condicionamentos históricos parecem ter influenciado o modo de agir dos sujeitos. Nota-se que as pessoas reproduzem o que foi socialmente constituído, pois, por mais que alguns falem da importância da participação, eles próprios contribuem para que a experiência participativa não aconteça plenamente.

O modo de agir das pessoas que participaram deste estudo parece não revelar um pleno conhecimento das causas dos seus problemas, além de demonstrar a presença de bloqueios que lhes retiram as possibilidades de sentirem-se partícipes verdadeiros no desenvolvimento comunitário, parecem viverem eclipsados. Por conta de tudo o que foi levantado nesta subvariável, as pessoas são levadas a deixar a resolução dos problemas do coletivo sempre nas mãos de outras. É fato reconhecido que o desenvolvimento de comunidades partiu de uma orientação metodológica que provocava nas pessoas assunção de novos valores e crenças. Algumas vezes, a população carente fazia veicular, no cerne de suas organizações, ideologias da classe dominante como se fossem suas. Estes e outros motivos são argumentos fortes para não compartilhar com o pensamento daqueles que afirmam que eles não participam para não se envolver, como se esta fosse uma decisão esteada numa consciência crítica. Entende-se ser necessário aprofundar melhor este aspecto, porque até onde se conseguiu chegar, deixa perceptível a existência de bloqueios que impossibilitam um agir conscientemente (SOUZA, 2008).

5.2.1.3 Modo de pensar a existência

Para apreender os modos de pensar a existência e as atitudes instituídas pelas pessoas na sua vida comunitária, buscou-se analisar as dimensões da realidade na perspectiva de entender as relações e inter-relações e como as ações de enfrentamento se constituem.

Para atender a este propósito, coloca-se de antemão a necessidade de identificar o estágio de consciência bem como estar atento para não perder de vista os condicionamentos sócio-históricos presentes na dinâmica social, que, ao fazer circular seus paradigmas, influenciaram no modo das pessoas se articularem com a realidade, às vezes, chegando a assumir comportamentos de alienação.

O comportamento de alienação, ao provocar nas pessoas o sentimento de estranheza e de ente incapaz, deixava-os vulneráveis a processos de manipulação e cooptação.

“A coisa não é pra todo mundo não. Pra nós sempre falta oportunidades”. (Depoimento).

“A vida na agricultura é bom, porque a pessoa planta e come. É sofrida, mas a pessoa acostuma. É trabalhosa, mas a pessoa tem que viver é na agricultura mesmo”. (Depoimento).

Ao acreditar que a situação de pobreza e exclusão é algo natural, terminam por ter atitudes conformistas e de acomodação.

Deste modo, ao expressar a visão de mundo cimentada nesses condicionamentos, evidenciam a presença de bloqueios políticos e ideológicos, que determinaram o modo de participação das pessoas, comprometendo a capacidade de desvendar a realidade, de maneira a relacionar a realidade local com o contexto mais amplo.

“Mudar como se a gente não tem terra e ainda está sujeito à modificação do clima?” (Depoimento).

O sentimento de impotência e a ausência de perspectiva contribuem para reforçar a crença das pessoas num poder superior ou na condescendência do Estado.

“Mudar? Só se o governo ajudar pra poder mudar e se não ajudar, só depende de Deus”. (Depoimento).

Tal compreensão resulta de uma consciência mágica, que se revela quando se atribui aos fatos da realidade um poder superior, instalando-se o sentimento de que nada se pode fazer diante da realidade desenhada, advindo daí a "acomodação, ajustamento e adaptação". (FREIRE, 2007, p.114).

Com isto, as políticas públicas de cunho assistencialista reforçam o sentimento de incapacidade, ao fazerem de "quem recebe a assistência um objeto passivo, sem possibilidade de participar do processo de sua recuperação [...], não lhe oferece condições especiais para o desenvolvimento ou a "abertura" de sua consciência". (FREIRE, 2007, p.65).

“[...] a gente vive esperando pelos programas do governo, quem tem direito ao Bolsa Família

come as duas vezes e quem não tem, come uma vez por dia e é mal”. (Depoimento).

O assistencialismo, por não fazer desabrochar a consciência crítica, retira dos homens e mulheres a oportunidade do diálogo e de integrar-se plenamente à sociedade.

Ao solicitar aos entrevistados que contassem um pouco da experiência como agricultores, percebeu-se que, para 93% das pessoas, a vida na agricultura é de sofrimento e só persistem na atividade por falta de alternativa; por isso aceitam passivamente os reveses; segundo eles, a vida na agricultura não permite vislumbrar mudanças, de modo a alcançar melhoria de vida.

“É uma vida sofrida, eu tô melhorzinho hoje (por conta da aposentadoria). Eu sei o que eu passei amontado numa cangalha, para sair vendendo lenha”. (Depoimento).

“É a vida de agricultura é sofrida, se der pra eu estudar tudo onde eu queria, eu saia dessa agricultura e ia caçar outra coisa, um emprego [...]” (Depoimento).

“A vida de agricultor é a mais sofrida que tem porque trabalha muito e é quem menos participa das coisas. É quem tem menos valor nas coisas que produz, de todo meio é uma vida de sofrimento”. (Depoimento).

Ao inquirir se eles gostariam de ver seus filhos continuarem nas atividades da agricultura, 70% dos entrevistados declararam que não ficariam satisfeitos em vê-los repetir a mesma vida de dificuldades.

Trazer a análise do modo de vida dessas pessoas poderá indicar o que realmente define o modo como pensam sua existência. Como pensar diferente? Falta a esta gente o básico para a sobrevivência?

No universo dos entrevistados, conseguiu-se apenas um depoimento de um agricultor com auto-estima modificada, o qual se considera dono de sua vida.

“Minha vida é viver plantando, colhendo e vendendo na feira. Eu trabalho muito. Minha vida é esta. Só paro no domingo, ao meio dia. Mas, acho a vida boa! Porque vivo às minhas custas”. (Depoimento).

Este entrevistado é um agricultor familiar que conseguiu quebrar algumas barreiras. Ele não apenas cultivava o milho e o feijão, mas buscou diversificar sua produção e, com o cultivo da macaxeira, conseguiu ampliar suas possibilidades. Além de realizar o plantio e a colheita, também realiza a venda diretamente ao consumidor. Com isto, reuniu valor a sua

produção. Hoje, ele tem uma pequena propriedade, tem uma moradia digna e dispõe de um veículo para transportar sua produção. A renda gerada mensalmente na família está na ordem de 2,5 salários mínimos brutos.

O depoimento acima, como citado anteriormente, não configura uma situação generalizada nas associações. Foi um caso isolado.

Portanto, considera-se que os resultados desta subvariável nas associações de agricultores com Projeto São José de Mecanização Agrícola, em Jardim, revelam fortes condicionamentos advindos de uma consciência mágica da população, que guarda a crença de que a solução dos problemas presentes na realidade deve partir apenas de perspectivas externas. O reconhecimento nas suas potencialidades para alavancar a resolução dos problemas parece um tanto confuso em suas mentes.

A forma que a população tem de captar e compreender a realidade, que é do tipo especialmente ilusória, faz com que as ações realizadas por eles sejam também mágicas. Com encosto nesse entendimento, considera-se não ser simples o processo de tomada de consciência da situação real vivida (FREIRE, 2001).

5.2.2 Organização Social

As ações coletivas, ao se instituírem no cotidiano das associações, podem revelar aspectos específicos a cada uma e suas características principais no processo de organização. Quando estas ações resultam de decisões mais conscientes, elas poderão mostrar um maior grau de conscientização da população e expressar a força social do grupo.

Para verificar a ocorrência de tal processo, optou-se por identificar os modos de cooperação instituídos, o grau de engajamento dos membros das associações nos projetos e a forma de desenvolvimento das ações.

5.2.2.1 Modos de Cooperações Instituídos

Os resultados encontrados parecem indicar que as relações efetivadas no cotidiano das associações de agricultores não foram suficientes para desencadear um processo pedagógico, de maneira a contribuir com a população comunitária, de modo que esta ultrapasse a aparência dos fatos presentes na realidade.

Por não serem claramente percebidas as causas dos problemas presentes na dinâmica social, os modos para o seu enfrentamento advindos de uma percepção acrítica dos sujeitos não favorecem os membros dos grupos para o pleno reconhecimento da sua força social.

“[...] a gente é pobre, e o que resta é esperar pela aposentadoria, pois a agricultura é uma forma de quebrar o galho”. (Depoimento).

“Quem não tem leitura, tem que tá na roça, pra melhorar tinha que mudar para outra coisa. Ficando na roça, ainda tem que ter sorte de pegar tempo bom”. (Depoimento).

“É, Como não se tem o quê fazer para mudar, o jeito é se conformar, porque a vida é assim mesmo, tem uns que têm mais capacidade e consegue alguma coisa na vida e arranjam um emprego bom”. (Depoimento).

Acredita-se que a falta de perspectiva e o conformismo evidenciado nos depoimentos poderão constituir elementos que não favoreçam a formação satisfatória de laços cooperativos, entre a própria população comunitária, como também com os segmentos públicos ou privados.

Estabelecer alianças fortes, além da necessidade de uma compreensão mais crítica da realidade, requer dos sujeitos um bom grau de confiança entre os pares. Para analisar este aspecto, foram apresentadas para os entrevistados algumas asserções. Procurou-se saber das pessoas o grau de concordância ou não. Quando se apresentou a afirmativa - "Pode-se confiar na maioria das pessoas que moram na comunidade" - 63% das pessoas disseram concordar com a afirmativa e 37 % não concordaram. Já quando a questão que está em pauta é o dinheiro, a posição das pessoas muda, pois 86% disseram não confiar emprestar dinheiro aos seus pares. Para a afirmativa - "Nesta comunidade é preciso estar atento ou alguém pode tirar vantagem de você" - 84% concordaram com a afirmativa e 26% não concordaram.

Inicialmente, as respostas indicam bom grau de confiança entre os pares; por outro lado, as respostas subsequentes parecem não confirmar plenamente a atitude de confiança de uns com os outros. Sabe-se que "um grupo cujos membros demonstram confiabilidade e que depositem ampla confiança uns nos outros, é capaz de realizar muito mais do que outro grupo que careça de confiabilidade e confiança". (PUTNAM, 2006, p.177).

Mediante essa análise, deduz-se que, internamente, nas associações de

agricultores, a confiança mútua se encontra de certa forma fragilizada, pois não será apenas pela experiência que a desconfiança deixará de existir, requerendo um convívio que estimule as regras de reciprocidade, "associadas a amplo sistema de intercâmbio social". Daí dizer, que "A confiança promove cooperação. Quanto mais elevado o nível de confiança na comunidade, maior a probabilidade de haver cooperação". (PUTNAM, 2006, p.180-182).

A confiança e a cooperação instituídas nos grupos poderão influenciar as alianças que serão constituídas ao longo da experiência coletiva. Desse modo, procurou-se identificar o tipo das alianças realizadas com líderes políticos. Para isso, indagou-se aos entrevistados sobre o conhecimento deles, se sua associação precisou recorrer à influência de políticos para ativar a liberação do Projeto São José de Mecanização para a comunidade.

De acordo com o entendimento de 77% dos entrevistados, a comunidade recorreu sim a líderes políticos para que estes, junto à Secretária de Agricultura do Estado do Ceará, hoje denominada de Secretaria do Desenvolvimento Agrário, reivindicassem a aprovação e liberação dos subprojetos.

A relação políticos e comunidade rural se dão mediante a prática do apadrinhamento político, na qual perdura a troca de favores. O problema fica mais evidente, quando se analisou o depoimento do entrevistado, ao ser interrogado sobre aquelas associações que não buscam este caminho. Como ficam os seus projetos?

“Fica aí. Engavetam. Durante um ano chegam 500 projetos ou mais, desse universo, talvez uns 200 a 300 são aprovados...de quem é esse projeto? É de fulano. Quem é fulano? Ele tem voto? É isso aí; passa por um crivo. É desse jeito. Não é por mérito da comunidade ser organizada não”. (Depoimento).

Tentou-se ir mais adiante na ânsia de perceber como esta situação é vista por membros responsáveis pelo projeto no Estado, obtendo-se o seguinte registro:

“Tem gente que diz: existe ingerência política. Qual é o projeto hoje que não existe? Em qualquer Estado... qual a política pública que não tem? Nós estamos num período democrático e os políticos também são cobrados para dar respostas à comunidade. Principalmente um projeto como este que gera impacto GRANDE, em comunidade numerosa. Eu acho que é possível compatibilizar esses interesses sem ferir as regras do projeto”. (Depoimento).

Tal argumentação sugere pensar que os contextos sociais historicamente

determinados colaboraram para "induzir à formação de organizações e grupos interessados em suas imperfeições e a cultura organizacional, os costumes e os modelos mentais do mundo social reforçam essa trajetória". Esses aspectos implicam para o aprendizado no processo verdadeiramente participativo (PUTNAM, 2006, p.188-189).

Assim, o Projeto São José, ao deixar de considerar o mérito organizacional das comunidades, reforça uma relação verticalizada entre as comunidades rurais e políticos, fazendo vir à tona atitudes clientelistas.

“A gente pediu apoio de alguns deputados (um Estadual e outro Federal), se eles foram ou não... mas pelo menos quando o projeto chegou, eles mandaram um ofício dizendo que tinham ido lá”. (Depoimento)

“[...] foi à força toda porque se fosse nós, ainda estava esperando. Até porque, a prioridade era pra ir pra outro canto. Aí, tivemos que ir atrás de um deputado”. (Depoimento)

“Parece que esse projeto não era nem pra cá, mas por força política, veio pra cá. Eu não vou esconder as coisas”. (Depoimento).

Acredita-se que só quando o homem apreender a realidade criticamente, poderá resultar daí o processo de “conscientização, como atitude crítica. [...] Se os homens, como seres que atuam, continuam aderindo a um mundo *feito*, ver-se-ão submersos numa nova obscuridade”. (FREIRE, 2001 p.31).

“Queiramos ou não, há ingerências externas fortes. Que caracterizam o desejo de tendências políticas, num determinado momento, querem utilizar o recurso público como uma forma de referência de ação, de trabalho, daquela pessoa naquela comunidade. Então, isso não colabora. Historicamente, a gente observa que essas comunidades continuam em termos de organização cada vez mais frágeis”. (Depoimento).

Ao analisar o contexto e identificar os elementos que se sobressaem na realidade do desenvolvimento comunitário, reconhece-se a interligação de forças, às vezes, antagônicas presentes no contexto e que, provavelmente, venham contribuir para definir os modos de agir das pessoas, no cotidiano das associações.

Estas entidades organizativas, conforme Laville e Chaniel (1998 apud, TEIXEIRA, 2005, p.81) "constituem talvez hoje o espaço privilegiado onde se podem construir os laços de uma cidadania autenticamente democrática, nutridos da necessária tomada de consciência". No caso das associações analisadas neste estudo, parece ainda não ter alcançado o estágio de organização capaz de gerar novas atitudes e novas alianças, de maneira

a formar concretas ações de enfrentamento da realidade.

“As associações são organizadas no papel, mas na prática não existe organização, ou deixa muito a desejar. Os associados não têm o projeto como uma conquista, que passa a ser um bem da associação, que passa a ser um patrimônio da associação. Eles têm como um projeto do governo que foi dado e que, quando acabar pode arranjar outro. E não desenvolve esta cultura de um gerenciamento permanente, de uma conquista que a partir de então, deve ter todo o cuidado”. (Depoimento).

“Tem muitas associações que fica naquela pendenga. Tem vontade e parece que tem medo de ir buscar as alternativas. Porque o presidente de uma associação, qualquer diretoria, se ela não tiver coragem de ir buscar as coisas, mesmo pedindo ao poder público, a um deputado, as coisas não vão não”. (Depoimento).

“Quando o trator chega à comunidade eles compram fogo para comemorar e gritam: lá vem o trator de (diz o nome do presidente). Eles ainda não aprenderam, e isso é a maioria, é a maioria mesmo, eles não aprenderam ver que aquilo é deles. Não sabem dizer é o trator da nossa associação”. (Depoimento).

O fato de não reconhecer o projeto como resultado da força social do grupo e, conseqüentemente, como conquista, tem toda uma elaboração histórica de cooptação e dominação presentes nas políticas públicas. Afirma-se que a participação, bem como o processo de organização, para tornarem-se plenos, é necessária a vida cotidianamente, pois não fluirão a partir do toque de uma varinha mágica. A participação, segundo Pedro Demo (1986, p.19), precisa ser "conquistada centímetro por centímetro".

Só assim as pessoas poderão se assumir como sujeitos e reagir contra as formas instituídas de dominação. A organização social não deve ser a expressão de algo que está sob tutela, deve ser compreendida como um dos pilares do processo da participação. Obviamente, não pode deixar de ser vista fora de suas contradições. Por isso, entende-se que "organização, como se percebe, supõe conscientização e, por sua vez, é meio para que esse processo se amplie". (SOUZA, 2008, p.93).

Talvez o não reconhecimento do projeto como algo conquistado por essas pessoas produza o sentimento de que não pertence de fato a elas, possa de certa forma ser reforçado pelo modo como inconscientemente, elas agem.

“Alguns presidentes se sentem donos do trator, e fica meio complicado. Você chega numa

comunidade e vê um equipamento destes e eles próprios acharem que é de fulano de tal [...]” (Depoimento).

“O que acontece aqui (no município) é que o trator fica na mão de uma ou duas pessoas, recebe aquele trator pronto para trabalhar, só que não faz uma prestação de contas. Porque aqui dentro do município que eu conheço, só tem até agora um trator seguro, que tem recurso suficiente para comprar outro, que o da associação da Lagoa do Mandacaru, o dinheiro deles tá em caixa”. (Depoimento).

“É. A gente tem quer ser sincero. Claro que existem aqueles presidentes que se sentem donos do projeto, nós não podemos negar esta parte. Não tenha dúvida não, alguns deles são donos”. (Depoimento).

Como está expresso nas falas de representantes de segmentos do município de Jardim, é possível perceber uma situação complexa que cobra novas formas de intervenção.

Um dos entrevistados diz que os problemas que circundam o Projeto São José, hoje, não têm mais jeito; só se "marcasse colado".

*“São verdadeiros feudos, isto voltando ao passado... eles se apropriam; muitas vezes, eles não mudam nem a diretoria, ficam se perpetuando ali, naquela diretoria. Agora mesmo, está ocorrendo (registra um fato de outro município próximo) um problema sério, caso de vida ou morte por conta de projeto. Pois o cara é dono da associação, é dono do trator, só emprestava a quem queria. A Ematerce desse município cobrou providências urgentes à assessoria jurídica... mas até agora **não resolveram nada**. Quando o escritório chega a cobrar apoio, é porque a situação está insustentável. Tenho pena dos técnicos, é cada problema para eles enfrentarem! E não têm apoio de nada, principalmente pra enfrentar gente grande”. (Depoimento).*

Com a análise dos elementos destacados até aqui por esta subvariável, foi possível perceber o que de fato circunda o Projeto São José, no Município de Jardim. Ante tal complexidade, onde habitam especificidades das organizações de agricultores com suas fragilidades, ingerências instituídas dos mais distantes aos mais próximos, relação de manipulação entre os próprios pares, chega-se a crer que os modos de cooperação constituídos na prática não são os mais adequados. Talvez o que está posto não se evidencie como a melhor forma de alavancar o processo de organização social.

As comunidades rurais, objetos deste estudo, têm em seus espaços a presença de alguns segmentos institucionais, pois, como anota Souza (2008, p.128), "esta realidade se manifesta no dia-a-dia, não simplesmente nas relações entre indivíduos e grupos presentes à comunidade; mas, sobretudo, nas relações comunidade/instituição".

Então, para verificar a relação comunidade/instituição, primeiramente se buscou saber a frequência dos segmentos institucionais nas comunidades, segundo a percepção dos entrevistados, conforme descrito na tabela 6.

Ao analisar os dados no geral, percebe-se que, com exceção do CMDS, todos estão presentes nas comunidades, no entanto, a maioria das pessoas entrevistadas não reconhece que as instituições tenham uma ação sistemática em suas comunidades. Parece declarar a existência de um vácuo institucional nas associações.

Tabela 6 - Percentual de Entidades/Instituições que têm ação junto às comunidades rurais

Entidades/ instituições	Opinião dos agricultores (as) quanto à presença das entidades/instituições em suas comunidades			
	Não atua	Sim, ocasionalmente	Sim, frequentemente	Não soube informar
Ematerce	21	43	16	20
STTR	77	15	6	2
Federação das Entidades Comunitárias de Jardim	25	27	16	32
CMDS	6	0	0	94
Prefeitura municipal	38	37	9	16
Igreja	41	41	12	6

Fonte: Dados da pesquisa (2009).

A Ematerce é um órgão estadual coparticipante do Projeto São José. Contribui "na divulgação do Projeto São José, na mobilização e organização das comunidades e na provisão de assistência técnica às comunidades potencialmente beneficiárias na identificação, preparação e execução dos Projetos Comunitários". (CEARÁ, 2005, p.6).

Além do Projeto São José, a empresa, como um órgão de assistência técnica e extensão rural, tem sob sua responsabilidade a realização de diversos programas como: Hora

de Plantar, Plantio Direto, Pronaf, dentre outros.

Conjugam-se a esses fatores problemas advindos desde a década de 1990, com a desestruturação dos serviços de extensão rural e, conseqüentemente, com a redução do seu quadro profissional.

Tais elementos trazem implicações para o resultado das ações da empresa junto aos agricultores familiares já que, na maioria das vezes, não lhes é possível desenvolver uma ação sistemática. O relatório do seminário sobre o PSJ, realizado em 2008, no item entraves, estão registrados: "número reduzido de técnicos, assistência técnica deficiente, infraestrutura é insuficiente para o atendimento da região e trabalho descontínuo". (CEARÁ, 2008, p.18).

O Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Jardim também é um segmento importante para a categoria dos agricultores familiares, que, ao longo das décadas, passou por algumas modificações no seu modo de atuar. A pesquisa revela que, do ponto de vista de 77% dos entrevistados, a entidade sindical está ausente das comunidades. Segundo um ex-diretor do STTR ao referir-se à entidade, diz:

“Quer dizer, lá, transformou apenas num posto do INSS. Esqueceram que existe o trabalhador”. (Depoimento).

Durante a atividade de campo, os agricultores deixaram claro que, além da ausência do STTR nas comunidades, esta entidade também não colabora para a formação política dos agricultores.

“O Sindicato precisava ser mais ativo principalmente com as pessoas da zona rural. Se eles informassem melhor as pessoas, evitaria que elas dessem várias viagens para resolver um só problema (geralmente ligado à aposentadoria e salário-maternidade)”. (Depoimento).

Mais uma vez, confirma-se que as ações ligadas à previdência rural constituem uma das ações do STTR.

A atuação da Federação das Entidades Comunitárias de Jardim, apesar de este segmento congregar todas as associações do Município, os dados revelam que as ações são contingentes, pois também não adota para o acompanhamento às associações um calendário de idas frequentes.

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável, também, é fórum capaz de "constituir-se num espaço privilegiado, que apesar de contraditório, pode ser democrático e

estabelecer um processo de negociação entre o poder público e a sociedade civil para a formulação, gestão e avaliação de políticas públicas" (COMASSETTO, 2000; KREUTZ 2004, p.3).

O CMDS de Jardim, constituído em 1996, tem revelado, durante décadas, a partir da sua criação, que seu objetivo prioritário é garantir o parecer em projetos. Não experienciou ainda a etapa de formulação, gestão e análise das políticas públicas. Talvez por ter um papel que se restringe a pareceres, tenha ficado sem visibilidade para muitos dos agricultores, já que 94% deles não conhecem sua existência ou sua função.

A Prefeitura Municipal, segundo os agricultores, também tem baixa presença nas comunidades e não desenvolve sistematicamente ação de apoio ao associativismo.

No caso da Igreja Católica, apesar de 41% ter revelado que desconhecem sua atuação de apoio social nas comunidades, 37% das pessoas entrevistadas disseram participar de grupos de oração, o mais destacado dos quais foi o grupo da Mãe Rainha³¹.

Nessa relação comunidade e instituição, buscou-se ver também o grau de confiança que os entrevistados revelariam ter com os diversos segmentos.

O grau de confiança nos segmentos institucionais está de certa maneira relacionado com o seu desempenho e a regularidade nos serviços.

A análise das tabelas 6 e 7 sugere o entendimento de que a cooperação instituída pelos segmentos especificados anteriormente e as associações de agricultores, objeto deste estudo, não são perceptíveis. Revelam que as ações não resultam de um plano anterior, como também as intervenções das instituições não se efetivam sistematicamente.

31 Mãe Rainha é um movimento apostólico da Igreja Católica que surgiu no Brasil, em 10 de setembro de 1950, através da campanha da Mãe Peregrina, pelas mãos do Diácono João Luiz Pozzobom, com objetivo de evangelização precipuamente entre os homens, resgatando-os para o seio da Igreja. No Ceará, foi apresentado pelo deputado Cavalcante um Projeto de lei que "institui o Dia do Terço dos Homens - Mãe Rainha" (Projeto de Lei nº 233/2008).

Tabela 7 - Grau de confiança da população comunitária nas entidades/instituições (em %).

Entidades/ instituições	Grau de confiança das pessoas nas entidades/instituições			
	1. Confia	2. Confia pouco	3. Nem pouco nem muito	4. Não confia
Ematerce	41	25	33	1
STTR	34	25	40	2
Federação das Entidades Comunitárias de Jardim	33	10	57	1
CMDS	0	1	1	98
Prefeitura municipal	34	23	36	6
Igreja	64	14	18	4

Fonte: Dados da pesquisa (2009).

A população comunitária, ao se encontrar organizada e exercitar a prática da participação em sua realidade comunitária, mais a sua força se vai refletir, no sentido de alterar a dinâmica de funcionamento das instituições (SOUZA, 2008).

Ao se comportar passivamente, a comunidade reforça a inércia institucional. Quanto mais ativos os membros de uma associação, maior a probabilidade de apresentar propostos para as intervenções institucionais e mais dispostos estarão para agir coletivamente.

Na intenção de deixar mais claramente expressos aspectos da relação comunidade e instituições/entidades, indagou-se para os entrevistados se a associação na qual eles se encontravam sócios, recebia assessoramento por parte de algum segmento institucional.

Neste sentido, das pessoas entrevistadas, 14 % não souberam informar; 47% disseram que não existe assessoramento; 3% afirmaram que este suporte é dado por pessoas que moram na comunidade; por fim, 36% afirmaram que esta ação é realizada por pessoas de entidades externas.

Como revelam os dados o acompanhamento às associações que administram um subprojeto de mecanização agrícola parece indicar um vácuo, o que pode trazer inúmeras dificuldades na operacionalização do projeto e da vivência na direção da formação política dos sujeitos.

Neste cenário, a comunidade busca mitigar as dificuldades relacionadas a questões da organização do grupo e gestão do subprojeto de mecanização, a seu modo. Com

isto, cada associação tenta descobrir o seu próprio jeito de conduzir as ações no cotidiano de suas entidades.

“A maioria das associações gerenciam o projeto ao modo deles, esses projetos, eles já fazem aquele direcionamento, eles mexem no que diz respeito à organização”. (Depoimento).

Ao ouvir o entrevistado, servidor do Estado, é possível fazer relação com os resultados apontados.

“[...] parceiro institucional eu não conheço, que tenha acompanhado esses projetos, porque pegar uma ação no município, em alguma secretaria que avalie e tente compartilhar este gerenciamento, não se vê isso não. Não é fazendo um senso crítico não, é senso de trabalho, eu não conheço. E, de uma forma geral, essas associações, se a Emater esporadicamente não for lá, para provocar uma discussão sobre gerenciamento [...]”. (Depoimento).

Diante das evidências que se delineiam nessa análise, talvez se possa crer que a carência de ações mais sistemáticas junto às associações de agricultores familiares, que têm sob sua responsabilidade a operacionalização de uma política pública, poderá acarretar o surgimento de dificuldades gerenciais, aspectos até então não vivenciadas por esta população. As ações das entidades, por serem esporádicas nas associações, não conseguem conduzir o "processo educativo, de modo a estimular a população na descoberta e articulação das metas imediatas de suas reivindicações com outras metas igualmente importantes e, principalmente, com aquelas mais diretamente relacionadas aos seus interesses e necessidades fundamentais". (SOUZA, 2008, p.125).

Os próprios projetos existentes nas comunidades, se estas contassem com um acompanhamento continuado, poderiam indicar temas importantes para a população refletir sobre as condições causais dos seus problemas, bem como encontrar melhores formas de enfrentamento.

“Acho que o Estado tem de fornecer estes equipamentos, é importante, para o setor produtivo, agora mais importante que liberar, seria que fosse dado um acompanhamento, desde os primeiros. Ao ver que não estava funcionando, só liberasse outro quando tivesse o resultado do primeiro, o erro desses projetos já vem de muito. Hoje, pra começar não é tão fácil... tem muita coisa errada. O acompanhamento deveria ser feito por uma secretaria do estado; do município não adianta, pois "santo de casa não obra milagre", podia botar qualquer secretaria, no momento deveria ser a Ematerce”. (Depoimento).

“Acho que o Estado deveria fazer um acompanhamento dentro desses projetos e avaliar tanto

na parte do desenvolvimento da agricultura como na parte de recursos[...] Se o Estado joga dinheiro precisa ter gente para acompanhar. E não coloque só na mão do povo da Ematerce não, pra eles não pensar que os técnicos daqui tão inventando coisa. [...] o povo pensa que coisa que vem de projeto de governo é pra ser jogado no mato, não é assim não. Nesses projetos o que falta é organização”. (Depoimento).

“Os agricultores precisam de assistência, de orientação e de informação para que se sintam inseridos na sociedade, porque hoje eles se sentem ainda discriminados. A falta de assistência no dia-a-dia só prejudica aos grupos, eles precisam de alguém dando um suporte a eles”. (Depoimento).

Mediante os elementos destacados nesta subvariável, verifica-se que alianças frágeis ensejam relações e resultados também frágeis. Por não se efetivar na prática cotidiana dos projetos São José modelo de cooperação que possibilite uma intervenção mais consciente dos sujeitos, fica extremamente difícil ocorrer uma prática participativa plena. A falta de um elaborado processo de acompanhamento às associações comunitárias não contribui para ampliar o processo pedagógico da participação popular.

Sem a devida formação comunitária, as chances de falhas no processo de desenvolvimento comunitário se propagam, sobretudo, quando as associações têm sob sua responsabilidade a operacionalização de projetos financiados com recursos públicos.

5.2.2.2 Grau de engajamento das pessoas nos projetos comunitários

A análise dessa subvariável levará em conta o pressuposto de que, quanto maior o engajamento das pessoas, maior será a força social para o enfrentamento dos desafios presentes na realidade social.

A vivência humana e as diversas formas de envolver-se tem relação com o modo de pensar e este relaciona-se com os mecanismos de cooptação, como: "as formulações quanto à natureza humana do homem (de que existem os capazes e os incapazes); as formulações quanto às predeterminações existenciais de alguns; formulações quanto às predeterminações sociais e outros". (SOUZA, 2008, p.83).

Com isso, talvez se possa dizer que os mecanismos de cooptação exercem influência na definição do tipo e grau de engajamento das pessoas na vida comunitária.

Quando se indagou aos entrevistados quantos dias eles dedicaram a alguma atividade comunitária nos últimos doze meses, obteve-se o somatório de 80 dias. Como foram ouvidas 113 pessoas, significa dizer que equivale a menos de um dia por pessoa, com distribuição nos doze meses.

Este resultado não indica que as pessoas não estejam dispostas a colaborar nas atividades, pelo contrário, quando se perguntou se elas estariam dispostas a dedicar parte de seu tempo para algum projeto na comunidade, mesmo que elas não fossem contempladas diretamente, todas afirmaram que sim, e quando se inquiriu se elas contribuiriam com dinheiro, 79% disseram que sim. Então, como se vê, as pessoas demonstram interesse em colaborar nas ações comunitárias. Agora, segundo elas, a participação delas se limita na maioria das vezes apenas a irem às reuniões, porque não existe em suas associações a realização de nenhum trabalho que estimule este envolvimento.

Na maioria das vezes, só quando chega um projeto, é que os trabalhos requerem envolvimento dos agricultores. No caso do São José, eles precisam entrar com sua contrapartida, normalmente, transformada em mão de obra. Fora isso, raramente surge outro tipo de trabalho.

Já quando o assunto é o engajamento nas ações da diretoria, nem todos demonstram este interesse.

“Hoje, na maioria das associações na eleição são candidatos único. Porque ninguém hoje tá mais interessado em participar de associação, não”. (Depoimento).

“Mesmo a gente divulgando o edital, nunca teve mais de uma chapa para concorrer. Tanto é que nesta última vez divulgamos o edital mais de 40 dias antes do processo. O que acontece é que ninguém quer concorrer para não ter trabalho”. (Depoimento).

Esta realidade apresentada nos depoimentos é também verificada pela própria pesquisadora na sua vivência profissional junto aos agricultores familiares. Os processos para escolha de novos diretores nas associações constituem um árduo desafio, pois as pessoas não demonstram interesse espontâneo em participar da Diretoria. Às vezes, requer um processo longo de argumentação para que uma ou duas pessoas se ache encorajadas a apresentar seu nome.

Considera-se que vários elementos existentes internamente nas associações favoreçam para a não formação de novos dirigentes, dentre eles: as pessoas que assumem a Diretoria não realizam durante sua gestão nenhum trabalho na perspectiva de motivar as pessoas para se inserir no processo; a gestão fica centralizada na mão do presidente; os demais membros quase não têm visibilidade na direção da entidade. Tais elementos contribuem para se constituir o fenômeno, já anunciado neste estudo, a existência de diretores quase que permanentes.

E mais: em algumas das associações pesquisadas, ainda está presente um tipo de comportamento que, às vezes, não colabora quando ocorrem mudanças dos diretores, produzindo um clima de desconforto:

“[...] , tem gente até que me persegue, mas tem um poderoso ali que quer que der certo. Tem cabra que enfrenta até briga com eu, eu não quero. Eu tô é numa associação, não é numa guerra não. Eu digo: Olha gente, vamos ajudar! Se você não puder ajudar, também não atrapalhe não. Vamos colaborar com a gente aqui”. (Depoimento).

Essas são questões que ainda habitam o espaço comunitário das associações. Ao não serem sanadas, ensejam sérias dificuldades, dentre elas, a própria condução dos subprojetos fica comprometida. “As relações do homem com a realidade, com seu contexto de vida [...] são relações de afrontamento [...] o homem nas suas relações humanas se sente tentado a reduzir os outros à condição de objeto”. (FREIRE, 2001, p.42).

“Depois que os veteranos fizeram as coisas, aí aumentou muitos sócios, pra ser dono. Compramos cadeira, ajeitamos tudo. Agora tudo que vai fazer, a maioria vence. Eles não sabem o quê custou nada. Tanto que nós estamos tirando o corpo de banda. Porque quando a gente vai pedir um negócio, não sai. Não tem projeto nenhum, parou. Só tem o quê nós fizemos. Depois que mudou, eles não fizeram nada”. (Depoimento).

Pelo que foi visto até aqui, entende-se que a qualidade das relações depende do tipo de cooperação constituída ao longo da vivência associativa. E quanto maior a fragmentação da população, menor será a sua força social e maior a sua dependência e submissão. A organização social é condição básica de participação e desenvolvimento.

Como participar e se engajar verdadeiramente no processo, se as forças contrárias existentes no ambiente interno desencorajam os seus pares? É revelador, quando 69% das

peças entrevistadas declararam não estar dispostas a participar como diretores em suas entidades.

5.2.2.3 Desenvolvimento das ações

Pretende-se, com esta subvariável, apreender como acontece a realização das ações. Para isto, se pretende identificar o desenvolvimento das ações, a organização e, conseqüentemente, a participação das pessoas, ou se o desenvolvimento das atividades fica limitado à Diretoria ou apenas ao presidente.

As associações de agricultores tiveram suas ações delineadas a partir dos subprojetos de mecanização, evidência pronunciada conforme o resultado indicando que, em 75% das associações pesquisadas, o Projeto São José se constituiu em instrumento estimulador para sua criação.

A chegada dos projetos às comunidades encontra as associações com a experiência associativa ainda incipiente. É nesse contexto que as ações da vida comunitária serão desenvolvidas.

A falta de um processo de formação política dos membros das associações colabora para que a própria organização social se apresente como algo novo para os comunitários; questão importante, pois a organização social é instrumento principal da ação comunitária. (SOUZA, 2008, p.93).

Nesse sentido, a organização social não pode prescindir dos interesses das pessoas, pois, há de se considerar que este processo se efetiva em situação concreta. Sendo assim, devem-se ter claros os propósitos prioritários da ação (SOUZA, 2008).

Assim, buscou-se identificar como acontece a distribuição das atividades dentro das associações de agricultores familiares. O ponto de vista de 74% dos entrevistados é o de que as atividades ficam sob a responsabilidade do presidente; o tesoureiro tem um pouco de visibilidade; agora, os demais diretores, na maioria das associações, estão presentes na diretoria para atender à exigência estatutária. Chega ao ponto de alguns deles nem se lembrar qual é a sua função na diretoria:

“Eu mesmo faço parte da diretoria... agora a minha função? Parece que é ... eu nem sei, pois devia ter uma reunião só da diretoria, mas nunca tem”. (Depoimento).

A análise que se faz é que o modo encontrado pelas associações para dar

prosseguinto às atividades não consegue dar conta da complexidade presente na vida comunitária. Não ter instituído o hábito de articular seus próprios planos, repercute hoje no desenvolvimento de suas ações que se dão sem ter claros os objetivos.

Até as ações mais pertinentes aos serviços do trator não estão bem definidas dentro das associações. Por não estar claro para os sócios, o desenvolvimento das atividades ligadas ao trator criam um clima de desconforto em suas entidades.

“Algumas vezes, umas pessoas se afobam e diz esse trator tá indo pra fulano só porque ele tem muita terra”. (Depoimento).

“Não trabalhamos com calendário, porque eles não procuram antes. Eles só deixam pra procurar quando o inverno chega. É por isso que dificulta pra gente”. (Depoimento).

Considera-se que o trator, ao chegar à Associação, deveria ser percebido como um bem coletivo e não um bem individual, questão que traria como aspecto prioritário o fato de que as decisões deveriam ser discutidas e assumidas no colegiado associativo e amparadas no consenso do grupo. Este tipo de atividade requer atenção, pois se evidenciou existir a presença de relações de poder, as quais só serão vencidas com a organização do grupo. Conforme Souza (2008, p.158), "a ação, como processo de desenvolvimento comunitário, requer, por conseguinte, o assumir da população e não a simples deliberação a uma pessoa para que defina e encaminhe a seu modo".

5.2.3 Capacitação

Ao definir esta variável para investigação, o propósito era perceber se a população comunitária conseguiu despertar para assumir a conscientização e organização social como componentes do processo pedagógico da participação, de maneira a articular melhor a força e, mais acertadamente, traçar os meios de enfrentamento dos seus interesses.

Para tanto, selecionaram-se subvariáveis para explicarem melhor esse processo. Assim, pretendeu-se identificar a capacidade que as associações têm para elaborar seus projetos a partir de seus interesses; descobrir se é comum nas reuniões discutir sobre políticas públicas ou leis específicas à categoria; até que ponto as pessoas conhecem o CMDS e seu papel; perceber, também, se as pessoas das associações têm conhecimento de outros projetos existentes em suas comunidades e verificar o grau de conhecimento que elas têm do Projeto

São José.

Espera-se, nesta análise, identificar no cotidiano das associações se seus membros conseguiram instrumentalizar-se de modo a transformar suas ações de enfrentamento num *continuum* de capacitação, pois este "poderá ser um caminho para formar sujeitos habilitados a refletir sobre a própria realidade e nela interagir". (FURTADO e FURTADO, 2000, p.39).

5.2.3.1 Discussão das políticas públicas e legislação específica aos agricultores familiares

Considera-se importante identificar se as associações são capazes de refletir e elaborar seus projetos, encaminhando suas demandas com arrimo nos seus interesses.

Verificou-se nas associações pesquisadas que todas elas foram formadas na intenção de acessar algum programa. Aquelas criadas depois da metade da década de 1980 tiveram como programa incentivador o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP), que era um componente dentro do Projeto Nordeste, que entrou em cena no ano de 1985. Vieram, assim, o Projeto São Vicente e o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Associativo - FADA. A perspectiva era estimular, induzir os pequenos produtores rurais a participarem e se organizarem sob a forma associativista. Por outro lado, naquelas que se constituíram depois do meio da década de 1990, o foco foi o Projeto São José:

“Veja os primeiros projetos que veio para Jardim foi para as comunidades de Fazenda Nova e Bom Sucesso. Bom Sucesso, inclusive, foi o Sindicato que repassou, porque não tinha associação, não tinha nada. Neste tempo, era o Projeto São Vicente”. (Depoimento).

A partir daí, as comunidades começaram a se organizar para constituir as associações e ficar habilitadas para pleitear algum projeto. Para 37,5% delas, quando o Projeto São José chegou, já tinha instalado outro tipo de projeto, como de Casa de Farinha Comunitária, miniposto agrícola e beneficiadora de cereais.

Então, percebeu-se que, ao tomar conhecimento dos projetos, as comunidades rurais, pelo incentivo dos técnicos, deram início à criação de suas associações.

Todos os projetos, em seu contexto, tinham uma orientação do que poderia ser financiado. O Projeto São José não fugiu a esta regra. Os subprojetos elaborados também tinham que se guiar pela diretriz governamental. Com isto, a proposta proveniente da comunidade não configurava demanda gestada na base, pois esta deveria estar em

consonância com o que era apresentado como prioridade do Programa, cabendo à Associação definir se era importante para ela ou não. Não se identificou nenhum caso em que alguma Associação tenha declarado que o projeto sugerido não fosse importante para elas.

Como o conjunto de necessidades nas localidades rurais é farto, os projetos indicados como possíveis de ser financiados pelo Programa não fugiam à realidade comunitária.

“Antes era com burro, então do burro para o trator evoluiu mais ainda. Na minha visão, melhorou muito, hoje você vê um trabalhador rural, eu tenho exemplo dentro de minha casa, os meus irmãos. Meu irmão trabalhava com um burrinho velho tombando as terras, e hoje tem o trator, ele botava quinze tarefas de roça, hoje ele planta 25 a 30 tarefas, quer dizer a produção fica lá em cima. Onde tem um trator, tá melhor”. (Depoimento).

Nos projetos de mecanização, o órgão governamental coparticipante é responsável pela elaboração do projeto e acompanhado pela Ematerce; depois de elaborado o projeto, este segue para o CMDS; lá, será apreciado e receberá o parecer. Em seguida, encaminha-se para a Unidade Técnica (UT), na Capital do Estado, para análise, aprovação e liberação dos recursos.

A apresentação dos projetos nas reuniões do CMDS que poderia ser papel dos representantes das associações, era assumido pelo técnico. Essa atitude passou a incomodar alguns conselheiros, “o conselheiro Eldon colocou que quando tiver algum projeto para ser aprovado deve ser apresentado por um representante daquela comunidade, ou então alguém que faça parte da diretoria da associação beneficiada”. (Ata CMDS, 13/07/1996, p.27).

Ao analisar esses aspectos, nota-se que a aprendizagem para a participação não é tão simples. As descobertas do como fazer ocorrem lentamente e, entre erros e acertos, a realidade é constituída.

Percebeu-se que a população comunitária encontra bloqueios no seu caminho. Parece que, para algumas pessoas inseridas no processo, os agricultores são vistos como incapazes; por assim compreenderem, consideram que eles precisam de alguém para falar por eles. O que lhes falta, porém, na maioria das vezes, é a oportunidade de participar. É deixar que eles assumam o seu papel. Talvez o desejo para fazer as coisas acontecerem não respeita o tempo do outro e, assim, compromete o processo educativo da participação.

Quanto à elaboração dos subprojetos comunitários e suas prestações de contas, 75% dos presidentes das entidades reconhecem que tiveram a colaboração dos técnicos da Ematerce. No caso, a participação da comunidade centrava-se no levantamento das

informações da realidade local para elaborar o diagnóstico. No período analisado, as associações demonstravam depender da ação dos órgãos, sem a presença dos seus técnicos, parecendo sugerir que seria muito difícil para esta população demandar, elaborar e fazer a prestação de contas dos projetos para as secretarias do Estado ou outros parceiros.

Compreende-se que cada comunidade tem seu ritmo de desenvolvimento. Entende-se também que, quanto maior for o grau de consciência e organização na população, maiores serão as chances do aprendizado que envolve questões do coletivo se firmar e, assim, o processo de formação contínua pode surgir como algo importante para desenvolver habilidade para pensar propostas e sistematizá-las em projetos.

O processo de capacitação requer dos sujeitos uma participação ativa, engajamento e compromisso. Acredita-se que, muito ainda, precisa ser pensado e feito na vida comunitária das associações de agricultores para ultrapassar todos os obstáculos que emperram a vivência coletiva. Se as pessoas assumem o "papel de suplicantes" em detrimento do assumirem-se como sujeitos do processo, contribuem para definhando a força do coletivo (PUTNAM, 2006, p.191).

“Bem, quando a comunidade tem um presidente ativo, que vai atrás das coisas é bom. Veja, o trator veio equipado de tudo, daí pra cá não foi feito mais nada, e não se tem nem reserva. A gente fez o salão, a garagem do trator, aí pronto. Por isso, eu digo que tá tudo parado. O projeto daqui tá descontrolado. Aqui precisa de um presidente pra procurar as coisas, porque se pedir e tiver recursos, vem”. (Depoimento).

A análise dos elementos identificados nessa subvariável traz o entendimento de que os bloqueios presentes nas experiências associativas estudadas interferem para não se efetivar, no cotidiano das associações, a participação autêntica. Se esta já tivesse sido apropriada pelas pessoas, poderia conduzir a um *continuum* de capacitação da população.

5.2.3.2 Grau de conhecimento dos agricultores quanto ao CMDS

Para análise desta subvariável, procurou-se conhecer os meios de comunicação nos quais a comunidade toma conhecimento dos programas governamentais. Para isso, foram reunidas sete opções. Cada entrevistado poderia indicar até duas. Desse ponto, os resultados obtidos estão indicados na tabela 8.

Tabela 8 - Principais meios que a população toma conhecimento das políticas públicas

Meios pelos quais as famílias tomam conhecimento sobre as políticas públicas em percentagem %.						
Parentes	Técnicos	Associação	Feiras	Rádio	Televisão	Internet
13	7,5	12	4	18	45	0,5

Fonte: dados da pesquisa (2009).

Considerando a opinião dos entrevistados, conclui-se que as informações sobre as políticas públicas existentes chegam às pessoas, primeiramente, através das emissoras de televisão e rádio; em seguida, vem a associação e conversa entre os parentes e vizinhos.

Os dados sugerem o entendimento de que as associações parecem ainda não se constituírem como um espaço no qual as discussões das políticas públicas circulam, frequentemente. Pelas falas abaixo registradas, percebe-se carência de informação:

“A falta de informação atrapalha muito a comunidade. Eu vejo que a gente vive num país rico de povo pobre, e a maior pobreza que existe no Brasil é de informação”. (Depoimento).

“Tem associação que o presidente nunca leu o Estatuto, aí fica difícil. É onde precisa ainda de um incentivo de uma preparação. Eles querem ser beneficiados, mas não se preparam”. (Depoimento).

Mesmo com tantas necessidades de informação, às vezes, parece faltar assuntos para tratar nas reuniões das associações. Em alguns momentos nas reuniões mensais, as pessoas estão lá para pagar a mensalidade e assinar o livro de frequência. A não-assinatura poderá implicar a não-emissão de documentos pela Associação, confirmando se aquela pessoa é realmente agricultor e mora no campo.

Ao verificar-se os livros de atas das associações, foi possível identificar registros que embasam esta compreensão, “a diretoria não teve assunto para transmitir para os sócios .(Ata da Associação, 21/02/2009, p.6).

“Não tivemos muito assunto a tratar, apenas o senhor presidente fez a abertura da reunião rezando um pai nosso em agradecimento a São José por ter dado água com abundância”. (Ata da Associação, 18/04/2009, p.7).

As associações estão presentes nas comunidades rurais, isto é fato. Agora, quando

se faz a análise da prática associativa, como os próprios momentos de reuniões, percebeu-se que a carência de informação/conhecimento pode constituir elementos que lhes impossibilitam de realizar reuniões, assembleias com maior dinamismo, trazendo motivação para as pessoas.

Ao analisar o resultado indicando que menos de 8% da veiculação das informações nas associações é feita por técnicos do Governo, isto reforça o entendimento de que existe um vácuo institucional deixado pelos segmentos que atuam no espaço rural. A ausência deste profissional que deve ter "uma perspectiva de alianças com a população" rural, de certa maneira, repercute negativamente. Os esforços advindos dos profissionais e da população comunitária poderiam desencadear processos educativos capazes de ajudar a reflexão da comunidade sobre sua realidade. Sem este apoio, a comunidade fica à mercê de suas intuições (SOUZA, 2008, p.134).

5.2.3.3 Grau de conhecimento dos projetos existentes na comunidade

O propósito de analisar esta subvariável explica-se porque a Constituição de 1988 materializou uma série de direitos, dentre eles, o da participação. Deste modo, mais fortemente, na década de 1990, foram criados vários conselhos nos municípios, os quais se configuram como mecanismos em potencial para a participação da sociedade civil, que pode definir políticas públicas, como também colaborar no seu controle (ALMEIDA, 2003).

No caso do Município de Jardim, a criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável (CMDS) ocorreu no meio da década de 1990. Seu papel resume-se à emissão de parecer para a aprovação do Projeto São José. Sabe-se, porém, que estes problemas ligados à condução têm relação com a falta de experiência democrática da sociedade e não retira o valor dessa instância popular, pois entende-se que "os conselhos estão incorporados à institucionalidade brasileira e representam um importante mecanismo de participação e influência da sociedade civil em assuntos controlados pelo Estado". (IBID.).

Dado a especificidade do CMDS, levantou-se a hipótese de que o Conselho seja um segmento conhecido pelos agricultores e agricultoras. considerou-se oportuno investigar esse aspecto junto aos agricultores familiares. Para isso, indagou-se aos entrevistados se eles conheciam ou sabiam da função do Conselho no Município. Surpreendentemente, constatou-se, conforme resultado da indagação, que 94% das pessoas declararam não conhecer o

CMDS.

Talvez esse fato resulte da não-divulgação do papel do CMDS, bem como da falta de acompanhamento deste segmento às associações beneficiárias dos projetos. Ao analisar algumas atas do Conselho, pode-se perceber que esta necessidade já era sentida pelos conselheiros.

“Foi colocado pelo presidente como nos organizarmos, fazendo um calendário de visitas a essas associações, divulgando o nosso trabalho e também ouvindo para uma melhor conscientização de se trabalhar com organização”. (Ata CMDS, 21/07/1997, p.36).

O Conselho, no entanto, tem algumas dificuldades internas para administrar, como conselheiros que não assumem seu papel, com ausências das reuniões; outras vezes, falta da realização desses encontros. Até quando surgia um projeto, um conselheiro teria que se dispor a sair pegando as assinaturas dos conselheiros para a ata de aprovação. Segundo um membro do Conselho, o CMDS está parado, pois não aconteceu reunião de 2008 até meados de 2009.

“Nem este ano (2009) nem no ano passado, teve reunião. Quando tem um Projeto São José, chega lá pra fazer uma ata, aí sai, um pegando na casa de um e de outro a assinatura, sem reunião, é o que está acontecendo, é um erro grande do município”. (Depoimento).

A dinâmica participativa que abrange o CMDS de Jardim revela limites que, se não forem superados, poderão comprometer suas ações. Os conselhos constituem espaços de participação, discussão, ambiente propício ao aprendizado de temas presentes na conjuntura atual. No caso desse Conselho, talvez ele esteja internamente desarticulado, como também os conselheiros ainda não tenham apreendido a essência do papel desse fórum como espaço de negociação e sua possibilidade de qualificar as pessoas para o exercício da cidadania. Tais fatores parecem exercer influência no seu andamento, haja vista o modo por vezes adotado pelo colegiado, que não colabora para que se efetivem mudanças no cenário político. Emitir parecer para projetos, sem constituir resultado proveniente de discussão e análise advindas do coletivo, põe em xeque sua funcionalidade, além de obscurecer sua legitimidade.

Ao conjugar as dificuldades, hoje presentes no CMDS, supõe-se que elas poderão surgir como elementos possíveis de explicar o motivo de um índice tão elevado de desconhecimento do CMDS pelos agricultores e agricultoras.

Um Conselho autêntico poderia ser referência para apoiar dentro do Município

muitas ações/demandas gestadas nas associações rurais e, conseqüentemente, despertá-las para o papel político que elas têm em suas localidades.

5.2.3.4 Grau de conhecimento dos agricultores familiares do PSJ

O estágio de organização em que se encontra uma associação relaciona-se a vários aspectos da realidade da comunidade, dentre eles, o grau de "criticidade dos sujeitos e os laços que prendem um dado a outro, ou um fato a outro". (FREIRE, 2007, p.48). Por isso, conhecer o que acontece em seu entorno poderá indicar o grau de organização em que ela se encontra e como vem se constituindo a capacitação. Deve-se, entretanto, dar atenção à comunidade sem separá-la do contexto. Quando se percebe a existência de outros grupos no mesmo espaço, com atuações distintas, não significa que cada um deve ser visto isoladamente e, sim, na sua inter-relação

Analisar esta subvariável supõe que é possível ocorrer, simultaneamente, num mesmo espaço, a concretização de outros projetos que nem sempre estarão sob a responsabilidade das associações pesquisadas; assim, pensar na possibilidade de surgir um panorama que favoreça a troca de experiências e, conseqüentemente, de saberes que, se bem compreendidos, poderão ampliar as chances de capacitação entre os diferentes sujeitos presentes naquela realidade.

Esta questão fez surgir à necessidade de identificar se os membros das associações pesquisadas tinham conhecimento de outros projetos ou atividades de relevância desenvolvidos por outro segmento na comunidade. Setenta e sete por cento das pessoas entrevistadas afirmaram que não tinham conhecimento de outros projetos na comunidade.

Mediante as observações registradas em campo, verificou-se que, nas comunidades, quanto à da religiosidade, existiam grupos da Mãe Rainha com o terço dos homens. Na comunidade escolar, de acordo com informação da Secretaria de Educação do Município, as escolas sempre desenvolvem seus projetos pedagógicos que envolvem a comunidade. Em uma destas, inclusive, existe outra associação de agricultores que também foi privilegiada, ano passado, com um projeto de mecanização.

Portanto, a análise indica que, apesar de existirem ações contingentes sendo realizadas nas comunidades, nem sempre é conhecida por todos. Para exemplificar, em uma das comunidades na qual existem duas associações de agricultores familiares, elas não se

comunicam entre si, não compartilham suas dificuldades, seus avanços e não se juntam na perspectiva de somar esforços.

Onde existe outra associação, inclusive operacionalizando projetos governamentais similar à outra, parece existir certa concorrência.

“A outra associação já conseguiu mais coisas que a nossa. Mas também, a gestão do nosso projeto não tá boa. Eu sou vice presidente, mas não ligo mais, eu deixo rolar”. (Depoimento).

Mais uma vez, os dados indicam que, até internamente, as associações convivem com problemas de desarticulação. Parece ser frágil a relação de convivência entre os próprios diretores.

Até onde conseguiu chegar, não foi possível perceber uma inter-relação dos grupos existentes. Mesmo estando em igual espaço, cada um realiza suas ações isoladamente.

Ao analisar esta subvariável, identificou-se um baixo grau de conhecimento das pessoas com relação a outros projetos ou atividades desenvolvidas no espaço onde moram. Talvez este resultado possa indicar ações desarticuladas e fragmentadas no espaço, o que pode não contribuir para fortalecer a força do coletivo, como também não concorre para que a população comunitária mude sua forma de ver a realidade; e com base nesse entendimento, possa de fato vivenciar um modo-contínuo de capacitação, sendo aqui entendido como aquele que nasce "de trocas de experiências e vivência de situações reais, da discussão conjunta valorizando as opiniões e o conhecimento individual, reduzindo, sobretudo, o individualismo na aprendizagem e enfatizado a construção coletiva do conhecimento". (FURTADO e FURTADO, 2000, p.46).

5.2.3.5 Capacidade da Associação para elaborar projetos com base em seus interesses.

Espera-se, pela análise desta subvariável, identificar o grau de conhecimento que as pessoas têm do Projeto São José, para assim descobrir elementos que possam esclarecer sobre o tipo de envolvimento que os membros das associações tiveram e continuam tendo na execução do programa em suas comunidades.

Tal análise se prende ao fato de considerar a operacionalização de projetos pelos comunitários como oportunidade de fazer mover a formação dos sujeitos, pois entende-se que a verdadeira capacitação deverá estar baseada em situações reais gestadas no cotidiano.

Quanto maior a participação dos agentes envolvidos, maior a probabilidade de apreensão contínua da realidade; mais habilidades adquirirão para analisá-la, descobrindo mais adequadamente as formas de enfrentamento.

Na primeira indagação, buscou-se saber o grau de conhecimento que os entrevistados tinham sobre o Projeto. Para isso, se inquiriu se eles sabiam revelar quem teria financiado o investimento comunitário do trator à comunidade. 80% dos membros das associações participantes desta pesquisa declararam que foi recurso do Governo, apesar de desconhecerem a relação Governo do Estado e Banco Mundial.

Malgrado o fato de 50% dos presidentes entrevistados terem revelado não conhecer em profundidade o Projeto São José, os resultados indicam que na denominação é bastante forte e todos, de certa maneira, já ouviram falar nela. Quando os associados se referem aos subprojetos de mecanização agrícola, o denominam apenas de "projeto do trator".

“Eu não sei falar muito do Projeto São José não”. (Depoimento).

Os conhecimentos das diretrizes do Projeto pelos membros da Associação e, principalmente, por seus dirigentes, os deixariam mais aptos a discutir os principais aspectos do Projeto em suas reuniões; conseqüentemente, a veiculação dessa informação e o conhecimento que fosse se constituindo a partir desses momentos, além de contribuir para melhor conduzir o projeto existente, dar-lhes-iam mais condições de pleitear outros projetos, tanto como PSJ como com outras políticas públicas.

Quando se perguntou sobre a contrapartida da Associação para o projeto, 85% não souberam dizer o valor definido ou percentual, em mais um resultado que revela o grau de desconhecimento dos entrevistados por questões básicas, quando se consegue um projeto. Talvez se o assunto fosse discutido por suas entidades, fosse de conhecimento de todos. Até porque os subprojetos de mecanização agrícola exigem, quando da liberação, uma garagem para guardar o equipamento, e as pessoas participam especificamente neste caso com mão de obra (esta deve corresponder a 10% do valor do projeto financiado). (CEARÁ, 2005, p.6).

Ao perscrutar sobre o valor monetário em caixa de que, hoje, as associações dispõem e de onde provêm os recursos das suas entidades, 75% dos entrevistados não souberam dizer quanto em dinheiro a Associação tem em caixa.

Quando se perguntou sobre a principal fonte, 58% dos entrevistados reconhecem que a entrada mais expressiva de dinheiro na Associação deve ser proveniente dos serviços do trator.

Tabela 9 - Principal Fonte de Recursos na Associação

Na opinião dos sócios, qual a principal fonte de recursos na associação?	%
Não sabe informar	6
Origina-se da taxa mensal paga pelos sócios	30
Origina-se dos serviços realizados com o trator	58
Outras fontes	6

Fonte: Dados da pesquisa (2009).

Por meio do que anunciam os resultados, supõe-se que não estão muito claros para as pessoas os aspectos relacionados à situação financeira das suas associações e, conseqüentemente, a situação real do Projeto de Mecanização Agrícola. Talvez os elementos já discutidos nas variáveis anteriores, como carência de informação, frágil processo de discussão durante as reuniões, a carência de reflexão antes da vinda do Projeto e durante a sua operacionalização bem como o pouco engajamento das pessoas nas atividades do grupo, possam de uma maneira ou de outra influenciar para esses resultados.

Outro aspecto que pode favorecer esse resultado é que, quando o Projeto está na fase de elaboração, exige-se na parte da viabilidade técnica um número de área a ser cultivada que justifique o trator na comunidade. Este precisa trabalhar durante o ano, no mínimo 1000 horas. Como isto acontece na prática? Existe uma reunião para falar do Projeto. Normalmente, esta é uma reunião a que comparece uma grande quantidade de pessoas. Comumente, ao final desta reunião, já começam a coletar os nomes dos agricultores e o tamanho das áreas cultivadas. Só que, para justificar a vinda do subprojeto em análise, requer mais pessoas e, conseqüentemente, mais áreas. Para atender a esse requisito, o presidente se responsabiliza por pegar nomes de mais agricultores e o tamanho de suas roças. Quanto mais gente e área, mais chance a comunidade encontrará para justificar o projeto.

Desse modo, irão compor a relação, também, aqueles que não estavam na reunião na qual ocorreram as informações preliminares; mas, ao colocar seu nome, já está como um possível beneficiário. Muitos dos que estavam na reunião compreendem parte do que foi discutido, retornam para suas casas e levam na bagagem algumas dúvidas sobre o projeto; mesmo assim, serão eles que, nas conversas, irão informando àqueles que não participaram da reunião, resultando entendimentos diferenciados. Com suporte nesses elementos, é possível produzir dificuldades, inclusive no momento da operacionalização do Projeto.

Para verificar se os subprojetos de mecanização agrícola, hoje existentes nas

associações de agricultores familiares, são resultados de demandas gestadas na base das comunidades, requer inicialmente levantar algumas questões.

Primeiro tem-se como elemento definidor as ações priorizadas na agenda governamental, "no período que antecedeu a 2002, as ações do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP) incluía o financiamento de subprojetos comunitários produtivos [...] não ofereceu resultados esperados". (CEARÁ, 2007a, p.5).

Com isto, surge nova orientação e na assinatura do "Acordo de Empréstimo 4626-BR com o Banco Mundial em 29/10/2001, o Governo deu prioridade para ações de infraestrutura, concentrando-se em abastecimento de água e eletrificação rural". (CEARÁ, 2007a, p.6).

Entre as ações, lá estavam como possibilidade de financiamento os subprojetos de mecanização. Evidenciados esses aspectos, chega-se ao entendimento de que a comunidade, para definir o seu investimento, teria que primeiro tomar conhecimento das atividades definidas como prioridades do Governo. Tais elementos revelam que a decisão das comunidades por subprojetos de mecanização teve sua gênese no estímulo gerado pelo Estado.

Identificou-se também o fato de que, cada vez que uma comunidade recebia um subprojeto de mecanização, parecia instigar esse desejo em outras comunidades e, assim, as demandas foram se multiplicando.

“É. Nós formamos a nossa associação, pra poder ter direito a fazer o projeto. Sem associação, a gente fica sem condições”. (Depoimento).

Essa dinâmica, ainda presente até hoje, talvez não seja a melhor opção de discutir e demandar políticas públicas pelas comunidades. Esse modo pode deixar escapar o processo de problematização dos interesses e a discussão sobre como o investimento será operacionalizado.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As associações de agricultores familiares analisadas, cada uma delas, têm em seu espaço um subprojeto de mecanização agrícola, financiados com recursos do Projeto São José. Ao receber este empreendimento, a Associação de agricultores, mediante contrato junto ao Governo do Estado do Ceará, assume a responsabilidade de operacionalizá-lo.

Neste estudo, iniciou-se fazendo o registro da existência de elementos que, ao estar presentes no cotidiano, poderão trazer limites para as associações que têm sob sua responsabilidade um subprojeto de mecanização agrícola. Dentre as dificuldades identificadas, citam-se: dificuldades de gestão na operacionalização do projeto, fragilidade no que concerne à formação de alianças e do próprio relacionamento entre os pares.

Talvez se possa afirmar não ser possível compreender essas limitações, sem primeiro entender o contexto histórico e, com base nele, descobrir as causas dos condicionamentos sócio-históricos formulados que insistem em permanecer no tempo presente.

Isto posto, traz-se a variável da conscientização. Nela, procurou-se levantar a questão do planejamento das ações, nas associações de agricultores familiares. No estudo, percebeu-se a ausência dessa ferramenta em boa parte das associações; também, identificaram-se algumas características que definem o modo como as pessoas pensam e agem no cotidiano.

Com base nos resultados, chegou-se ao entendimento de que o arcabouço metodológico que acompanhou as políticas públicas, durante décadas, não reconhecendo as pessoas como sujeitos do processo, ao apresentar-lhes "pacotes" prontos com orientações padronizadas, retirava das pessoas a capacidade de criar e recriar.

Com isto, deixavam de considerar as especificidades de cada grupo. Tal abordagem fez surgir na população comunitária, até certo tempo, um comportamento de passividade, de espera, acomodação. Se assim era colocado, não lhes restava nada a fazer, a não ser esperar o ambiente propício para os mitos fazerem morada na mente da população como aqueles que deixam as pessoas se perceberem como incapazes e a crêem que a solução dos seus problemas se encontra sempre distante de si ou em instância superior.

Compreende-se que, para a população comunitária deixar de se submeter a modos de intervenção e a práticas de submissão, precisa primeiramente enxergar sua força social e

superar a atitude mágica, apreendendo a consciência crítica da realidade. As mudanças precisam ocorrer com origem em cada um, bem como no interior de suas entidades representativas. Sendo assim, seus diretores devem colaborar para democratizar os espaços da esfera pública, para que outras pessoas possam também participar; o domínio desses espaços precisa ser desfeito, pois, ao assumir uma postura amparada em práticas democráticas, as chances da população rural trilhar outro caminho poderão se ampliar.

Com este modo de pensar e agir, poderão aparecer sujeitos conscientizados que, ao se apropriarem da realidade, poderão enxergar suas contradições e, mediante suas inserções, modificá-la.

A população comunitária carece, então, de preparar-se politicamente e buscar motivação para agir de maneira ativa na realidade.

No caso da variável da organização social, o estudo sugere que as organizações associativas, objeto deste estudo, apesar de assumirem características formais, têm proximidade do processo de grupalização que propriamente de organização social. Os indícios que embasam este argumento referem-se à forma como foram constituídas e como as ações se efetivam no cotidiano. No primeiro momento, as pessoas se juntam para determinado fim; porém, sem despertar criticamente para a realidade e nem para reconhecer a força social. Quando, porém, despertarem para uma percepção mais crítica da realidade e nela intervirem conscientemente com ações articuladas, poderão se transformar em organização social.

Quanto à variável da capacitação, mediante a análise dos resultados, compreendeu-se que as associações ainda não se apropriaram plenamente de instrumentos capazes de fazer surgir elementos que propiciem aos sujeitos realizar permanentemente a análise e a avaliação do contexto, bem como, ainda não conseguem captar com facilidade os problemas que permeiam a realidade com suas contradições sociais. A junção desses fatores a outros já anunciados contribuem para que, até o momento, as associações não tenham se apropriado de habilidades para que elas próprias sejam capazes de elaborar de maneira sistemática suas demandas de projetos. Também ficou clara, a carência de conhecimentos das leis e políticas dirigidas à população rural, como também a capacidade de formar alianças consistentes.

Conclui-se que a participação da população, por meio de suas associações no Projeto São José, ocorre em estádios distintos. O primeiro momento em que as comunidades se inteiram melhor do projeto é quando o profissional da Ematerce vai até a comunidade e informa como fazer para pleitear recursos do Projeto e quais atividades são atendidas.

Sequenciando vem o estágio da mobilização na comunidade para pegar as assinaturas e, assim, validar a demanda. Finalizam com a elaboração, que é feita pela Ematerce, apresentam ao seu CMDS e em seguida encaminham o projeto para a Unidade Técnica.

O projeto sendo aprovado, os recursos são liberados em nome da Associação solicitante; esta, em conjunto com o Governo do Estado, assina um contrato. Com a chegada do trator a comunidade, sua gestão fica na responsabilidade da Associação.

Ao analisar este aspecto, observou-se que a participação ativa dos sujeitos comunitários ainda não ocorre de maneira plena. Notou-se a presença de condicionamentos que se transformam em bloqueios, não favorecendo para a inserção da população.

Portanto, considera-se que a percepção assistencialista que os agricultores têm das políticas públicas ainda não foi superada bem como é frágil a formação de alianças e do próprio relacionamento entre os pares; a carência de um acompanhamento sistemático aos subprojetos e a não-configuração de um processo de formação continuada com os sujeitos não favorecem para que se efetive uma gestão satisfatória; a participação ativa sugerida no PSJ não configura uma prática compreendida e vivenciada plenamente pelos comunitários.

Certamente, o sentimento de impotência e a ausência de perspectiva que ainda habitam o imaginário da população contribuem para reforçar a crença num poder superior ou na condescendência do Estado.

Tais evidências sugerem a necessidade de efetivar-se, como práticas nas políticas públicas, abordagens metodológicas que permitam as pessoas inserir-se no processo e consigam descobrir as relações causais e circunstanciais dos problemas. Para isto, os comunitários precisam aprender a pensar, problematizar e agir. Ao persistir abordagens nas quais sobressaíam relações de tutela, mais difícil ficará vencer o desafio da participação autêntica.

Acredita-se que esta mudança poderá ser facilitada com a colaboração de profissionais que não apenas levem comunicados, mas sejam colaboradores e tenham habilidades para dialogar com as pessoas, para efetivar-se a comunicação, e favoreçam para que as pessoas superem a captação mágica da realidade. Ao superar esse estágio, possam de maneira plena ser sujeitos de suas histórias e tornar-se capazes de demandar bons projetos, gerenciá-los bem e, assim, as pessoas no coletivo possam participar ativamente.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, Maria José; ANDER-EGG, Ezequiel. **Avaliação de serviços e programas sociais**. Petrópolis: Vozes, 1994.

ALMEIDA, Antonio Cavalcante de. **O papel da participação na formulação, implementação e avaliação de uma proposta de desenvolvimento rural sustentável: o caso do Projeto São José no Ceará**. 2003. 161 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

ANDRADE, Manuel Correia de. A intervenção do Estado e seca no Nordeste do Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 6, n. 4, out/dez. 1986.

ARAÚJO, Maria Helena de. **Desigualdade e pobreza no Ceará: o caso do projeto São José**. 2003. 169 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Programa Regional de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.

BACELAR, Tânia. Nacional: Asas da graúna - Nordeste, nordestes. **Revista Teoria e Debate**. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, n. 19, ago./out. 1992. Disponível em: <www2.fpa.org.br/portal/modules/news>. Acesso em: 28 jun. 2009.

BANCO MUNDIAL. **P050875-II Projeto de combate à pobreza rural do Ceará - Projeto São José**. Disponível em: <<http://go.worldbank.org/LX09VZ5TW0>>. Acesso em: 21 jun. 2009.

BARRETO, Pedro Henrique. Seca, fenômeno secular na vida dos nordestinos. **IPEA**, p. 64-66, mar. 2009. Disponível em: <<http://desafios2.ipea.gov.br/sites/000/17/edicoes/48/pdfs/rd48not07.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2010.

BRASIL. Decreto nº 47.473, de 22 de dezembro de 1959. **Institui o Plano Nacional da Indústria de Tratores Agrícolas**. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.actions?id=>>>. Acesso em: 15 mar. 2010.

_____. Lei 3.995, de 14 de dezembro de 1961. **Aprova o Plano Diretor da Sudene, para o ano de 1961, e dá outras providências**. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/110774/lei3995-61>>. Acesso em: 15 mar. 2010.

_____. Lei 4.239, de 27 de junho de 1963. **Aprova o Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste para os anos de 1963, 1964 e 1965, e dá outras providências**. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=114427>>. Acesso em: 15 mar. 2010.

_____. Lei 4.869, de 1 de dezembro de 1965. **Aprova o Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste para os anos de 1966, 1967 e 1968, e dá outras providências**. Disponível em:

<<http://www.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=90636>>. Acesso em: 15 mar. 2010.

_____. Lei 5.508, de 11 de outubro de 1968. **Aprova a quarta etapa do Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste para os anos de 1969, 1970 e 1971, 1972 e 1973, e dá outras providências.** Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/109479/lei-5508-68>>. Acesso em: 15 mar. 2010.

_____. Decreto nº 74.794, de 30 de outubro de 1974. **Dispõe sobre a criação do Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE).** Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=122453>. Acesso em: 15 mar. 2010.

_____. Decreto nº 78.299, de 23 de agosto de 1976. **Dispõe sobre a criação do Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semi-Árida do Nordeste (Projeto Sertanejo).** Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=207290>>. Acesso em: 15 mar. 2010.

_____. Decreto nº 91.179, de 1º de abril de 1985. **Dispõe sobre a definição da estratégia de desenvolvimento rural para pequenos produtores, e a criação do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural, no âmbito do programa de Desenvolvimento da Região Nordeste - Projeto Nordeste.** Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/ListaReferenciais.action?codigo Base=2&codigo Documento=129449>>. Acesso em: 15 mar. 2010.

_____. Lei Complementar nº 78, de 26 de Junho de 2009. **Dispõe sobre a criação da Região Metropolitana do Cariri, cria o Conselho de Desenvolvimento e Integração eo Fundo de Desenvolvimento e Integração da Região Metropolitana do Cariri - FDMC, altera a composição de microregiões do Estado do Ceará e dá outras providências.** Disponível em: <<http://www.al.ce.gov.br/legislativo/tramit2009/lc78htm>>. Acesso em: 15 mar. 2010.

_____. Decreto nº 40.554, de 14 de dezembro de 1956. **Cria Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste e dá outras providências.** Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes=>>>. Acesso em: 15 mar. 2010.

_____. Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. **Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências.** Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=239704>>. Acesso em: 15 mar. 2010.

_____. **Atlas do desenvolvimento humano do Brasil.** Perfil Municipal de Jardim - CE. Brasil, 2000.

BRUM, Argemiro J. **O desenvolvimento econômico brasileiro.** 21. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

BUARQUE, Sérgio C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Brasília: IICA, 1999.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antonio. **Agroecologia e extensão rural**: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Brasília: MDA/SDA/DATER, 2007.

CEARÁ. **Projeto São José II**: normas e diretrizes. Fortaleza: 2002.

_____. **Projeto de Combate a Pobreza Rural- PCPR II**. Fortaleza: 2005.

_____. **Estratégias PSJ**: uma proposta de apoio a subprojetos produtivos e sustentáveis. Fortaleza: 2007a.

_____. **Perfil Básico Municipal de Jardim**. Fortaleza: 2007b.

_____. **Projeto de Lei 233.08**. Institui o Dia do Terço dos Homens - Mãe Rainha. Fortaleza: 2008. Disponível em: <<http://www.al.ce.gov.br/legislativo/tramit2008/pl23308htm>>. Acesso em: 15 mar. 2010.

DAGNINO, Evelina (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DEMO, Pedro. **Sociologia**: uma introdução crítica. São Paulo: Atlas, 1983.

_____. **Participação é conquista**: noções de política social participativa. Fortaleza: EUFC, 1986.

DIEESE. **Estatística do meio rural 2008**. 3. ed. Brasília: MDA e DIEESE, 2008. 280p

DUARTE, Renato Santos. As Secas no Nordeste: recorrência climática e descontinuidade na ação pública. **Caderno CRH**. Salvador, n. 32, p.233-258. jan/jun. 2000.

ELESBÃO, Ivo. O espaço rural brasileiro em transformação. **Finisterra**, São Paulo, n. XLII, v. 84, p.47-65, 2007.

EMATERCE. **Relatório Projeto São José de trator**: gestão e uso dos tratores financiados. Jardim, 2007.

FARIAS, Airton de. **História do Ceará**: dos índios à geração Cambeba. Fortaleza: Tropical, 1997.

FARIAS NETO, Josias. A meta é conviver com a seca e eliminar o carro pipa. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 22 mar. 2009.

FERNANDES, Florestan. **Mudanças sociais no Brasil**: aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira. 4. ed. rev. São Paulo: Global, 2008.

FIGUEIREDO, Marcos Antonio Bezerra. **Políticas públicas para a pequena produção rural um estudo sobre o PAPP no município de Bom Jardim-PE**. 1999. 141 f. Dissertação

(Mestrado Sociologia) - Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1999.

FONSECA, Francisco. Democracia e participação no Brasil: descentralização e cidadania face ao capitalismo contemporâneo. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 245-255 jul/dez. 2007.

FRAGOSO, Antonio. Desenvolvimento participativo: uma sugestão de reformulação conceptual. **Revista portuguesa de educação**, Braga-Portugal, v. 8, n. 1, p. 23-51, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. 3. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **Educação como prática da liberdade**. 30. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

FUNDEP. **Coragem de educar: uma proposta de educação popular para o meio rural**. Petrópolis: Vozes, 1994.

FURTADO, Celso. **Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar**. São Paulo: Nacional, 1980.

_____. O Nordeste: reflexões sobre uma política alternativa de desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, v. 4, n. 3, jul/set. 1984.

FURTADO, Ribamar; FURTADO, Eliane. **A intervenção participativa dos atores - INPA: uma metodologia de capacitação para o desenvolvimento local sustentável**. Brasília: IICA, 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOHN, Maria da Glória. Empoderamento e participação de comunidade em políticas sociais. **Revista Saúde e Sociedade**, v. 13, n. 2, p.20-31. mai/ago. 2004.

GORGÔNIO, Luiz Ferreira. **História de Jardim: suas contradições e seu folclore**. Jardim: [s.n.], 2004.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. **Introdução à formação econômica do Nordeste**. Recife: Massagana, 1989.

IBGE. **Síntese dos indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2008**. Estudos e Pesquisas n.23. Rio de Janeiro, 2008.

IPECE. **As metas do milênio e os avanços socioeconômicos do Ceará**. Por Marcos Costa Holanda et al. Fortaleza: IPECE, 2006.

_____. **Indicadores sociais do Ceará 2007**. Fortaleza, 2008.

LANDO, Aldair Marli; MARTINS, Vera Lúcia Alves Batista. Os limites da participação dos

trabalhadores rurais no Projeto Nordeste: a experiência de Minas Gerais. **Revista Análise e Conjuntura**, Belo Horizonte, v.4. n. 1. jan/abr. 1989.

LEITE, Pedro Sisnando. Desenvolvimento rural lições da experiência do nordeste. In: LEITE, Pedro Sisnando (Org.). **Estratégia para o desenvolvimento rural do Ceará**. Fortaleza: [s.n.] 1998, p. 103-132.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria de. **Metodologia Científica**. 4. ed. São Paulo: atlas. 2004.

_____. **Fundamentos de Metodologia científica**. 6.ed. São Paulo: Atlas. 2009.

MESQUITA, Livia Aparecida Pires de. **Modernização da agricultura e formação dos complexos agroindustriais**. XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo, 2009, p.1-17.

MDA. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília: MDA, 2007.

MDS. **Manual de gestão de benefícios: Bolsa Família**. 2. ed. Brasília: versão eletrônica; 2008. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/menu_superior/manuais-e-publicações-1>. Acesso em: 30 mar. 2009.

MILANI, Carlos. **Mitos construídos acerca da "participação" no âmbito da cooperação internacional para o desenvolvimento: um olhar a partir da experiência brasileira recente**. 2004.

NEVES, Frederico de Castro. Getúlio e as secas: políticas emergenciais na era Vargas. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21, n. 40, p 107-131, 2001.

PEREIRA, Maria Alacoque de Lima. **Jardim: sua história sua gente**. Fortaleza: [s.n.], 1986.

PUTNAM. Robert D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. 5. ed. Tradução Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SAQUET, Marcos; SINHORINI, José. Modernização da agricultura: territorialização, mudanças, dominação. **Terra@Plural**, Ponta Grossa, n.2, p. 183-197, jul/dez, 2008.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento com liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras. 2000. p.17-71.

SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de Comunidade e Participação**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

TATAGIBA, Luciana. Democracia e participação nos conselhos gestores. **Jornal da UNICAMP**, Campinas, 1-14 dez. 2008.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. Organizações da sociedade civil e poder público. **Revista Teoria e sociedade**, n. especial, p.72-93, mar. 2005.

VIEGAS, Waldir. **Fundamentos de Metodologia Científica**. Brasília: Universidade de

Brasília, 1999.

VIEIRA, Flávio Lúcio Rodrigues. Nordeste: O caso da Paraíba. **Caderno CRH**, Salvador, v.21, n.52, p.113-129, jan/abr. 2008.

ZAPATA, Tânia. **Desenvolvimento territorial à distância**. Florianópolis: SEaD/UFSC, 2007.